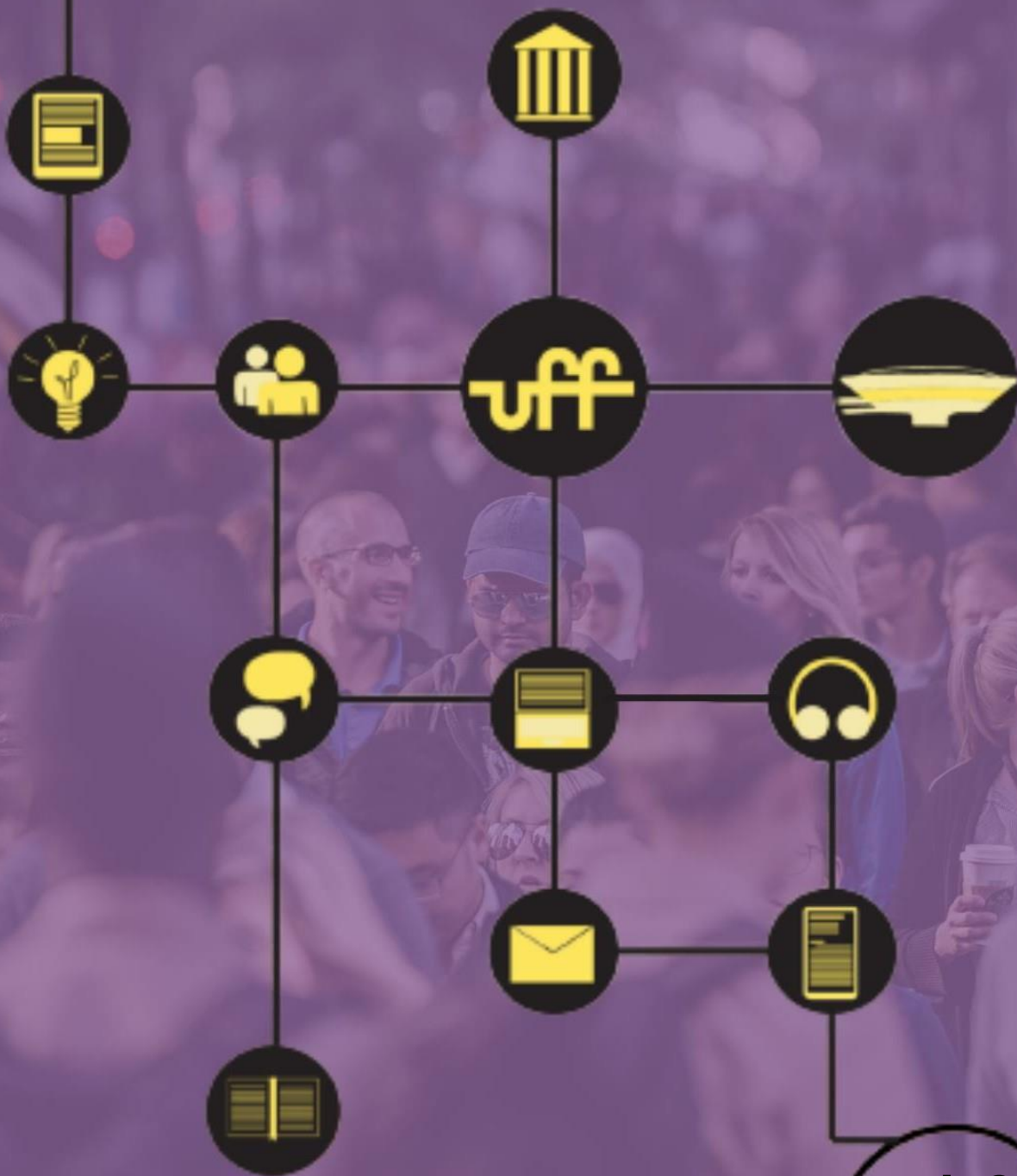




# revista Ensaaios

ISSN 2175-0564



Revista do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e das graduações em Sociologia e em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (RJ).

v. 19

## Comissão Editorial

### Editora Responsável

Lígia Maria de Souza Dabul

### Editores Adjuntos

Lucas Loureiro Leite

Nathalia de Carvalho Terra

### Editores Executivos

Carla Mangueira Gonçalves

Daniela Torres Teixeira

Gabriel Bon Rabello

Heitor Martins Guimarães

### Editores Assistentes

Anderson Waldemar Moreira Paula

Andressa dos Santos Lima Souza

Clerislânia de Albuquerque Sousa

Dandara Vicente Soares

Danielle Pereira de Oliveira Paiva

Giullia Marques Thomaz Ferreira

Giselle Barreto Mendes

Isabelle Medeiros Sergio Guedes

Leandro Cabral de Almeida

Lucas do Amaral Afonso

Manuel Alves de Sousa Junior

Marina Lima Rocha Pereira

Marllon Jorge Motta da Silva

Nicolli Bernardes Ribeiro

Oberdan da Silva Leite Ribeiro

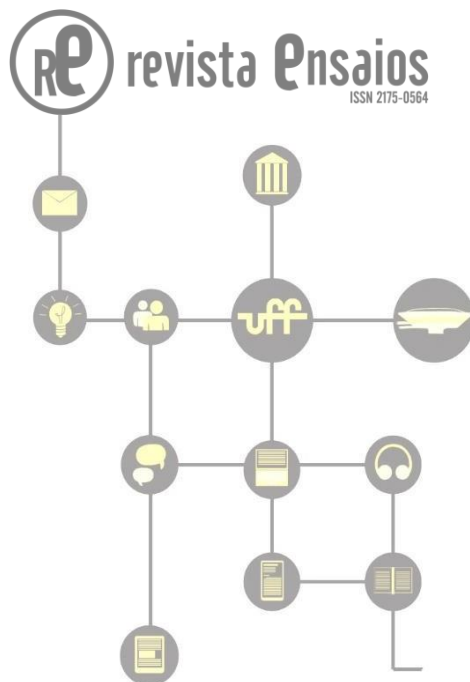
Rafael de Castro Macedo

Sergio Schargel Maia de Menezes

Tamara Anita Alves Lima Marques

### Consultor Editorial

Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho



### Revisão Textual

Bruna Raposo Tavares

Carlos da Silva Monteiro

Danielle Pereira de Oliveira Paiva

Gabriel Bon Rabello

Heitor Martins Guimarães

Larissa de Fátima Ramalho Pereira

Lucas Loureiro Leite

### Revisão Técnica

Daniela Torres Teixeira

Lucas Loureiro Leite

### Editoração Eletrônica - Diagramação e Capa:

Daniela Torres Teixeira

Lucas Loureiro Leite

Manuel Alves de Sousa Junior

**Revista Ensaios**

Revista Eletrônica do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Website:**

<https://periodicos.uff.br/ensaios>

**Redes Sociais:**

[instagram.com/revistaensaios/](https://www.instagram.com/revistaensaios/)

[facebook.com/revistaensaios](https://www.facebook.com/revistaensaios)

[twitter.com/revistaensaios](https://twitter.com/revistaensaios)

**Contatos:**

[revistaensaios.uff@gmail.com](mailto:revistaensaios.uff@gmail.com)

**Endereço Postal:**

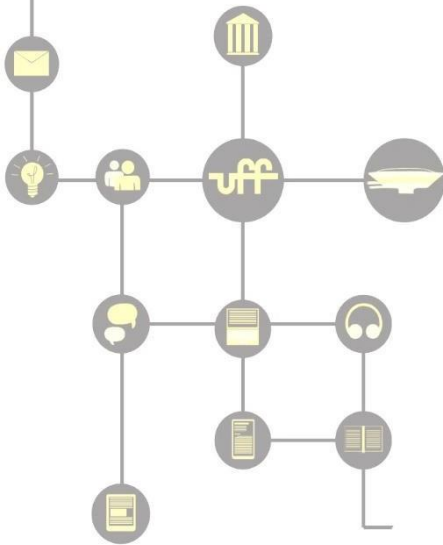
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Campus do Gragoatá, Bloco O. Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis. S/N. São Domingos, Niterói – RJ CEP: 24210-201.



**REVISTA ELETRÔNICA ENSAIOS**

Publicação eletrônica semestral

Niterói - v.19, 173p. – jul-dez, 2021.



## Editorial

**Lucas Loureiro Leite**

**Editor-adjunto**

Este volume está sendo entregue com atraso, mas como equipe editorial, fizemos nosso melhor para manter a qualidade nos trabalhos presentes. Com o sucesso da parceria com a Editora Vozes para resenhistas de suas obras, neste volume estamos publicando 2 resenhas a partir de um Edital em parceria com a Editora Edusp. São 6 resenhas originais com os vencedores do referido Edital, nos próximos 2 volumes concluiremos esse ciclo. Estaremos atentos para estabelecer novas parcerias, e manter como tradição essa troca e produção de conhecimento.

Também ressalto algumas conquistas importantes nesses meses. Em 2021 participamos da coordenação do IV Fórum de Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais, realizado no XX Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Em colaboração com outras revistas participantes do fórum, criamos e coordenamos a “Rede Nacional de Revistas Discentes das Ciências Sociais”. Através dessa rede solicitamos Relatos de experiência sobre o fazer editorial e a participação no Fórum.

Neste volume publicaremos os 3 primeiros relatos: Thalles Vichiato Breda e Ana Carina Sabadin (Revista Áskesis – UFSCar/SP); Tifani Isabelle de F. Medeiros, Esther K. Silveira, Milena Weber e Natália Maluf (TODAVIA – UFRGS/RS); e Anaelize dos S. Ribeiro e Bruno Azevedo (Planície Científica – UFF Campos dos Goytacazes/RJ).

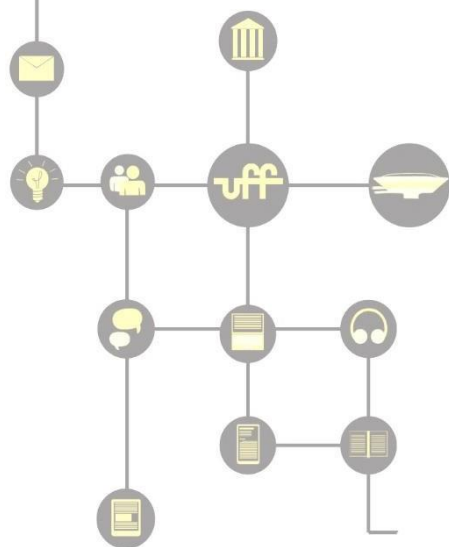
Este volume conta com cinco artigos originais, uma resenha original, dois ensaios, além do material indicado anteriormente. Buscaremos sempre manter a diversidade de produções intelectuais nas Ciências Sociais. Agradecemos a paciência e a constante submissão de novos trabalhos. A Ensaios cresce a cada volume, alcançando novos espaços.

Por fim, gostaria de agradecer a todo o corpo editorial pelo apoio e compreensão nesse contexto difícil.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>EDITORIAL</b>   | <b>4</b>   |
| <b>ARTIGOS ORIGINAIS</b>   | <b>6</b>   |
| Por uma abordagem antiutilitarista das organizações escolares a partir de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss – Gabriel Gordo Alcantara   | 6          |
| A figura viril do homem com H no YouTube brasileiro – Maria Fernanda Maciel  | 22         |
| Neoliberalismo, condição periférica e os Panteras Negras: um breve estudo sobre reprodução social e ação coletiva no mundo periferizado - Victor Ferreira, Júlia Fleury e Clara Ramos                | 39         |
| Transitividade, Transhomem e Testosterona: a reinvenção do falo e as transformações tecnológicas da travessia transmasculina – Deivid Nascimento de Carvalho   | 59         |
| 1984: a transposição do campo político da linguagem e poder simbólico em Orwell – Maurício Brugnaro Júnior   | 82         |
| <b>ENSAIOS</b>   | <b>99</b>  |
| O Ciber-Flâneur no Contexto da Pandemia – Lucas Pamio  | 99         |
| Do anormal ao excepcional: uma análise do filme “Meu nome é Bagdá” à luz do fenômeno Rayssa Leal – Giulia Marques  | 109        |
| <b>RELATOS DE EXPERIÊNCIA</b>  | <b>121</b> |
| Aprendendo a editar, ensinando a publicar: caminhos para a produção científica na graduação em humanidades – Tifani Isabele de Fraga Medeiros, Esther Kringer Silveira, Milena Weber e Natália Maluf | 121        |
| Uma jornada científica pela Planície – Anaelize dos Santos Ribeiro e Bruno Azevedo   | 132        |
| Na tessitura da experiência: breves notas sobre o fazer editorial na Revista Áskesis – Thalles Vichiato Breda e Ana Carina Sabadin   | 141        |
| <b>RESENHA</b>   | <b>154</b> |
| O que significa classificar? a relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu – Tarik Dias Hamdan  | 154        |
| <b>EDITAL DE RESENHISTAS – EDUSP</b>   | <b>161</b> |
| O atravessamento do debate de gênero e dos feminismos na América Latina: Argentina, Brasil e Chile – Marielle Guering Mattos   | 161        |
| O mal-estar de sermos ainda um país-promessa. – Claudia Holanda  | 166        |
| <b>Nominata de pareceristas do volume 19 - 2021.2</b>  | <b>173</b> |



## Por uma abordagem antiutilitarista das organizações escolares a partir de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss

Gabriel Gordo Alcantara<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo monográfico busca estabelecer uma relação entre antiutilitarismo e organizações para pensar uma crítica ao predomínio da razão instrumental na sociedade contemporânea. Para tanto, articula conceitos de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss para uma análise da presença desta razão nas organizações escolares, que aparecem como obstáculo para o desenvolvimento de escolas democráticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola; Antiutilitarismo; Organizações; Razão instrumental; Democracia.

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2021.1. Integra o grupo de pesquisa: Grupo Interdisciplinar de Dinâmicas Contemporâneas (NICON). Atualmente pesquisa o Antiutilitarismo e suas contribuições para o campo das organizações e da sociedade contemporânea. Atua como pesquisador na área de Sociologia, mas também possui interesse nas áreas de Filosofia e Antropologia.

**COMO CITAR:** ALCANTARA, Gabriel G. "Por uma abordagem antiutilitarista das organizações escolares a partir de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss." In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 6-21.

### For an anti-utilitarian approach to educational organizations based on Guerreiro Ramos and Marcel Mauss

**ABSTRACT:** This article proposes to correlate (1) the concept of anti-utilitarianism and (2) organizational studies as a pathway for critiquing the prevalence of instrumental rationality in contemporary society. In order to investigate the presence of such rationality in educational organizations, as well as the ways it might hinder the possibility of true democratic schools, the article discusses ideas from Guerreiro Ramos and Marcel Mauss.

**KEYWORDS:** School; Anti-utilitarianism; Organizations; Instrumental Rationality; Democracy.

“A democracia é mais do que uma forma de governo; é, antes de mais, uma forma de vida associativa, uma experiência partilhada em conjunto” (DEWEY apud LIMA, 2018).

## Introdução

Este artigo monográfico busca estabelecer uma relação entre antiutilitarismo e organizações para pensar uma crítica ao domínio da razão instrumental na sociedade contemporânea. Para tanto, articula conceitos de Guerreiro Ramos e Marcel Mauss para uma análise da presença desta razão nas organizações escolares, que aparecem como obstáculo para o desenvolvimento de escolas democráticas. O trabalho entende que as escolas, desde sua criação, não foram construídas para serem democráticas, tendo sofrido, ao longo da história, imensas transformações que contribuem até hoje para a sua não democratização. Sendo assim, buscar-se-á entender os mecanismos que impedem o seu pleno desenvolvimento, do ponto de vista das organizações substantivas, e, de certa forma, como isso impacta no debate que pensa as escolas cada vez mais como empresas que mobilizam discursos os quais reduzem o homem a um ser que calcula e que busca sempre a satisfação de seus próprios interesses. Por fim, propõe como alternativa teórica para análise desta problemática o paradigma antiutilitarista derivado das teorias de Marcel Mauss.

Sendo assim, inicialmente o artigo propõe um resgate do próprio sentido de organização a partir das ideias de Guerreiro Ramos, para quem as teorias organizacionais precisavam passar por uma mudança radical. Sua crítica à razão instrumental e sua ideia de razão substantiva questionam os modelos de organizações derivadas da sociedade de mercado e propõe em seu lugar o estabelecimento de organizações substantivas. Desta forma, a ideia é a de que sendo as escolas também organizações pautadas por modelos de gestão, estatutos, regulamentos e hierarquias específicas, elas precisam ser pensadas também a partir desses termos. Mas, ao contrário das teorias que colocam a organização escolar cada vez mais perto de uma prestadora de serviço apenas, é preciso refletir como ela pode ser pensada em termos de organização substantiva, ou seja, que põe em circulação uma razão também substantiva bem como princípios políticos fundamentais de democracia.

Para pensar mais diretamente a escola enquanto organização democrática, bem como os obstáculos que impedem seu desenvolvimento, serão utilizadas algumas contribuições de Licínio C. Lima, elaboradas em seu artigo *Porque é tão difícil democratizar a escola pública?* (2018). No referido trabalho, o autor elenca alguns obstáculos que a escola enfrenta e as causas que permitem que eles existam. Para finalizar, sugere que, como maneira de resolver parte das problemáticas evidenciadas por Guerreiro Ramos no que



tange às organizações e por Licínio C. Lima no que se refere à constituição de escolas democráticas, as teorias antiutilitaristas derivadas da dádiva de Marcel Mauss e desenvolvidas por teóricos como Alain Caillé mostram-se promissoras para aprofundar e dar outros rumos às produções que pensam o sentido da escola, seus fins, bem como o que será dela em um futuro relativamente próximo. Entendendo que, com o advento do neoliberalismo e uma nova fase da modernidade, é preciso intensificar os esforços para pensar alternativas para a escola que vão contra os modelos hegemônicos atuais.

### **Guerreiro Ramos – Vida e obra**

Na medida em que esse proeminente autor das organizações parece ofuscado dentro das Ciências Sociais, faz-se este pequeno resumo de sua trajetória com o objetivo de situar o leitor sobre quem ele é, bem como elucidar o novo sentido que ele atribui às organizações. Guerreiro Ramos nasceu em 1915 e morreu em 1982, com 66 anos. Natural de Santo Amaro, na Bahia, exerceu muitos ofícios, contribuindo sobremaneira para as Ciências Sociais no Brasil. Foi Sociólogo, administrador, funcionário público, político e dedicou grande parte da vida às questões raciais. Também foi um dos intelectuais que atuou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituto da época de Getúlio Vargas, que pensava questões referentes ao país, mas que também funcionava como propaganda política da era Vargas. Por isso mesmo, muitos o consideram um nacionalista, embora o ISEB possuísse intelectuais que não concordavam com o governo. Como um grande defensor da liberdade, era crítico da maneira como o Brasil importava teorias estrangeiras para tentar resolver os problemas locais. Dizia ele que era criticado tanto pela esquerda quanto pela direita, pois denunciava o “entreguismo” da direita ao mesmo tempo em que acreditava que o marxismo da época se resumia a uma espécie de “marxismo messiânico”, o qual não buscava pensar a teoria à luz das particularidades do Brasil. Por conta de sua vitalidade, criticou até grandes sociólogos reconhecidos atualmente, como Florestan Fernandes, e acabou sendo cassado na época da Ditadura Militar de 1964, exilando-se nos Estados Unidos, por volta de 1966.

Embora possa ser considerado um desenvolvimentista, a partir do golpe militar, em 1964, e do seu exílio nos EUA, ele percebe que não dá mais pra associar desenvolvimento nacional a uma racionalidade, uma vez que a ditadura também propunha um certo modelo de desenvolvimento. Desta maneira, razão e modernização já não eram convergentes. E é a partir desse rompimento que escreve sua última obra, *A nova ciência das organizações*, em 1981, na qual propõe um novo modelo de organização, não mais assentado em valores desenvolvimentistas, mas em valores humanistas. Importante mencionar que Guerreiro Ramos foi um dos pioneiros nos estudos



sobre organizações substantivas no Brasil, ocasionando a criação do Grupo de Pesquisa em Organizações Substantivas (GPOS), sediado na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Seguiremos, então, para a análise dessa obra e analisar de que forma ela contribui para os estudos organizacionais.

### **Guerreiro Ramos e as organizações**

Guerreiro Ramos, no livro *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações* (1981), entende que a sociedade centrada no mercado é pré-analítica. Isto significa que os pressupostos do mercado se apresentam de maneira imediata à consciência dos sujeitos na vida cotidiana, e nesse sentido são aceitos sem questionamentos. Sendo assim, o autor atribui às teorias das organizações dominantes um caráter de ingenuidade, uma vez que tomam aquilo que aparece de maneira imediata à consciência como ponto de partida conceitual, atribuindo-lhe caráter de verdade. Quando isso acontece, as ciências perdem de vista o que é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e ética. Nesse sentido, ele parte da premissa de que o modelo de organização dominante é ilusório, pois, atuando dentro da lógica de mercado, não pode servir aos interesses sociais. Suas críticas se estendem também a uma concepção equivocada de homem e de racionalidade, que gestada pela sociedade de mercado, adentra as Ciências Sociais, sendo necessária sua reformulação. Dessa forma, Ramos considera essencial desenvolver uma nova ciência das organizações, e isso só seria possível na medida em que se estabelecesse uma crítica da razão, "conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações" (RAMOS, 1989, p. 23).

O autor propõe, então, uma diferenciação entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. Por razão instrumental ele entende, tal como Hobbes, aquela que se expressa através de "cálculos utilitários de conseqüências" (Ibid., 1989, p.3) e que identifica a natureza humana como a busca do homem pela satisfação dos seus próprios interesses, em que o conteúdo intencional da ação é sempre orientado por cálculos de riscos em relação a meios e fins. Segundo Guerreiro Ramos, é esse tipo de racionalidade que é estimulada pelo mercado e que, portanto, garante sua manutenção. O problema dessa racionalidade, segundo ele, é a sua incompatibilidade com um modelo de organização e sociedade voltada para uma preocupação de conteúdo ético e de atualização pessoal. Ele diz: "A maximização da utilidade é incidental, nos sistemas que visam à atualização pessoal, a atualização pessoal é incidental naqueles que visam a maximização da utilidade" (RAMOS, 1989, p.142). E, assim, é possível notar uma correlação explícita entre racionalidade instrumental e sociedade de mercado.

Em contraponto a essa razão, Ramos desenvolve seu conceito de razão substantiva, e, para isso, se baseia nas concepções de Aristóteles acerca do homem como animal político. Para Aristóteles, a política é um atributo intrinsecamente humano, isso quer dizer que, por meio dela, o homem se distingue dos outros animais. A política, a partir de seu entendimento, é vista como algo que está presente na psique humana e nesse sentido possui caráter de essencialidade, uma vez que seu significado não é reduzido aos fenômenos históricos ou sociais. Portanto, o homem possui, por natureza, a capacidade de transcender seu próprio instinto de sobrevivência em favor do bem estar e da vida humana associada. Com isso, Ramos, partindo de Aristóteles, não está defendendo uma espécie de sacrifício individual em favor do coletivo, mas somente mostrando que o espírito de sobrevivência e o cálculo interessado é apenas um aspecto da vida humana, sendo a política o meio pelo qual outras formas de relações podem se estabelecer. Desse modo, o homem voltado para a razão substantiva estaria preocupado com o conteúdo ético e com a possibilidade de atualização pessoal, e não se reduziria a uma criatura que calcula, apenas. Em vista disso, Ramos vai trabalhar dentro de uma distinção entre o social e o político.

No aspecto social, ele diz, prevalece a qualidade de bando, já no político o homem é destinado a agir por si mesmo. No social, o indivíduo tende a pensar na própria sobrevivência e, com isso, os aspectos econômicos são calculados no sentido de garantir a própria vida através da satisfação de suas necessidades. Já no campo político o homem pode desenvolver suas qualidades substantivas no sentido de uma preocupação com o coletivo, com a nação ou comunidade. Ramos, dessa maneira, estabelece uma relação direta entre razão e vida humana associada, em que esta última está diretamente relacionada ao papel que se atribui à razão e à política. Ele diz: "uma teoria da vida humana associada é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é sua principal categoria de análise" (1989, p. 26), já, por outro lado, onde prevalece apenas o conteúdo prático da ação, prevalece também uma política inócua. "Onde quer que esses interesses práticos constituam o único critério para as ações humanas, não existe nenhuma vida política" (1989, p. 30). É nesse sentido que da sociedade de mercado não se pode esperar nenhuma preocupação além do próprio indivíduo, pois onde predomina a razão instrumental também irá predominar a ausência do fator político.

Ao identificar a razão como elemento da psique humana, Ramos parece concluir que não se pode derivar dos aspectos contingenciais e transitórios, portanto sociais, qualquer tipo de razão substantiva. O autor de Nova Ciência das Organizações fala de uma "transavaliação" da razão no processo de "modernização", "uma vez que a palavra razão dificilmente poderia ser posta de lado. Por força de seu caráter central na vida humana, a sociedade moderna tornou-a compatível com sua estrutura normativa"

(Ramos, 1989, p. 3). Da diluição da razão aos aspectos sociais resulta apenas o esvaziamento de seu sentido e abre margem para a dominação da racionalidade instrumental e, conseqüentemente, também do mercado. Isso quer dizer que agora a razão está limitada àquilo que fazem dela, e não mais corresponde a um atributo essencialmente humano. Daí Ramos falar também que o “bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (Ibid., p. 52).

Uma vez que Guerreiro Ramos enxerga o foco na razão instrumental como um equívoco que advém do predomínio da sociedade de mercado, vale explicitar as raízes epistemológicas dessa razão e de que forma ela ocupa seu espaço dentro das Ciências Sociais e das teorias das organizações. Segundo ele, as organizações são sistemas cognitivos e, com o advento das teorias behavioristas nessas áreas, o indivíduo passa a ser encarado como uma criatura que se comporta. Nesse sentido, perde sua autonomia e seu poder de deliberação dentro das organizações, sendo único e exclusivamente um seguidor de regras e regulamentos. E, uma vez que as organizações derivam suas próprias regras, estas passam a ter valor de verdade, embora careçam de fundamentos científicos para sustentá-las. Daí Ramos dizer que não podem, as organizações, basearem seu funcionamento a partir de suas próprias regras, pois tornam-se, assim, desprovidas de rigor científico. Por sua vez, no lugar disso que ele chamou de “síndrome comportamentalista”, o autor propõe o desenvolvimento de organizações substantivas – as quais abordaremos mais adiante –, e também fala sobre a necessidade de diferenciar comportamento de ação. Comportamento, ele diz, “é desprovido de conteúdo ético de validade geral”, enquanto que a ação “é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas [...] a ação constitui uma forma ética de conduta” (1989, p. 51).

Em suas reflexões acerca da psicologia na sociedade de mercado, Ramos aborda o conceito de “política cognitiva”. Esta, nas palavras dele, “consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (Ibid., p. 87). Desta forma, as organizações funcionam como “poderosos sistemas epistemológicos” que, orientadas pelo behaviorismo, ditam a linguagem, o pensamento e reproduzem sua cultura interna em todos os arranjos sociais, ganhando poder de pautar a própria realidade. O indivíduo é reduzido a um ser que calcula, e qualquer possibilidade de atualização pessoal se perde diante dos interesses do mercado. Daí que se torna importante questionar os pressupostos que são aceitos pelas Ciências Sociais e teorias das organizações sem nenhum tipo de reflexão. Neste momento, Ramos já está preparando o caminho para pôr em pauta sua proposta para uma Nova

Ciência das Organizações e conseqüentemente para o desenvolvimento de organizações substantivas. Vale lembrar que, para ele, isso só é possível através de uma mudança também das Ciências Sociais, a qual permitirá ser feita a crítica radical das ciências das organizações dominantes e da racionalidade instrumental.

As organizações substantivas precisam estar alinhadas com a racionalidade substantiva. Dessa forma, por organizações substantivas compreendem-se organizações verdadeiramente preocupadas com a atualização pessoal, com a autenticidade, com o meio ambiente, e com as novas exigências que a modernidade apresenta. Ramos não nega a funcionalidade da razão instrumental, o problema consiste em ela dominar todos os aspectos da vida social. Daí ele considerar indispensável a delimitação dessa razão no contexto social e criar outros espaços onde a razão substantiva também possa se desenvolver. Na Antiguidade, ele diz, a economia fazia parte do sistema biofísico da sociedade, portanto, o mercado era só mais um elemento dentre outros. Hoje, o mercado domina todas as instâncias da vida, sem entraves, e, pra ele, isso constitui a maior parte dos problemas atuais. Por isso sua preocupação em abordar uma paraeconomia, na qual o mercado, bem como a racionalidade instrumental, ficariam entre parênteses, ou seja, circunscritos a apenas algumas relações dentro do quadro social mais geral.

É claro que a obra de Guerreiro Ramos, como ele mesmo diz, tem status apenas preliminar, sendo necessários outros desenvolvimentos para botar em prática o que chamou de Nova Ciência das Organizações. Além disso, deixou algumas questões em aberto, exemplo: como metodologicamente colocar a razão substantiva em prática. Além disso, pincelou sobre a necessidade de reavaliação dos fundamentos das ciências sociais e das organizações, mas não estabeleceu como exatamente fazê-lo. O mais próximo que chegou, neste sentido, foi sua elaboração acerca do homem parentético. Este, diferente do homem que calcula, age a partir de seus próprios critérios, baseando-se em valores mais éticos e universais. Portanto, luta constantemente contra os mandos do mercado. Embora esse homem pareça tomar a forma de uma entidade metafísica, botando em dúvida sua ocorrência na realidade, também parece estar muito mais relacionado a um dever-ser no qual através de mudanças individuais a sociedade rumaria para outra direção.

Em suma, o que se observa é que Guerreiro Ramos já verificava, por volta dos anos 1980, algumas mudanças no que se refere à razão. Entendia que as Ciências Sociais possuíam centralidade, seja na disseminação da razão instrumental, liberando o mercado de suas "peias", na delimitação desta a somente alguns aspectos da vida, como era o seu projeto. Além disso, partia dele a ideia de que o homem não pode ser reduzido ao aspecto social apenas,

caso contrário poderia estar o homem se distanciando de organizações mais éticas e conseqüentemente de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a política aparece como meio adequado pelo qual o homem pode fazer uso de uma razão substantiva verdadeiramente preocupada com o coletivo. Acrescenta-se, por fim, a influência das bases fenomenológicas traçadas por Husserl, para quem era necessário repensar os fundamentos filosóficos nos quais as ciências estariam plantando suas raízes. Da mesma forma, Ramos parece estar preocupado com as bases epistemológicas de caráter behaviorista que até então norteavam as Ciências Sociais, as Ciências Políticas e o mercado de maneira geral. Nesses termos, cabe agora entender como esse panorama permite pensar as escolas e as influências que a sociedade de mercado e a razão instrumental exercem sobre a gestão escolar.

### **Gestão escolar e democracia**

Segundo Amitai Etzioni, em *Organizações Modernas* (1964), nascemos, nos desenvolvemos e morremos dentro de organizações. A Era Moderna é a era das organizações. Por isso mesmo a escola tem sido cada vez mais inflada de perspectivas advindas da área da administração e que de alguma forma promove a ideia de mercado no âmbito educacional. Não à toa o surgimento de obras como *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público* (2019), de Christian Laval, e tantos outros trabalhos que buscam entender esse movimento de transformação da escola em termos de causas eficientes e inovadoras. A escola, como qualquer outra organização, possui regras, estatutos e formas de gestão variadas, além de hierarquias e burocracias. Nesse sentido, faz-se urgente pensar a escola como organização, mas não no sentido de promover sua mercantilização, mas no de questionar a própria concepção do que é uma organização, ou pelo menos do que ela pode ser. Isso significa que da mesma forma que Guerreiro Ramos defende a ideia de implementação de organizações substantivas, este artigo propõe a ampliação desse olhar para o âmbito das escolas. Sendo assim, como para ele o elemento político está diretamente relacionado à possibilidade de construção de organizações com valores éticos e de desenvolvimento pessoal, o elemento político se faz central também na construção de escolas que tenham por princípio uma razão substantiva alicerçada em valores democráticos e humanísticos. Isso só é possível diante de uma crítica radical à razão instrumental que, impulsionada pela sociedade de mercado, vê na escola uma oportunidade de lucrar. Cabe, então, entender a maneira pela qual os esforços da sociedade de mercado, pautados por uma razão utilitarista, neutralizam o desenvolvimento integral da escola em termos substantivos. Para isso, será trabalhado o artigo *Porque é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?* (2018), escrito por Licínio C. Lima, pois nele o autor reflete sobre os obstáculos que impedem as organizações

escolares, tanto no Brasil quanto em Portugal, de se tornarem organizações substantivamente democráticas.

O autor inicia sua exposição citando duas correntes principais que versam sobre a democratização das escolas. A primeira delas entende que, estando a organização democrática das escolas legalmente assegurada, estariam, por sua vez, salvaguardadas também na prática, não sendo necessária nenhuma intervenção para o seu pleno funcionamento. Nesse sentido, governos democráticos tenderiam a tornar o ambiente escolar também democrático, de maneira quase automática. Como é possível notar, essa corrente se apresenta como absolutamente frágil, na medida em que nem sempre as escolas refletem os ideais políticos vigentes. Além disso, nem sempre quando se fala de governos democráticos se fala de uma democracia realmente substantiva. Por outro lado, a segunda perspectiva, em contraponto com esta primeira, pensa a organização democrática das escolas como ineficiente frente aos ideais de competitividade e de qualidade postos em questão. Neste caso, a escola é entendida como uma prestadora de serviços onde os alunos e as famílias são os clientes. Sendo assim, predomina um discurso pejorativo contra a burocracia estatal que aponta para a falta de resultados e de qualidade na gestão vigente nas escolas. Neste caso, para a superação deste impasse, estes grupos propõem a intervenção daquilo que chamam de princípios gerencialistas, ou seja, “adoção da empresa privada como arquétipo institucional e de organização racional, de gestão inovadora e eficiente” (LIMA, 2018, p. 18).

Dessas duas correntes derivam uma série de obstáculos que devem ser analisados quando se pensa uma organização escolar democrática. O primeiro deles remete à questão da diferenciação entre a política democrática expressa e a política democrática substantiva, ou melhor, é necessário ampliar a noção de democracia para além do âmbito formal, das leis e dos regulamentos, para pensar de que forma ela pode estar presente dentro das ações e das práticas escolares. Guerreiro Ramos contribui para essa discussão na medida em que propõe sua diferenciação de comportamento e ação. Para uma escola mais democrática faz-se necessário que professores, bem como todos aqueles que fazem parte dela, ajam. Ou seja, tenham consciência do papel que desempenham, bem como do princípio ético da escola, qual seja, desenvolver nos alunos a capacidade de refletir sobre sua condição e promover o suporte para formas substantivas de vida humana associada. Longe de modelos que permitam pensar a crítica da razão instrumental e os impactos desta na escola e na educação, é difícil pensar em saídas democráticas também da sociedade.

Em outro ponto, questiona a própria segurança legislativa das organizações democráticas, tendo em vista que nem sempre elas mantêm uma linearidade que assegure a sua vigência, o que pode acabar culminando

em retrocessos também no âmbito legislativo. Ou seja, o fato de elas estarem na letra da lei não quer dizer que sempre estarão. Daí a preocupação de Guerreiro Ramos em alocar o lugar da razão substantiva na psique humana, pois uma vez que esses valores se encontram somente no social, estão passíveis de serem alterados, ressignificados e “transavaliados” de acordo com as circunstâncias. Da mesma forma, estando a democracia diretamente relacionada à razão substantiva, precisa ser ela implementada em seu sentido pleno, na ação concreta de professores e nos esforços conjuntos para a sua efetivação.

Parte de toda essa conjuntura recai sobre o reconhecimento de que a escola, desde sua criação, não foi pensada para ser democrática, pelo contrário, segundo Licínio C. Lima, a escola absorveu muito das organizações militares, religiosas e industriais, tendo o seu caráter democrático sido discutido somente após a sua inserção como direito fundamental. Diz Ramos:

A educação, também não escapou ao processo de superorganização; seu objetivo, de modo geral, é sobretudo tornar as pessoas capazes de se transformarem em detentoras de emprego, no sistema de mercado. [...] Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão predeterminada da realidade (1989, p. 145).

Sendo assim, as raízes da escola como organização que busca resultados e serve a fins específicos e eficientes dentro da sociedade parece não terem sido abandonadas. Na realidade, o que ocorre é uma intensificação da ideia de competitividade, uma busca pelos resultados e um discurso empreendedor nunca antes visto no âmbito pedagógico, o que parece corresponder também a essa nova fase da modernidade e com ela a maior predominância das leis do mercado em todos os âmbitos da vida social, o que culmina por dificultar a construção de escolas democráticas por conta do próprio contexto histórico em que ela se desenvolveu.

Diante do exposto, cabe alguns apontamentos referentes à escola, que passam “despercebidos por aqueles que buscam a sua empresarização”, diz Lima:

- a) a formação e a cultura profissional dos professores e dos gestores escolares são coincidentes, ao contrário do que acontece na maioria das organizações complexas;
- b) os alunos não são simplesmente usuários, não são clientes da escola pública, são participantes e têm direitos enquanto tal, além de pertencerem à organização, ou seja, de serem membros da escola;



- c) os professores, na sua ação, dependem em grande parte dos alunos e só ensinam verdadeiramente se estes quiserem aprender, uma vez que não existe verdadeiro ensino sem aprendizagem;
- d) as doutrinas, os métodos e as técnicas de gestão empresarial não só se revelam, frequentemente, de difícil aplicação às escolas, como, em muitos casos, é mesmo impossível aplicá-los sem correr o risco de transformar a gestão escolar num ato deseducativo;
- e) os objetivos educativos não são apenas distintos dos da produção material e da obtenção de lucro. Além disso, são muito complexos, ambíguos e difíceis de definir a priori com rigor, mesmo considerando o regresso às pedagogias científicas e racionalizadoras, aos resultados de aprendizagem, às metas, aos indicadores, aos padrões e às evidências;
- f) as tecnologias organizacionais das escolas, ou seja, seus processos educativos e didáticos, revelam uma grande incerteza, são pouco fidedignos, não produzem sempre os mesmos resultados, não se compreendendo, por isso mesmo, o recurso às metáforas produtivistas e mecanicistas, como se cada aluno fosse uma espécie de matéria-prima moldável e imediatamente comparável.

Disso resulta que o debate acerca de como a escola será gerida vai para além da escola e seus objetivos internos, pois colocam em jogo os rumos da sociedade, pois é através dela que grupos poderosos podem impor sua visão de mundo, sejam eles empresas, grandes conglomerados ou o próprio estado. Nesse sentido, debater a organização escolar é debater o futuro da sociedade, é pensar a escola em termos substantivos, é resgatar os valores humanos e os princípios éticos de uma sociedade que pensa formas de vida associativas. Conforme Lima,

não é possível ensinar nem aprender a democracia, a participação e a cidadania ativa em contextos escolares e através de processos de governo autocráticos, sob práticas elitistas e oligárquicas, subjugadas a líderes autoritários e a dinâmicas patrimonialistas, ou ao império da racionalidade técnico-instrumental (2018, p. 26).

Pelo contrário, somente através da crítica à razão instrumental, e dos debates acerca da razão substantiva e, por conseguinte, da política, é possível se pensar em modelos de democracias substantivas para as escolas e também para a sociedade como um todo. Mas mesmo diante deste diagnóstico, de predomínio da razão instrumental na sociedade e nas escolas, ao longo dos anos as teorias desenvolvidas não foram suficientes para mudar o cenário geral. Embora isto tenha menos a ver com a qualidade destas discussões e mais com os contextos nos quais elas se fazem, qualquer esforço no sentido de complementar ou impulsionar essas críticas nos rumos que elas devem seguir se tornam extremamente válidas e urgentes.

Pensando nisso, é que este artigo propõe, como campo promissor para pensar a escola enquanto organização substantiva, as teorias antiutilitaristas derivadas de Marcel Mauss. Como Lima aponta nos tópicos elencados acima, a educação não se enquadra nos moldes do mercado, não podendo ser ela quantificada em termos de eficiência como seria uma organização com fins mercantis. E Guerreiro Ramos, apesar de suas críticas à razão instrumental, não desenvolveu completamente suas ideias, pois faleceu logo após a publicação de sua última obra, *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização das riquezas das nações* (1981). Dessa forma, pensar a educação pela via do antiutilitarismo talvez possibilite compreender a linha do que o próprio Guerreiro Ramos estava tentando apresentar, bem como renovar as críticas ao tecnicismo presentes nas organizações escolares, além de combater essa forma de razão no quadro mais geral da sociedade.

### **O antiutilitarismo de Marcel Mauss**

Baseado no Ensaio sobre a Dádiva (1925), obra do antropólogo francês Marcel Mauss, um grupo de pesquisadores na França criou um movimento que denominou M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais). A princípio, o grupo tinha como intuito homenagear este autor da Antropologia, mas na medida em que foram revisitando a sua obra viram que suas críticas poderiam contribuir para o estabelecimento de um terceiro e novo paradigma nas Ciências Sociais.

No modelo desenvolvido por Mauss do dar, do receber e do retribuir, parece que o autor está buscando fundamentar um novo modelo relacional que não é nem holista nem individualista (CAILLÉ, 1998). Este modelo nomeado de princípio da Dádiva, parte do pressuposto de que o que motiva a relação entre as pessoas, e que de certa forma rege a manutenção das relações, tem a ver com princípios de troca. Mas diferentemente da sociedade de mercado, que assume que as relações são pautadas somente por princípios de interesses de máxima eficiência e de troca de mercadorias, Mauss entende que as trocas são também significativas.

Em sua análise das sociedades arcaicas, Mauss observou que, em algumas aldeias, as trocas representavam para além de meras trocas de mercadorias, significavam também trocas simbólicas de determinados valores, como honra, casamento, etc; onde o dar simbolizava também o poder de determinado representante ofertar e, por sua vez, demandar um ato de retribuição, o qual envolvia, muitas vezes, uma retribuição maior do que aquilo que se deu. Esse ciclo possui algumas características inerentes ao próprio processo que, se por alguma razão for rompido, põe em risco a vitalidade de tal relação. Dentre estas características estão o fator tempo e o ato de retribuição. Quando se dá algo, é necessário manter a incerteza de

“quando” e “se” será realmente retribuído. É somente em virtude do risco dessa relação poder se estabelecer ou não, que o dar se torna uma dádiva. Nesse sentido, se por alguma razão a dádiva não for retribuída, ou, se do contrário, for retribuída no mesmo instante, ela deixa de ser uma dádiva e passa a ser uma relação contratual entre as partes, onde as regras do jogo estão claras e bem estabelecidas. Por outro lado, se o ato de retribuição não acontecer, pode ser que esta quebra do ciclo resulte em desarmonia entre as partes.

Essa dinâmica deixa, subentendidos, aspectos que fogem às explicações meramente economicistas das relações sociais, os quais, por sua vez, podem ser observados em todas as sociedades. Enquanto o conteúdo das trocas na sociedade de mercado é reduzido a apenas um aspecto, Mauss alerta que a humanidade cria e imagina formas de relação verdadeiramente variadas, não podendo ser simplificadas a apenas uma dimensão. Além disso, essa dinâmica aparece como um paradigma quando deixa de se referir a apenas algumas sociedades e se torna fundamento das relações sociais, como é parte da premissa de Alain Caillé. Daí também o caráter relacional da existência humana. Segundo Paulo Henrique Martins,

Mauss traz na sua abordagem um aspecto crucial para se evitar a generalização do relativismo teórico, ao propor que o dom é o lastro ontológico por excelência sobre o qual se apóiam todas as possibilidades de alianças e saberes. (MARTINS, 2017, p. 127)

Além disso, o antiutilitarismo critica também os ideais de progresso e modernização que se estabeleceram no Ocidente. Paulo Henrique Martins no artigo A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé (2017), aponta o seguinte:

a aplicação desse modelo ideológico do progresso na organização da realidade humana promoveu uma distância metodológica ilusória e relevante entre racionalismo científico e realidade empírica. A representação linear e causal da modernidade demonstrou ser insuficiente para explicar a dinâmica espacial e temporal, paradoxal, multitemporal e multiespacial do processo vital, e que escapa a quaisquer esquemas cognitivos dados previamente pelo Ocidentalismo. (Ibid., p. 185)

Sendo assim, o autor parece deixar claro que os ideais positivistas existentes na modernidade não dão conta de explicar toda a realidade social. Guerreiro Ramos também era forte crítico da ideia de progresso. Segundo ele, a noção de tempo linear é característica das sociedades ocidentais, as quais acreditam que o desenvolvimento culminará num estágio final de perfeição. É um erro defendido pelo capital e que os marxistas também acabam por reproduzir. O que ele defende, para uma Nova Ciência das Organizações, é um modelo multitemporal, no qual, para além do tempo como mercadoria,

existam também formas de organização em que prevaleçam um tempo para “a intimidade e uma intensa reciprocidade interpessoal” (RAMOS, 1989, p. 167).

Na tentativa de pensar Guerreiro Ramos e de que maneira Marcel Mauss se coloca na discussão acerca da crítica da razão instrumental, é possível pensar em um conteúdo totalmente inovador que a dádiva fornece para refletir sobre as organizações e os paradigmas contemporâneos. A maneira pela qual o antiutilitarismo de Mauss se mostra arrebatador, no sentido de desmistificar a tese do interesse utilitário, fornece a Guerreiro Ramos a possibilidade de investigar as raízes relacionais das organizações em termos não meramente utilitaristas, mas coadunando com sua ideia de organizações substantivas. Assim como Mauss, Guerreiro Ramos também parece acreditar que há uma diversidade de possibilidades de se estabelecer relações não meramente utilitárias, isso, na medida em que propõe seu modelo multicêntrico, focado em outras formas de convivência, orientadas por uma razão substantiva, criando espaços para o desenvolvimento além do interesse egoísta. Aliás, Marcel Mauss, assim como Guerreiro Ramos, entende que a razão instrumental possui o seu valor, mas não explica toda a complexidade das relações sociais, isso porque o interesse é característica de toda relação social, porém o aspecto egoísta e mercantil desse interesse é alvo da crítica destes autores, uma vez que o interesse também se estende para além destas dimensões.

### **Antiutilitarismo e organizações escolares**

Diante do que foi apresentado, cabe agora explicitar brevemente alguns caminhos que podem auxiliar em estudos posteriores que busquem relacionar antiutilitarismo e organizações escolares. Guerreiro Ramos e Marcel Mauss aparentam lançar mão de uma crítica à razão instrumental e conseqüentemente aos pressupostos economicistas que moldam as relações sociais. Em vista desse objeto comum, a escola parece inundada dos efeitos de tais influências, o que faz com que os elementos políticos, bem como os próprios sentidos da escola, percam-se neste emaranhado, criando obstáculos para a sua democratização substantiva, como bem aponta Licínio C. Lima. No entanto, todos os autores parecem concordar que a política é primordial para a compreensão e para o realinhamento de tal instituição dentro de princípios éticos, em uma sociedade mais justa e com valores humanos convivalistas.

Mas, na medida em que a política se fragmentou com o advento da razão instrumental e de modelos de relação social baseados no mercado, faz-se necessário resgatar essa política. Neste sentido, o antiutilitarismo aparece como peça chave desta empreitada. Tanto Marcel Mauss como Guerreiro Ramos trataram de resgatar, em saberes não hegemônicos, influências que

pudessem auxiliar no entendimento do pensamento social aqui no Ocidente. Como aponta Paulo Henrique Martins, Mauss “realiza uma crítica importante e original para o desenvolvimento dos estudos pós-coloniais, ao valorizar saberes provenientes de culturas não europeias” (MARTINS, 2014 apud MARTINS, 2017). Essas críticas devem ser capazes de influenciar a gestão escolar, levando-a a refletir sobre a sua função e o lugar que a escola ocupa dentro da sociedade. Em princípio, essa questão perpassa a valorização de saberes locais, e uma educação que seja significativa para os alunos, ou seja, que passam à margem de saberes hegemônicos, que defendem princípios de competitividade e eficiência. Através deste trabalho, talvez a política substantiva possa se estabelecer como núcleo que orientará ações conscientes em prol de formas de vida associativas e democráticas.

Além disso, as críticas ao tempo serial em detrimento do tempo substantivo, orientadas pela razão substantiva e pelo antiutilitarismo, é característica marcante que deve ser pensada à luz das escolas. A relação entre professores e alunos não pode ser mercantilizada no sentido de o aluno ser visto apenas como um cliente que busca um serviço. O conhecimento só é possível através da autenticidade e de ciclos de dádiva que se estabelecem em sala de aula. O conhecimento não se enquadra nos moldes do mercado, pois não é algo que pode ser quantificado; e seus efeitos se fazem sentir menos na objetividade e mais nos aspectos subjetivos de desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, o tempo em sala de aula deve ser um tempo de satisfação, onde prevaleça a reciprocidade interpessoal, e que busque o desenvolvimento de valores sociais e de cidadania.

Por fim, o resgate da dádiva de Marcel Mauss e a centralidade dada à mesma por Alain Caillé, alçando-a como um primeiro paradigma para as Ciências Sociais (MARTINS, 2017), demonstra que estudos nesta área podem ser promissores para pensar as novas relações sociais que a sociedade de mercado tem estimulado, além de renovar as críticas dentro da teoria social, e, neste caso, pensar a gestão escolar como um universo de trocas simbólicas entre seus agentes.

## **Conclusão**

Este trabalho buscou apresentar que os estudos organizacionais podem ser promissores para compreender os problemas que afligem as organizações escolares dentro daquilo que Lima (2018) chamou de “império da racionalidade técnico-instrumental”. No entanto, o faz a partir de uma nova ideia de organização inicialmente desenvolvida por Guerreiro Ramos. As suas críticas à razão instrumental e a busca por um retorno à ideia de razão substantiva, baseadas em Aristóteles, parece movê-lo no sentido de um resgate da política e de princípios éticos humanistas dentro das organizações.

No quadro escolar, através de Licínio C. Lima, foi possível observar que o predomínio da razão instrumental, neste âmbito, culminou em modelos de gestão escolar não democráticos, o que limita as possibilidades de construção de uma sociedade que pensa formas de vida associativas. Apesar disso, ao final, o trabalho propõe, como forma de avançar nos estudos nesta área, as teorias antiutilitaristas derivadas de Marcel Mauss. Este, mais do que Guerreiro Ramos, para quem infelizmente não foi possível aprofundar suas teorias, apresenta-se como solo fértil para o desenvolvimento de estudos que avaliam os impactos da razão instrumental nas escolas, bem como no restante da sociedade, além de mostrar que formas de vida associativas são possíveis, e, nesse ponto, o paradigma da dádiva aparece como elemento fundamental. Longe de querer esgotar o tema, este trabalho é uma provocação para a importância de estudos posteriores sobre esta temática.

### **Referências Bibliográficas**

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 13, p. 5-38, 1998.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Tradução: Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

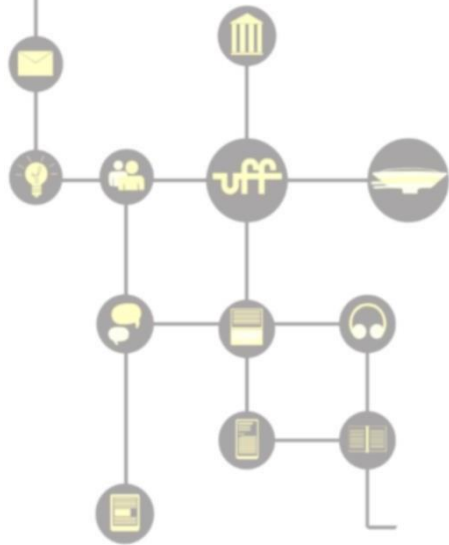
LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo Editorial, 2019.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? 1. *Educar em Revista*, v. 34, p. 15-28, 2018.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. *Sociologias*, v. 19, p. 162-196, 2017.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.



## A figura viril do homem com H no YouTube brasileiro

Maria Fernanda Maciel<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de vídeos produzidos por canais masculinos que atuam como uma espécie de coaches de comportamento/relacionamento no YouTube Brasil, o seguinte artigo explora e descreve as dinâmicas comportamentais de seus administradores e telespectadores, evidenciando a forma como se vinculam. Através de uma etnografia virtual, utilizando-se da própria oratória dos youtubers e de sua linguagem corporal, o texto busca compreender as peculiaridades envolvidas no processo de construção de virilidade entre homens neste universo virtual. Igualmente, agrega à reflexão a decorrência de efeitos sociais deste tipo de conduta na contemporaneidade – tanto internamente na “comunidade” masculina, quanto externamente em relação às mulheres. Para tanto, a mobilização de autores como Pierre Bourdieu (2002), Miguel Vale de Almeida (1996) e Sherry Ortner (1979) ampara a chave argumentativa da análise e com o propósito de produzir uma reflexão relativa à construção da virilidade entre homens neste universo virtual.

**PALAVRAS-CHAVE:** virilidade; gênero; mídia social.

### The manly figure of the man with M on Brazilian YouTube

**ABSTRACT:** Based on videos produced by male channels that act as a kind of coaches on YouTube Brazil, the following article explores and describes the behavioral dynamics of their administrators and viewers, highlighting the way they bond. Through a virtual ethnography, using the youtubers' own oratory and body language, the text seeks to understand the peculiarities involved in the process of virility construction among men in this virtual universe. It also adds to the reflection the social effects of this type of conduct in contemporaneity - both internally in the male "community" and externally in relation to women. For this, the mobilization of authors such as Pierre Bourdieu (2002), Miguel Vale de Almeida (1996) and Sherry Ortner (1979) supports the argumentative key of the analysis with the purpose of producing a reflection on the construction of manhood among men in this virtual universe.

**KEYWORDS:** virility; gender; social media.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ).

**COMO CITAR:** MACIEL, Maria Fernanda. "A figura viril do homem com H no YouTube brasileiro". In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 22-38.



## Introdução

O YouTube é uma mídia social de compartilhamento de vídeos na internet. De seu surgimento em 2005 na Califórnia até ao final da década de 2010, a plataforma vem mostrando a sua habilidade multifacetada. O seu carro-chefe é a possibilidade de compartilhamento de vídeos sem grandes dificuldades técnicas por pessoas de todo o mundo. Isso forneceu a qualquer indivíduo com um dispositivo de gravação às mãos a oportunidade de publicar imagens pessoais nessa rede em contínua formação. Dessa maneira, a sua expansão se fez e se faz inevitável.

Com isso, o YouTube possui canais (como os de TV) e um catálogo variado de assuntos os quais atendem às suas múltiplas audiências. Existem sujeitos de todos os tipos comunicando-se e criando conteúdo para “alimentar” o seu determinado nicho dentro daquele universo. Concomitantemente e por consequência desse espaço em abertura, os “youtubers”<sup>2</sup> ganharam força. Eles são esses criadores e possuem inscritos suficientes em seus canais para serem considerados populares. O crescimento de sua visibilidade virtual aumenta à medida que as visualizações fazem o mesmo movimento. Estas, por sua vez, tornam-se importantes por também significarem trabalho remunerado: os vídeos são monetizados pelo próprio serviço de partilhamento de acordo com a quantidade de visualizações (views) que recebem.

O Brasil não ficou à margem desse fenômeno. Segundo o jornal El País, o “boom” youtuber no país está situado entre 2014 e 2015; e o mesmo têm consumido mais esses vídeos online do que a tradicional televisão aberta. Assim, essas produções têm a capacidade de já constituírem mudanças nos rumos da relação da massa com o audiovisual brasileiro, demonstrando igualmente a relevância de pensá-las nesta conjuntura singular de materiais – potencialmente virais –, os quais chegam a qualquer um com acesso à web.

No atual período de final dos anos 2010, o dito “mundo virtual” mostra-se mais do que uma extensão do dia a dia das pessoas. Ele é uma dimensão fundamental do cotidiano dos indivíduos, pois se integra e combina com suas ações no “mundo real” – não há uma concisa separação entre o que é online e o que é offline, estão todos conectados.

<sup>2</sup> Aqueles que possuem engajamento regular de seus seguidores e exercem influência sobre os mesmos também podem atuar como influenciadores digitais. Assim, têm o poder de realmente alterar e direcionar opiniões e comportamentos.

Por isso, neste contexto de ascendência das redes, qualquer coisa pode se tornar conteúdo.

A presente análise focaliza em um específico tipo de canal em meio a tantas opções: os produzidos por homens para homens. A discussão é embasada a partir dos canais: Manual do Homem, Social Arts e SB João Victor; e de um vídeo de cada um. Juntos, os três homens brancos, na média dos 25 aos 35 anos, totalizam 1,437 milhão de inscritos. A escolha desses vídeos específicos se justifica pelo seu alcance e também pelo conteúdo que trazem, a serem analisados a seguir. Eles – locutores – atuam como “gurus” comportamentais para o seu público-alvo masculino. Em falas recheadas por “como's”, ensinam atitudes e maneiras de pensar as quais os levarão a agir e ser o que consideram um “homem de valor”.

O homem-locutor<sup>3</sup> – como irei chamá-los – propõe auxílio em todos os âmbitos da vida, sobretudo o amoroso, e o seu material não se encerra nos vídeos. Também oferece cursos online e livros (escritos por ele), sendo o conteúdo disponibilizado no YouTube apenas uma prévia de toda a instrução. Assim, caracteriza-se como um coach<sup>4</sup>, o qual acompanhará o homem-público em sua jornada rumo ao homem “de verdade” que deve ser. Além da oportunidade lucrativa do discurso tornar-se um negócio, mostra-se a inegável amplificação e disseminação de um padrão comportamental viril que se coloca através das interações face a face e se estabelece online.

Portanto, enquanto aconselham a como tratar mulheres e o que vem do feminino, eles validam, do mesmo modo, um manual de conduta configurado pelo másculo para tratarem-se na qualidade de homens. Dessa maneira, revela-se um campo complexo e cheio de nuances para reflexão acerca da temática de masculinidades e seus aspectos, principalmente sobre como os homens constroem a sua própria virilidade perante à outros homens em canais de YouTube. E mais: em oposição à que essa construção se faz. Essas questões são o que se busca compreender transversalmente aos efeitos socialmente reverberados nas relações de homens com outros homens, e de homens com mulheres.

<sup>3</sup> Por portarem-se como verdadeiros porta-vozes dos “saberes” da cultura do ‘macho’, a categoria se faz adequada.

<sup>4</sup> São indivíduos que atuam a partir de conhecimentos adquiridos por meio da técnica do coaching da vida pessoal, profissional e empresarial das pessoas. O fazem sob a premissa de que contribuem para que alcancem seus objetivos em um curto espaço de tempo.

## **O objeto de estudo: uma descrição**

O método de etnografia virtual se fez necessário nesse caso por se tratar de uma questão que envolve a internet. Através da observação e monitoramento de práticas online (propostas por essa técnica de pesquisa), foi possível estabelecer um “modelo” de comportamento dos homens relacionado aos canais de YouTube. Embora o foco estivesse inicialmente sobre os criadores de conteúdo, no decorrer da pesquisa as suas interações com os receptores daquele material se destacaram. Em função disso, a troca entre eles nesse espaço ganha notoriedade.

No mais, os canais escolhidos não se evidenciam só pela sua quantidade de seguidores e consequente poder de influência. Em um nicho de tamanha extensão, eles condensam os modos comportamentais da vertente de produções de homens para homens, a qual considera e legitima conteúdos quase professorais sobre como ser um “homem”.

O Manual do Homem, criado em agosto de 2014, possui 1,36 milhão de inscritos. Apresentado por Cauê Nespoli, o canal não possui uma descrição, mas contém uma foto de capa que estampa o apresentador enquanto um “homem de negócios”. O vídeo analisado é intitulado “O tipo de cara que toda mulher gosta”. Postado em 13 de setembro de 2020, já acumula 161.270 visualizações.

Os seus 7:30 minutos se passam em um estúdio. Sentado à mesa para iniciar a comunicação com seus seguidores, Cauê abre o debate com a pergunta: “você é o tipo certo de cara que toda mulher gosta?”, para em seguida apresentar os seis tipos de homens os quais ele considera ideais aos olhos femininos: o humilde e que não “conta” vantagens, o que não é desesperado para “correr” atrás da mulher, o seguro, o “cara de pau”, o qual sabe o que quer da vida; e por fim, o homem independente.

Todas essas afirmações são acompanhadas de uma linguagem corporal forte. O homem-locutor detém de uma aparência física marcada por barba e cabelos aparados, e postura de quem faz exercícios; e bate violentamente na mesa à sua frente quando aponta os “erros” de outros homens. Vestindo uma camisa preta, ele bate palmas em tom de ironia e ridiculariza atitudes como elogiar os olhos de uma

mulher. Durante a análise dos perfis, também imita vozes agudas ao reproduzir o que seus companheiros fazem de “errado”.

Gesticulativo, Cauê coloca-se na posição de ‘amigo’. Ele até enuncia: “Se você não é um cara seguro, a mulher não vai gostar de você. Eu estou tentando abrir o seu olho, cara. Eu sou seu amigo”, intercalando os momentos de truculência com os de aconselhamento para expressar o que se deve fazer ou não. Cabe ressaltar outras frases importantes ditas pelo dono do canal: “Você acha que a mulher vai ficar com um “frouxão”, um “tanga frouxa” ou com um cara mais ousado?”; “demonstre que você é um cara bom pelo seu comportamento.”; “eu quero conquistar a mulher que me mereça.”.

Alguns comentários deixados na publicação também se destacam: “Irmão, você não tem noção (na verdade deve ter sim) de quanta gente tu ajuda com os seus vídeos (..) eu me encontrei bem perdido e quase cometi alguns erros, mas eu tive esperança. No caso, você é a esperança”; “quando a mulher pergunta que filme quero ver, eu digo tanto faz, mas é porque não vou assistir e sim, ficar “pegando/comendo” ela”.

O canal Social Arts foi criado em fevereiro de 2017 e contém 282 mil inscritos. Em sua descrição, o youtuber se apresenta com a frase “meu nome é Bruno Giglio, eu sou o fundador da Social Arts e minha missão é te ensinar como ser respeitado, ser mais produtivo e ter mais sucesso na vida e com as mulheres”. O vídeo em análise é o “Como sair do pólo feminino e recuperar o respeito e a atração de uma mulher”, o qual possui 152.961 acessos e foi ao ar em 3 de julho de 2020.

Bruno posiciona-se em uma sala com computadores e uma TV. Aparenta cuidado com sua imagem, dado o corpo bem definido, os cabelos cortados e sem barba. Utilizando um microfone preso à sua camiseta preta, dá início à discussão relatando receber muitas mensagens de homens que estão mais investidos na relação do que suas respectivas parceiras. Por isso, decidiu esmiuçar o tema em 23:50 minutos de gravação.

Ele fala alto, de forma valente, como se estivesse brigando com alguém estimado, e se põe em um lugar de identificação. Ao compartilhar experiências próprias e se aproximar do ouvinte, afirma que mulheres testam os homens com reclamações sobre suas atitudes

e, dessa maneira, começa a inserção deles no pólo feminino da relação. No mesmo argumento, o apresentador declara ser da natureza feminina “correr atrás” do homem, isto é, estar insegura e vulnerável.

Dito isso, o homem-locutor da vez justifica os testes como uma “prova de firmeza”. A mulher quer saber se o seu companheiro é um “macho alfa”. Ele questiona diversas vezes se o homem deve mudar seu jeito para agradar o que chama de “princesa da Disney”. Então, em suas palavras, apresenta a solução “simples” e “óbvia”, porém a qual nem todos os homens têm “bolas” para colocar em prática: se impor e mostrá-la à força. E mesmo se as tentativas de desestabilização continuarem, deve não se importar e, se for o caso, terminar o relacionamento. Logo o homem-público<sup>5</sup> irá recuperar o respeito e a atração, pois ele ocupando o lugar no polo feminino, faz com que os mesmos diminuam. Já que está apresentando atitudes, consideradas por ele, pouco másculas – quase femininas – e que, portanto, não merecem tal respeito.

Em suma, Bruno ensina os homens a ter “postura” e estarem mais ligados à “razão”. Cabe pontuar algumas de suas frases mais marcantes: “O problema é que você deixou de ser o homem por quem ela se apaixonou e virou um lixo de homem”; “não faz parte do masculino ter uma atitude exageradamente emocional”; “homem não perde a compostura por que a mulher dele está reclamando. Se você faz isso, só está mostrando o quão fraco é emocionalmente”. Dois comentários também se fazem pertinentes: “Bruno, saiba que te agradeço muito por transformar todos nós em homens de valor”; “Totalmente correto, Bruno. Sofri isso na pele. Você me ajudou muito a recuperar a minha masculinidade”.

O canal SB João Victor, por sua vez, é ativo desde maio de 2012 e tem 119 mil inscritos. Assim como o “Manual do Homem”, não há nenhuma definição, mas se intitula “João Victor da Super Boss Inteligência Social”. O vídeo em pauta é o “Como deixar de ser bonzinho – PARE de ser o cara que elas usam”, o qual foi assistido 234.442 mil vezes desde sua postagem em 5 de maio de 2017. Ele dura 9:03 minutos, e o enunciador escolheu uma praça com chafarizes e bem movimentada como cenário.

<sup>5</sup> Necessário em contraposição ao próprio homem-locutor – o qual só recebe essa categorização por, justamente, possuir uma audiência fiel que consome o seu material. Assim, o homem-público compreende todos aqueles que ficam na posição de ‘consumidores’ desse tipo de produção e interagem com ele.

João Victor porta-se como um apresentador. Segurando um gravador, ele provoca seu espectador já no início de sua fala com o que caracteriza ser um ataque à pergunta “por que o bonzinho só se ‘ferra’”. A partir disso, conversando diretamente com quem está do outro lado da tela, ele afirma que vai ensinar ao homem-público não ser bonzinho, para depois ensiná-lo a ser bom. Na sua opinião, o “bonzinho” sai em desvantagem por tentar sempre agradar a mulher, levando-a a enjoar dele. E o que está realmente fazendo é suborná-la para ter o seu afeto.

Ele utiliza expressões brutas, as quais assemelham-se com as colocadas pelos outros analisados. Igualmente, os atributos físicos entre eles não se diferem, e o tom de advertência entra em cena. Esse homem-locutor defende, sobretudo, o movimento de equilíbrio que irá fazer com que o “bonzinho” deixe de ser, em suas palavras, “bunda mole” e “menino”. Isto é alcançado quando o homem se torna um “cara bom”. Ou seja, aquele que primeiro faz bem a si mesmo, e depois faz isso pela companheira. Para isso, ele coloca que deve existir uma paridade entre os dois sexos e do interesse de um pelo outro. Assim, nenhum está acima e reitera que a mulher deve merecer algo, o qual o “cara bom” vai dar sem subornos.

Vale ressaltar comentários feitos como: “Primeiro vídeo seu que eu vejo, mas devo dar os parabéns! Finalmente, alguém que não fala asneiras de um pirralho mimado reclamando porque não ganhou o doce que queria. E nem a estupidez de um adolescente egocêntrico que precisar provar que o mundo é seu brinquedo para se sentir bem consigo mesmo. Pude ver a opinião de um Homem”; “Não tem segredo! O cara que todos dizem ser “mau”, ele na real está sendo ele mesmo, agindo de forma natural. Enquanto o cara “bonzinho”, não está sendo ele mesmo, está agindo de uma forma forçada para ter uma atenção de uma pessoa que talvez ele deseja, e não ama. É tão simples, mas confesso que já fui esse carinha “bonzinho””.

## **Revisão de Literatura**

O campo de estudos sobre masculinidade já é estreitamente sólido. Este texto mobiliza alguns de seus autores a fim de contribuir para a ampliação dos debates acerca da virilidade, sua construção e seus mecanismos especificamente nas redes sociais (nesse caso, no

YouTube). Três autores consolidam a fundamentação teórica aqui apresentada: Miguel Vale de Almeida, Pierre Bourdieu e Sherry Ortner.

Vale de Almeida é um antropólogo português que é um grande expoente nas discussões de gênero com a sua categoria de masculinidade hegemônica e seus estudos no sul de Portugal. Já Bourdieu, um sociólogo francês multitemático em seus escritos, desenvolveu em sua trajetória o conceito elementar de habitus e traz fortemente a dimensão simbólica dos acontecimentos sociais com ideias relacionadas à dominação e naturalização. Por fim, “Ortner teve um papel central na institucionalização do campo da antropologia feminista nas universidades americanas” (ALMEIDA; DEBERT, 2006) e colabora articulando sobre a noção de uma natureza dada como feminina.

Para compor e encorpar a argumentação, é incorporada a socióloga americana C. J. Pascoe e o seu olhar etnográfico acerca da masculinidade e sexualidade no ensino médio. Também é integrado o autor francês Daniel Welzer-Lang para auxiliar na exemplificação de algumas premissas. Assim, complementam o referencial teórico basilar.

### **O cara “bom” versus O cara “bonzinho”**

A observação do material produzido pelos homens-locutores salienta algumas categorias engendradas a eles. A primeira a ser discutida será o par antagônico protagonizado pelo “cara bonzinho” e o “cara bom”. Este tem um contorno de fio condutor o qual atravessa o teor dos vídeos apresentados e por onde encaminha-se outras particularidades comportamentais relevantes ao debate a respeito da virilidade estabelecida neste contexto. Assume, portanto, o “papel principal” dentro dos próprios discursos assegurados e, conseqüentemente, desta análise.

A dicotomia entre “bom” e “bonzinho” revela-se, acima de tudo, hierárquica. Para entender essa afirmação, é necessário desenvolver com mais profundidade uma argumentação sobre qual é o lugar de cada um nesta relação. O dito ‘homem bom’ é aquele com a compostura intacta, detentor do respeito das mulheres e de seus semelhantes e ocupa o lugar de modelo masculino. Ele é o topo da cadeia de virilidade entre homens. Por outro lado, o ‘homem bonzinho’ é tido como o que comete todos os erros possíveis ao se relacionar com uma mulher, logo, é



desconsiderado no ranking de “homens de verdade”. É seguro afirmar que o homem-locutor representa o ‘bom’, e o homem-público o ‘bonzinho’, já que, empiricamente, apresentaram diversas vezes os traços de cada posição. Por exemplo, eles se traduzem tanto nos conselhos quanto nos seis tipos de homem os quais mulheres gostam trazidos pelo Manual do Homem<sup>6</sup>.

Sendo assim, a compreensão de Vale de Almeida (1996) acerca da masculinidade hegemônica e sua reprodução em *Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal* é proveitosa ao ser aplicada aqui. O autor afirma que

A masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível — na prática e de forma consistente e inalterada — por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. (1996, p. 163)

Portanto, o homem-locutor performa a sua masculinidade hegemônica subjugando o homem-público a uma masculinidade subordinada a dele. Já a virilidade, nesta circunstância, ascende como forma de distinção entre as duas maneiras de ser homem – onde o mais viril é ‘mais homem’. No entanto, é pertinente destacar que isso é ainda mais atenuado pelo vínculo de identificação criado pelo locutor com o público. Ele coloca as suas experiências como ‘bonzinho’ em pauta, demonstrando que existem jeitos para transmutar essa condição seguindo códigos viris, até chegar ao estágio em que sua masculinidade é hegemônica, e ele é, reconhecidamente, homem. Assim, os vídeos e o espaço de comentários tornam-se um local de ‘troca de valores’<sup>7</sup>.

Entretanto, é interessante pensar no momento de sociabilidade masculina em torno do café apresentado por Vale de Almeida como análogo à camaradagem manifestada na mídia social, pois ele

(..) exprime ainda um ideal político que é o da igualdade fundamental dos homens: como comunidade, como grupo social (os trabalhadores), e como gênero. Isto é: a masculinidade (como princípio simbólico) é mobilizada para a definição de um gênero sexual (os homens). O que ajuda a perceber como o gênero é um princípio identitário tão construído e mutável como os que subjazem à “comunidade” ou “grupo social.” (1996, p. 176)

É como se nesse local de troca eles fossem iguais. Porém esse claramente não é um lugar que dá abertura para igualdade, e sim, para

<sup>6</sup> Para encorpar o argumento é viável considerar as frases ditas como: “Demonstre que você é um cara bom pelo seu comportamento” e “Você acha que a mulher vai ficar com um ‘frouxão’, ‘tanga frouxa’ ou com um cara mais ousado?”.

<sup>7</sup> Considerar a frase: “Se você não é um cara seguro, a mulher não vai gostar de você. Eu estou tentando abrir seu olho, cara. Eu sou seu amigo.”. Bem como os comentários: “Irmão, você não tem noção (na verdade deve ter sim) de quanta gente tu ajuda com os seus vídeos (..) eu me encontrei bem perdido e quase cometi alguns erros, mas eu tive esperança. No caso, você é a esperança.” e “Totalmente correto, Bruno. Sofri isso na pele. Você me ajudou muito a recuperar a minha masculinidade.”.

uma “utopia igualitária dos grupos de homens” (ALMEIDA, 1996, p. 173). Essa estrutura também é notável na sua competição interna por respeito, prestígio e atração feminina – o que levanta um caráter contraditório, já que “na competição feminiza-se os outros, na solidariedade vangloria-se a sua masculinidade” (ALMEIDA, 1996, p. 177). Isso diz respeito a um dos jeitos possíveis de superioridade entre si relacionado à feminilidade e sexualidade, os quais serão tratados posteriormente.

A virilidade, ou a falta dela, é primordial no jogo de poder entre as masculinidades hegemônica e subordinada. Esses homens são capazes de exercer poderes um sobre o outro e influenciar, efetivamente, as tendências comportamentais alheias – e a empiria deste estudo atua como comprovação dessa afirmativa. Toda a reflexão é também sobre poder: poder de ditar o que é ser homem, poder de ser homem por si só e poder de dominar um outro sexo e outra sexualidade só por serem o que são. O poder exala-se até na denominação linguística que o homem-locutor dá ao outro, o qual carrega o diminutivo – bonzinho. Como bem elenca Bourdieu (2002) em *A dominação masculina*, a ordem masculina dispensa justificção.

### **O macho alfa social**

A partir da hierarquia estabelecida nessa relação, surge um outro componente do corpo da virilidade: a alegoria do macho alfa. Este se impõe como bruto – falando alto, ‘dizendo o que pensa’ e até tendo uma postura física mais agressiva – invadindo os espaços sociais para enfim caracterizar-se enquanto o modelo de homem comumente normalizado. É através dele que essa dominação exprime materialidade sobre suas “vítimas”, envolvendo-as. Por meio da utilização de mecanismos de estigmatização, ele é capaz de afirmar-se como homem ao mesmo tempo que define quem não faz parte da categoria. Assim, dá fomento ao processo de reprodução dessa dominância, a qual alastra-se por todos os estratos da ordenação conformada.

Sobretudo, cabe atentar-se ao nível individual desse encadeamento, imprescindível ao desenvolvimento de seus costumes, até tornar-se um “alfa”. Bourdieu auxilia a assimilação dessa premissa com o conceito de habitus. Este é denotado pela ideia de práticas consolidadas a um ponto tal onde o indivíduo já não pensa mais sobre

elas – é uma entrada a um estado pré-reflexivo de ações. Porém, não são aleatórias, mas puramente estruturais – a elas é competida a atribuição de estruturas estruturadas que geram estruturas estruturantes. Na associação entre o homem-locutor e o homem-público, é no habitus do locutor que se escamoteia a sua posição de dominante sobre a audiência. Seus minutos no YouTube demonstram exatamente isso: as estruturas viris em pleno funcionamento, sendo reproduzidas em larga escala. E mais, incentivadas a continuarem assim – em ampla proliferação de “machos alfas”.

É significativo constatar as ridicularizações das quais o homem-público é exposto no decorrer dos vídeos. “Lixo de homem”, “bunda mole”, “frouxão”; todos adjetivos retirados da retórica proferida relacionam-se com uma espécie de “fraqueza emocional”<sup>8</sup>, constantemente relacionada à sexualidade e ao feminino, explicada com mais detalhes ao dar play na gravação. As denominações, encarregadas de reprimir qualquer atitude que ocasione rachaduras nos “muros da virilidade”, não são recebidas de forma hostil por quem as escuta. Pelo contrário, tomando os comentários<sup>9</sup> como base, elas sequer são encaradas como uma ofensa. É uma violência a qual se desenrola como em um ciclo “suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias completamente simbólicas da comunicação e do conhecimento (..)” (BOURDIEU, 2002, p. 4).

A etnografia *Dude, you’re a fag: masculinity and sexuality in high school*<sup>10</sup> de C. J. Pascoe (2007), mesmo abordando um público-alvo no contexto escolar de outro país e de idades diferentes dos homens do YouTube, elucida a reflexão acerca de como se inicia essa conduta na vida de um homem. A autora relata um episódio no qual:

Correndo pelo pátio dos fundos, Brian, um veterano, gritou para um grupo visitante de garotos de escolas primárias: “Tem uma bicha ali! Tem uma bicha ali! Venha ver!”. Seguindo Brian, os garotos de dez anos correram por um corredor. No final dele, o amigo de Brian, Dan franziu os lábios e começou a se mover na direção dos meninos, balançando os quadris e agitando os braços descontroladamente. Para os meninos, Brian gritou: “Olhe para a bicha! Cuidado! Ele vai te pegar!”. Em resposta, as crianças correram de volta pelo corredor gritando de terror. Brian e Dan repetiram esse drama durante a meia hora seguinte, cada vez com um grupo novo de meninos. (2007, p. 53, tradução nossa)

<sup>8</sup> Bruno Giglio, do Social Arts, afirma veementemente que: “Homem não perde a compostura por que a mulher dele está reclamando. Se você faz isso, só está mostrando o quão fraco é emocionalmente.” – frase retirada da descrição do objeto na p. 4.

<sup>9</sup> Considerar colocações dos comentários, também da p. 4: “Bruno, saiba que te agradeço muito por transformar todos nós em homens de valor.”.

<sup>10</sup> Cara, você é uma bicha: masculinidade e sexualidade no ensino médio (tradução nossa).

Esse exemplo se assemelha com as atitudes tomadas pelo homem-locutor na comunicação com o homem-público. Igualmente, demonstra que a prática de relacionar todo homem que não performa a sua masculinidade como um “homem normal” (dentro dos padrões heteronormativos) à traços de feminilidade – e subsequente diminuição – não nasce na idade dos homens averiguados. Ela se dá, fundamentalmente, desde suas primeiras socializações enquanto jovem atuando com um feitio disciplinatório. Ou seja, os homens são, desde a infância e juventude, ensinados a inculcar em si e nos outros uma virilidade, a qual se mostra, mais uma vez, predatória.

Além disso, outro tópico mostra-se recorrente: o sexo. Ou melhor, a necessidade de falar sobre sexo para validar a sua experiência como homem. Mesmo que o homem-locutor não fale explicitamente sobre a temática, ela aloja-se em todos os âmbitos quando se trata de ensinar a como ser um “homem de verdade” – que transa, e mais, divide essas vivências com seus “amigos”. O próprio homem-público levanta a questão em comentários<sup>11</sup> de vídeos que não tem o sexo como pauta. Ao dizer que “a mulher quer saber se seu companheiro é um macho alfa” e dar dicas a respeito da recuperação de atração sexual, o dono do canal Social Arts também certifica outra proposição: o homem másculo quer ser querido pelas mulheres na mesma intensidade em que quer o respeito e a competição para com seus “iguais”.

Em suma, a combinação desses fatores resulta na naturalização dos mesmos e, sobretudo, na conformação do estereótipo do “macho alfa”. Aquele que se projeta – e está – no topo da cadeia<sup>12</sup>, ‘seguro’, líder e agressivo. Porém dentro das medidas “corretas” e desejáveis dos ensinamentos que lhes foram passados no treinamento para ser ‘o’ homem. Sendo assim, os paradigmas estão organicamente embutidos em todos os que fazem parte das situações dominantes – seja na posição de superior ou inferior em uma hierarquia. Tanto quanto a internalização desses microprocessos de dominação, os quais às vezes precisam de uma lupa para serem identificados, está entranhada à realidade social. Dessa forma, carregada de pressões psicológicas e incorporações sublimes, a virilidade soma mais um membro para dar forma a sua figura.

<sup>11</sup> O seguinte comentário foi extraído da publicação do vídeo “O tipo de cara que toda mulher gosta”, do Manual do Homem: “Quando a mulher pergunta que filme quero ver, eu digo tanto faz mas é porque não vou assistir e sim, ficar “pegando/comendo” ela”.

<sup>12</sup> Em referência à cadeia alimentar animal, pois o próprio “macho alfa” é uma alusão à biologia animal. Nesta, os machos, especialmente, os ‘alfa’ assumem o papel de liderança provedora para a fêmea e filhotes; e de um certo domínio sobre o grupo.

## As significâncias de ser o pólo feminino do relacionamento

Dentre todos os atributos másculos apresentados, o tema do polo feminino também se faz notório entre os componentes do “esqueleto viril”. Ele é designado como um local abstrato restrito às mulheres – e somente a elas –, onde a subjetividade atua como força motriz encaminhando as direções de suas decisões e hábitos. Todavia, segundo o homem-locutor estudado, um homem pode vislumbrar esse espaço quando se torna ‘inseguro demais’ em seu relacionamento e assim passa a reproduzir atitudes as quais considera naturalmente femininas. Isto configura um “erro” na postura masculina por considerar ser uma relação com a “fraqueza emocional” ligada à feminilidade citada acima. Por isso, é interessante explorar a oposição que se molda frente a esse polo feminino – o pólo masculino – e o seu desenrolar até ser, enfim, uma “norma” de conduta.

O fato de não se poder transitar entre os polos dispõe de um fator biologizante. Linguisticamente, a própria intitulação de “machos alfas” já estipula o espectro de animalidade no qual estão inseridos. Além disso, é sempre recorrido ao “natural” para caracterizar as mulheres. Sherry Ortner (1979) em *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?*, mesmo com uma ultrapassada pretensão<sup>13</sup> de tratar a subordinação feminina em universalidade, oferece instrumentos para refletir essa questão. Ela afirma que:

Cada cultura, ou, genericamente “cultura” está engajada no processo de gerar e sustentar sistemas de formas de significados (símbolos, artefatos e etc.) por meio dos quais a humanidade transcende os atributos da existência natural, ligando-as a seus propósitos, controlando-os de acordo com seus interesses. Podemos amplamente equacionar a cultura com a noção de consciência humana (..) por meio das quais a humanidade procura garantir o controle sobre a natureza. (1979, p. 100)

<sup>13</sup> Não é possível esmiuçar neste debate detalhadamente, mas é indubitável afirmar que a categoria “mulheres” abrange um grupo extremamente plural e com demandas cujas apresentam diferenças entre si – portanto, uma categorização “universal” mostra-se aberta e rasa.

Baseando-se nessa alegação, é plausível afiançar que a cultura viril se estabelece para também suprimir as ligações masculinas com o feminino, mesmo que isso os faça buscar argumentos na própria natureza<sup>14</sup>. Estes os acompanham desde o nascimento pelo vínculo materno entre mãe e filho até o momento em que se apresenta um recuo no tocante à sua associação com eles. Assim, “os pequenos homens que acabaram de abandonar a saia das mães” (WELZER-LANG, 2001) começam a se afastar daquilo que os conecta com o feminino, dando lugar a supressão do mesmo, interiormente e externamente<sup>15</sup>, para deixarem de ser crianças. Pois uma criança pode ser associada ao feminino. Já um homem, não. A fala de João Victor sobre fazer com que o homem-público “deixe de ser menino” ilustra distintamente essa passagem.

No entanto, no momento em que Bruno Giglio assegura que “não faz parte do masculino ter uma atitude exageradamente emocional”, abrem-se frestas para um cenário em que seus sentimentos podem atingir o mundo exterior. Eles podem ser emocionais, porém, comedidamente, dentro da “normalidade” para o masculino como, por exemplo, um fato evidenciado por Vale de Almeida, onde “a poesia permite, pois, a expressão do que o código social não permite que se exprima em circunstâncias de interação cotidiana” (1996, p. 181). Dessarte, nesta situação um homem é “permitido” por sua socioculturalidade a expor certa emoção, a qual ainda se põe muito distante da identificada como feminina (tida por exagerada e desenfreada) – ressaltando a ideia de que as mulheres são, por natureza, emocionais demais.

Dessa forma, os aspectos biológicos são abocanhados por estruturas viris, tornando-se mais um traquejo para argumentar a inferioridade feminina diante aos homens. Aqui, a mulher ser ‘por natureza’ emocional é um fator degradante, à medida que o homem ser ‘por natureza’ relacionado à razão é motivo de honra. Logo, o polo masculino constitui tudo aquilo que é considerado “faltoso” no polo feminino, justamente por não se misturar com ele. Portanto, para esses homens, não fazer parte do tal “polo feminino” ao se relacionar significa não se colocar em um posicionamento de maior vulnerabilidade para com a mulher, pois este já a pertence por natureza. Sendo assim, é

<sup>14</sup> Ao se identificarem como “machos” (uma denominação configurada no sentido de espécie). Além disso, Bruno Giglio utiliza o termo “princesa da Disney” para tratar de mulheres, em referência aos contos de fadas, onde, as princesas são “por natureza” delicadas e frágeis.

<sup>15</sup> No sentido de que repassam esses valores de um para o outro.

incabível, no interior dessa lógica, uma disposição de paridade<sup>16</sup> entre masculino e feminino, e asseverado que:

<sup>16</sup> Como sugerido por João Victor na p. 5.

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada. (BOURDIEU, 2002, p. 16)

## Considerações finais

O arcabouço da virilidade do perfil masculino investigado se esboça por meio dos aspectos identificados. Através de um “trato de consensualidade”, esses homens, conscientemente ou inconscientemente, concordam com a etiqueta de regras sociais estipulada – por eles e para eles – a fim de alcançar o almejado ideal viril no jogo social. Com este comportamento em vigor, torna-se bastante clara a interdependência construtiva desse homem (tanto o locutor quanto o público) com relação à mulher, pois é uma construção que se conduz declaradamente em oposição ao seu feminino, bem como é moldado em planos compulsoriamente heteronormativos.

Levando em consideração a afirmação de que esse ambiente virtual é parte integrante da realidade social contemporânea, cabe alguns apontamentos. A postura agressiva observada online é possivelmente contemplada da mesma maneira no “mundo real”, já que esse meio não é um plano “a parte”, mas que faz parte de como esses sujeitos se portam em sociedade. E mesmo se localizando no virtual, eles possuem o potencial de levar as práticas ali realizadas para além dele.

Igualmente, é relevante assinalar que a estruturação da figura viril aponta um deslocamento duplo: o homem-locutor e o homem-público produzem, simultaneamente, imagens de si perante àquela comunidade no YouTube. Isto posto, reforçam um para o outro uma pseudo natureza superior masculina, como Welzer-Lang (2001) acertadamente pontua em seu estudo. Deste modo, a disputa entre eles segue latente enquanto reproduzem a “superioridade” que o discurso e a prática lhes concedem. Entretanto, estes não são para o masculino como um todo. Somente para os homens com H – da forma mais maiúscula possível.



## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 163-181.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; DEBERT, Guita Grin. Entrevista com Sherry Ortner. Cad. Pagu, no.27, Campinas July/Dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200016)>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 4-33.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para cultura? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 100.

PASCOE, C. J. . Dude, you're a fag. Los Angeles: University of California Press, 2007, p. 53.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Rev. Estud. Fem. v.9 n.2, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. Por que os jovens brasileiros querem se tornar 'youtubers'? El País, São Paulo, 6 jun. 2015. Youtuber. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/09/politica/1431125088\\_588323.html?rel=mas](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/09/politica/1431125088_588323.html?rel=mas)>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MENDONÇA, Heloísa. "Agora é o 'boom' dos 'youtubers'". El País, São Paulo, 6 jun. 2015. Youtuber. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/04/politica/1433444934\\_909992.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/04/politica/1433444934_909992.html)>. Acesso em: 2 dez. 2020.

RONDINELLI, Júlia. Consumo de vídeos online já é maior do que o da televisão, diz pesquisa do YouTube. E-commerce Brasil, 27 set. 2019. Mídias Sociais. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/youtube-videos-online/>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

CAOS, João Victor. Como deixar de ser bonzinho – PARE de ser o cara que elas usam. Youtube, 5 maio 2017. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=wWdDZM7MI3o&app=desktop>>.  
Acesso em: 2 dez. 2020.

MANUAL DO HOMEM. O tipo de cara que toda mulher gosta. Youtube,  
13 set. 2020. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=UtpNh0ZeLtk>>. Acesso em: 2 dez.  
2020.

SOCIAL ARTS. Como sair do polo feminino e recuperar o respeito e  
atração de uma mulher. Youtube, 3 jul. 2020. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=67nuB9dJxZY>>. Acesso em: 2 dez.  
2020.



## **1) A crise do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão do neoliberalismo**

### **1.1) Nas ruínas do *welfare state* - o sistema neoliberal**

É praticamente impossível falar sobre neoliberalismo sem fazer uma referência, ainda que breve, à configuração social predominante em boa parte das sociedades capitalistas do mundo ocidental no período imediatamente anterior: o Estado de Bem-Estar Social. O desenvolvimento e a consolidação do *welfare state* na maior parte do mundo ocidental, entre 1945 e meados da década de 1970, constitui, sem sombra de dúvidas, um dos fenômenos sociais e políticos mais importantes do século XX. O equilíbrio atingido na relação entre capital e trabalho logrou tamanho êxito que o período em questão é nomeado, não raras vezes, de “décadas de ouro do capitalismo”.

De acordo com Kerstenetzky (2012), podemos pensar numa definição básica de Estado de Bem-Estar Social a partir da conceituação do *welfare state* como “um conjunto histórico e institucionalmente moldado de intervenções públicas visando à promoção do bem-estar e envolvendo redistribuição” (KERSTENETZSKY, 2012, p. 61). Como trabalhado por Przeworski (1988), tais intervenções são baseadas numa atuação proativa do aparato estatal em relação às movimentações das forças do livre mercado. Desta maneira, o aspecto distintivo da relação do *welfare state* em relação ao campo da economia consistiria na efetivação de operações de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991) – isto é, na construção de programas de bem-estar que possibilitem o fornecimento de “alternativas genuínas à dependência em relação ao mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 103)<sup>4</sup>.

Contudo, a partir da década de 1970, uma série de alterações políticas, sociais e econômicas implodiram gradativamente a configuração social típica dos “anos de ouro” do capitalismo. Dentre tais modificações, podemos enumerar alguns fatores: por exemplo, o declínio do acordo de Bretton Woods, que possibilitou o surgimento de mercados financeiros amplamente desregulamentados e profundamente globalizados (BELLUZZO, 1995), e o esgotamento do modo de produção fordista (GUIMARÃES, 2015), que abriu brechas para o desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva do capital

<sup>4</sup> Para a complexificação do debate a respeito dos aspectos conjunturais que favoreceram a emergência do Estado de Bem-Estar Social, bem como as especificidades dos diferentes tipos de *welfare state*, cf. Esping-Andersen (1991), Guimarães (2015) e Kerstenetzky (2012).

(HARVEY, 1992). Tal processo, baseado na intensificação de mecanismos de flexibilização salarial e da jornada de trabalho, expansão da terceirização, conformação da “produção enxuta” etc. (RAMALHO; SANTANA, 2004), gerou importantes consequências para boa parte da classe trabalhadora, levando a um aprofundamento dramático da precarização estrutural do trabalho (ABÍLIO, 2015), expansão massiva do setor de serviços (ANTUNES, 2018), desemprego estrutural, e enfraquecimento da mobilização sindical (BRAGA; SANTANA, 2015).

Assim, das ruínas do Estado de Bem-Estar Social forma-se um novo tipo de configuração social com características particulares: o sistema neoliberal. De acordo com Wendy Brown (2019), o neoliberalismo pode ser interpretado “como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado” (BROWN, 2019, p. 29). Desta maneira, a autora ecoa os argumentos de Harvey (2008), que define o neoliberalismo como uma movimentação de restauração do poder da classe dominante, e de Streeck (2019), que o conceitua enquanto o resultado da agudização de conflitos distributivos entre os “dependentes de lucro” e os “dependentes de salário”. Desta forma, para a autora,

O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros. (BROWN, 2019, p. 28-29)

Além disso, partindo de uma aproximação crítica entre abordagens marxistas e leituras foucaultianas, Brown caracteriza o neoliberalismo também como uma racionalidade, isto é, como “uma forma peculiar de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos” (BROWN, 2015, pág. 1). Desta maneira, o neoliberalismo não é apenas um conjunto de medidas políticas e econômicas outorgadas de cima para baixo, mas também uma série de comportamentos, normas e valores que são gerados e atualizados “desde baixo” (GAGO, 2014) - ou seja, no nível das relações intersubjetivas entre os indivíduos<sup>5</sup>. Assim, se antes, no welfare state, havia um espaço significativo para mecanismos de “desmercadorização” (ESPING-ANDERSEN, 1991), atualmente, no mundo neoliberal, o tecido

<sup>5</sup> Vale destacar que, de maneira geral, a categoria “neoliberalismo”, no campo da teoria social, possui múltiplas definições. Ainda que o agrupamento de teorias distintas sobre correntes similares possa ocasionar, eventualmente, simplificações e reduções grosseiras, podemos pensar em pelo menos quatro eixos de explicação a respeito do sistema neoliberal: as abordagens marxistas, que enfatizam alterações no mundo do trabalho, financeirização e crise do capitalismo e as relações de dominação e subordinação entre as classes sociais (HARVEY, 2008; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; STREECK, 2019; JAMESON, 1996); as leituras foucaultianas, que enfocam o neoliberalismo enquanto uma nova racionalidade, que cria profundas raízes nas percepções da realidade, nos valores e nas práticas dos atores sociais (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; GAGO, 2014; BROWN, 2015, 2019); as interpretações de inspiração weberiana, que jogam luz sobre as modificações administrativas no âmbito das empresas e corporações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; SENNETT, 2006); e as abordagens psicanalíticas, que se debruçam fundamentalmente sobre os efeitos psíquicos das profundas alterações recentes do capitalismo tardio (KEHL, 2008; DUNKER, 2017a, 2017b). Ainda que não seja o tema do presente trabalho, achamos importante demarcar a pluralidade de categorizações a respeito do sistema neoliberal.

social é profundamente dominado pelo processo de “economicização” (BROWN, 2015) de todos os âmbitos da vida humana (em especial, da política), gerando, assim, uma realidade obscura na qual os mecanismos de amparo e proteção sociais desaparecem gradativamente e as possibilidades de desenvolvimento da soberania popular minguam.

Desta forma, a racionalidade neoliberal também penetra no mundo da política institucional. Nessa esfera, contudo, ela se manifesta de maneira peculiar: por um lado, os governos são orientados prioritariamente para atender as demandas e anseios do mercado; por outro, os próprios mercados necessitam do aparato estatal para serem “viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas” (BROWN, 2019, p. 31). Por essa razão, a autora argumenta que os efeitos gerais do neoliberalismo têm sido, em suma, “padrões de vida mais baixos para as populações da classe trabalhadora e da classe média no Norte global, exploração contínua e limitações à soberania” (BROWN, 2019, p. 30). Assim, podemos observar que o desenvolvimento do sistema neoliberal solapa as bases fundamentais das condições materiais ligadas à reprodução social.

Em todo o artigo, utilizamos tal categoria, de “reprodução social”, da forma como ela é trabalhada em Bhattacharya et al. (2017) e em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) – ou seja, como as “atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.75). Neste sentido, podemos pensar na questão da reprodução social a partir da seguinte pergunta: como é produzida a força de trabalho (BHATTACHARYA et. al, 2017, p. 14)? A resposta a ela aponta para aspectos variados da realidade social, tais como acesso à moradia, alimentação, água, saúde, educação, trabalho assalariado, dentre outros. Assim, ao longo de todo o texto, partimos da constatação de que o cenário social atual caminha em uma direção contrária à configuração social predominante em boa parte do século XX, na qual “as classes trabalhadoras dos países ricos obtiveram algumas concessões do capital na forma de apoio estatal à reprodução social: pensões, seguro-desemprego, salário-família, educação pública gratuita e seguro-saúde” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 81).

Não é difícil supor que o aprofundamento dramático das desigualdades sociais e econômicas na maior parte dos países capitalistas centrais e na periferia do sistema (PIKETTY, 2014) acarrete consequências nefastas também para as condições de sustentação da igualdade política - o alicerce básico do sistema democrático (BROWN, 2019). Diante de tal contexto, no qual o neoliberalismo corrói progressivamente, e de maneira silenciosa, os princípios fundamentais da democracia liberal (BROWN, 2015), experimentamos não só os efeitos deletérios da precarização estrutural das condições de reprodução social, mas também presenciamos a emergência de determinados “sintomas mórbidos” no contexto político atual.

## 1.2) O interregno

Para Nancy Fraser (2019), nem uma das forças políticas predominantes nas últimas décadas tem sido capaz de dar uma resposta razoável ao “saldo” econômico e social do neoliberalismo até agora: desemprego estrutural, desindustrialização, precarização das condições laborais, financeirização e desregulamentação da economia, ampliação do endividamento (sobretudo de jovens), enfraquecimento da legislação trabalhista e o declínio da qualidade de vida dos “99%” – isto é, da maior parte da população mundial.

Assim, focando sobre o contexto político-institucional dos EUA, a autora argumenta que, a despeito da hegemonia recente do bloco neoliberal progressista, a degradação progressiva das condições de reprodução social gestada pelo neoliberalismo continua impondo desafios às tendências políticas predominantes na atualidade<sup>6</sup>. Diante da ausência de projetos políticos consistentes, formou-se uma “lacuna hegemônica”, posteriormente preenchida pela ascensão do neoliberalismo hiper-reacionário, cujas figuras representativas podem ser encontradas na atuação de líderes de extrema-direita, como o ex-presidente norte-americano Donald Trump e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Segundo Fraser, tal força política combina uma política hiper-reacionária de reconhecimento - pautada na recorrência de declarações e posturas xenofóbicas, homofóbicas, racistas, misóginas etc. - com a intensificação de medidas econômicas voltadas para o atendimento das demandas e necessidades do “1% mais rico”.

<sup>6</sup> Baseada no contexto político institucional norte-americano, a autora tece reflexões sobre três tendências políticas neoliberais: o neoliberalismo progressista, o neoliberalismo reacionário e o neoliberalismo hiper-reacionário, representado, sobretudo, por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Para uma descrição mais detalhada, cf. Fraser (2019, p. 31-68).



Ainda que o avanço de figuras como Trump tenha causado (e ainda cause) forte estremecimento na política institucional em escala global, a filósofa norte-americana argumenta que “o neoliberalismo hiper-reacionário não oferece nenhuma perspectiva de hegemonia segura” (FRASER, 2019, p. 23). Desta maneira, embora a configuração social precedente do Estado de Bem-Estar Social e o bloco hegemônico do neoliberalismo progressista típico das últimas décadas estejam morrendo, as respostas políticas predominantes parecem não apontar para nenhum tipo de projeto capaz de responder de maneira consistente aos desafios dos tempos atuais. Neste sentido, parafraseando Gramsci, tal como a autora, parece que vivemos um momento no qual “o velho está morrendo e o novo não pode nascer”.

Partindo das abordagens de Brown (2019) e Fraser (2019), podemos interpretar que esse espaço intermediário entre o “velho” e o “novo” tem assumido as formas de um processo de degradação cada vez mais aguda da reprodução social dos “99%”. Inclusive, nas últimas décadas, não foram poucos os autores que evidenciaram uma tendência estrutural à precarização generalizada das condições de vida nos países capitalistas centrais. Já na década de 1990, Beck (1999) anunciava um processo de “brasilianização” do mundo, no qual a instabilidade típica da vida em países periféricos estaria se espalhando para o centro do capitalismo, evocando, assim, uma profunda generalização do “não há longo prazo”, de Sennett (1999), e da falta de perspectivas promissoras em relação ao futuro (PRZEWORSKI, 2020)<sup>7</sup>.

Mais recentemente, o filósofo brasileiro Paulo Arantes (2014) tratou da “fratura brasileira do mundo” para discutir o mesmo processo com outros termos. Além disso, autores mais contemporâneos também se debruçaram sobre este tema - como é caso dos Comaroff (2012), ao apresentarem estudos antropológicos a respeito do processo de “africanização” da Europa, e de Achille Mbembe (2018a), ao construir a categoria de “devir-negro do mundo”, para abordar as dinâmicas atuais do neoliberalismo<sup>8</sup>. Desta forma, parece ser possível afirmar que, atualmente, “um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade” (CANETTIERI, 2020a).

Assim, o desenvolvimento do neoliberalismo aponta para um processo peculiar de aproximação das condições materiais dos países centrais em direção às estruturas tipicamente precárias dos países

<sup>7</sup> Em seu livro mais recente, o cientista político Adam Przeworski (2020) argumenta que as transformações socioeconômicas das últimas décadas podem ser agrupadas em três conjuntos: “1) o declínio das taxas de crescimento de países já desenvolvidos; 2) o aumento da desigualdade de renda entre indivíduos e famílias, bem como o declínio do fator trabalho na indústria; e 3) a queda de empregos na indústria e a ascensão do setor de serviços” (2020, p. 57). Por sua vez, tais modificações acarretam efeitos de grande importância, como o “desgaste da crença no progresso material” (2020, p. 59). O autor dá destaque a essa consequência, uma vez que, “desde 1820, cada nova geração na Europa e nos EUA vivia e esperava viver melhor do que seus pais, e essa certeza está sendo destruída” (2020, p. 59).

<sup>8</sup> Abordaremos tal categoria de maneira mais aprofundada nas seções seguintes do texto.

periféricos. Desta maneira, há uma espécie de “subversão negativa” das expectativas otimistas em relação à globalização (HELD; MCGREW, 2000): em vez de um “transbordamento” do progresso material dos países centrais, observamos um verdadeiro avanço da “condição periférica” sobre o centro do capitalismo. Tal condição diz respeito a “uma maneira específica em que a dominação social, a produção social do espaço e a reprodução das relações sociais se realizam” (CANETTIERI, 2020b, p. 7), expressando o deslocamento de aspectos típicos da experiência social periférica para os países centrais, tais como profundas desigualdades sociais, ausência de amparos institucionais, generalização da “viração” em relação à reprodução social (ABÍLIO, 2017), avanço do mercado informal, entre outros.

Desta forma, se, anteriormente, o welfare state dos países capitalistas centrais marcava o horizonte de expectativas da periferia mundial, hoje acontece o inverso: “são as formas periféricas que indicam o futuro desse desenvolvimento às avessas” (CANETTIERI, 2020b, p. 8). Portanto, se no mundo neoliberal “a relação centro-periferia [...] passa por um rearranjo [...] marcado pela precariedade” (CANETTIERI, 2020b, p. 141), então podemos argumentar que quando a periferia analisa e pensa sobre suas próprias condições, ela já não fala mais apenas aos “periféricos” do capitalismo, mas sim aponta para a totalidade do tecido social no sistema capitalista dos dias de hoje e (muito provavelmente) também dos tempos vindouros.

## **2) O devir-negro do mundo**

Dando continuidade às reflexões, a periferização do mundo também indica novas possibilidades de reflexão sobre o cenário atual. De certa maneira, a expansão da condição periférica diz respeito à universalização das condições dos grupos que sempre estiveram nas “arquibancadas do progresso” capitalista. Desta forma, é também a partir das práticas e interpretações dos grupos subalternizados que novas leituras e possibilidades de transformação da realidade atual podem surgir. Na esteira desse pensamento, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018a, 2018b) desenvolve algumas elaborações teóricas de grande relevância sobre a atual fase do neoliberalismo.

Partindo de reflexões a respeito da questão racial, Mbembe também reconhece, na contemporaneidade, “o momento da globalização dos mercados, da privatização do mundo [...] e da crescente complexificação da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais” (MBEMBE, 2018a, p. 15). Assim, para o autor, o neoliberalismo pode ser caracterizado pela “produção da indiferença, paranoica codificação da vida social em normas, categorias e números” (idem) e por “diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais” (idem). Neste cenário, até mesmo os efeitos da exploração do capital sofrem alterações, uma vez que “a tragédia da multidão hoje [é] já não [...] poder ser explorada de modo nenhum[...] [e assim é] relegada a uma ‘humanidade supérflua’, [...] sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (MBEMBE, 2018a, p. 15-16). Esse aspecto marca profundamente o contexto atual pelo fato de que “a violência do capital aflige agora inclusive a Europa, onde vem surgindo uma nova classe de homens e mulheres estruturalmente endividados” (Idem, p.19).

Como comentado acima, se a tendência à precarização estrutural se intensifica, as consequências prejudiciais de tal processo recaem de maneira mais aguda sobre a experiência social dos grupos minoritários, como a população negra, por exemplo. Sobre este ponto, Mbembe reforça que “o capitalismo sempre precisou de subsídios raciais para explorar os recursos do planeta” (MBEMBE, 2018a, p. 309). Inclusive, “o nascimento do sujeito racial – e, portanto, do negro – está ligado à história do capitalismo” (idem), uma vez que o desenvolvimento inicial deste modo de produção foi pautado pela “espoliação organizada, quando, em proveito do tráfico atlântico, [...] homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda” (MBEMBE, 2018a, p 13-14). Desta forma, o referido autor enfatiza: “o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria” (idem, p. 21)

Contudo, na visão do autor, a fase contemporânea do neoliberalismo indica a emergência de um novo fenômeno no tecido social das sociedades capitalistas em geral. Marcado pelo processo de precarização gradativa das condições materiais de reprodução social e pelo surgimento de “formas contemporâneas que subjagam a vida ao

poder da morte” (MBEMBE, 2018b, p. 71), a configuração atual do sistema neoliberal representa a concretização do “devir-negro do mundo”, isto é, a “universalização da condição negra” (MBEMBE, 2018a, p. 17). Esta, por sua vez, “é simultânea ao surgimento de práticas imperiais inéditas, tributárias tanto das lógicas escravagistas de captura e predação como das lógicas coloniais de ocupação e exploração” (idem). Desta maneira, Mbembe também parece apontar para um processo de generalização das condições degradantes historicamente experimentadas pelo povo negro, de tal forma que “pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana” (MBEMBE, 2018a, p. 20), passando a caracterizar a experiência de “toda a humanidade subalterna” (idem, p. 22).

Neste sentido, as elaborações teóricas do filósofo camaronês parecem caminhar ao encontro do argumento central do texto - a saber, o fato de que o desenvolvimento do neoliberalismo é um indicador da expansão global da condição periférica. Importante ressaltar que tal movimento não constitui um “regresso”, uma vez que “a precariedade crescente é, hoje, a forma mais avançada para a reprodução das formas sociais do capitalismo” (CANETTIERI, 2020b, p. 141). Desta forma, através da “transnacionalização da condição negra” (MBEMBE, 2018a, p. 36), partimos do “devir-negro [e] chegamos ao devir-periferia - eles não são diferentes, mas integram o mesmo processo de dominação social do capital” (CANETTIERI, 2020b, p. 137).

### **3) As mulheres e a questão da reprodução social**

Diversas autoras feministas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; FEDERICI, 2019; BHATTACHARYA et. al, 2017) já alertaram para o fato de que é impossível falar sobre reprodução social sem passar pela situação das condições materiais das mulheres ao redor do mundo. De modo simples, podemos dizer que, historicamente, as mulheres foram relegadas ao espaço doméstico e a todo tipo de atividade que envolve a manutenção desse ambiente – atividades essas que, frequentemente, não são categorizadas como aquilo que de fato representam: trabalho não remunerado<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.” (FEDERICI, 2019, p. 40).

Assim, tudo o que envolve a logística da casa – comida, roupas, limpeza, organização dos mantimentos etc. – fica a cargo das mulheres. Mesmo obtendo uma maior inserção no mercado de trabalho ao longo do século XX, às mulheres continuam sendo depositadas a maior parte das tarefas que permitem a um indivíduo acordar, tomar banho, se alimentar e preparar-se para mais um dia de trabalho. Portanto, não é exagero afirmar que quando tratamos sobre as condições de reprodução social estamos, na realidade, apontando para o processo de “produção de pessoas” (BHATTACHARYA et. Al, 2017). Em suma, a questão da reprodução social diz respeito à continuação da existência humana em geral.

Partindo da hipótese da expansão da condição periférica, como trabalhado acima, podemos sugerir que, ao enfraquecer o pacto que sustentava o Estado de Bem-Estar Social, o desenvolvimento do neoliberalismo acarreta uma intensificação das atividades que compõem o trabalho de reprodução social. Com a expansão global do trabalho precarizado, intermitente, flexibilizado e sub-remunerado (ANTUNES, 2018) – ou seja, com a generalização da “viração” (ABÍLIO, 2017), típica da experiência social de boa parte da população dos países periféricos –, não é difícil concluir que mergulhamos em uma situação de “sobretabalho” no que diz respeito à “produção de pessoas”. Neste sentido, se as mulheres continuam sendo os principais agentes responsáveis pela efetivação da reprodução social (a despeito das transformações sociais das últimas décadas), então uma crise que solapa os pilares dessa esfera da vida social também incide mais fortemente sobre suas condições de existência.

A partir do recorte proposto em nosso texto, podemos encontrar importantes reflexões no trabalho de Silvia Federici (2018), pensadora que também se dedica a pensar não apenas a atual degradação das condições materiais da reprodução social, mas também as relações existentes entre estrutura patriarcal e exploração do trabalho doméstico e reprodutivo. Na obra “El patriarcado del salario”, Federici (2018) discorre sobre a importância do salário para visibilização dos trabalhos exercidos no meio doméstico, uma vez que, normalmente, estes afazeres são compreendidos por meio de uma espécie de “valorização positiva”, isto é, como tarefas realizadas com base no amor e no carinho.

Não é difícil lembrarmos que, nas pautas de diversos grupos de esquerda, o debate sobre o salário aparece frequentemente - afinal, o salário também representa um signo da exploração de classe. No entanto, o que ocorre com a porção feminina da classe trabalhadora, com aqueles sujeitos responsáveis pela reprodução social, é que parte de seu trabalho não é remunerado, acarretando a invisibilização do dispêndio de sua força de trabalho. Sobre esse ponto, Marx-Aveling (1896, p. 6, apud CANETTIERI, 2020, p. 74) já mostrava, no século XIX, como as mulheres trabalhadoras contribuía para dois “tipos” de lucro do capitalista: um “lucro imediato”, relacionado ao seu trabalho na fábrica, e um “lucro futuro, ao cuidar e alimentar toda uma nova geração de proletários”<sup>10</sup>.

É evidente que as condições para efetivação do trabalho reprodutivo variam bastante a depender da localização geográfica no globo. Historicamente, sobretudo nos “anos de ouro” do sistema capitalista (como explorado acima), os países centrais sempre gozaram de “infraestruturas sociais” básicas que contribuem para a deflação da precarização das tarefas relacionadas à “produção de pessoas”. Na periferia do capitalismo, por sua vez, “os indivíduos são responsáveis pela própria reprodução de maneira precária - autoconstruída, informal e ilegal, endividada” (CANETTIERI, 2020, p. 78). Desta maneira, repetindo um movimento já exposto acima, pensar a hipótese da condição periférica implica considerar não só a existência de uma grave crise da reprodução social, mas também de uma situação de agudização perversa das condições materiais das mulheres, tanto das que vivem em países periféricos quanto das que habitam os espaços centrais do capitalismo.

Por essa razão, o trabalho teórico de pensadoras feministas possui grande relevância para toda a argumentação em torno da periferização do mundo. Hoje, quando pensamos nestes termos, as reflexões em torno das especificidades da experiência das mulheres ao redor do globo - sobretudo aquelas que já falam a partir de locais marginalizados - representam, em última instância, um tipo de conhecimento que fala tanto sobre questões de gênero como também sobre pontos relacionados à fase atual (e provavelmente futura) do sistema capitalista. Assim, refletir sobre o desenvolvimento do neoliberalismo nos empurra em direção a certas ideias que já vem sendo

<sup>10</sup> Importante ressaltar que, “se a força de trabalho é uma mercadoria, esse processo [da reprodução social] está, em algum nível, interligado aos circuitos do valor” (CANETTIERI, 2020, p. 75).

elaboradas há algum tempo por aqueles sobre os quais a crise da reprodução social incide mais fortemente.

#### **4) Os Panteras Negras e os impasses da ação coletiva no mundo periferizado**

Desta maneira, como é possível organizar-se politicamente em um contexto de profunda desigualdade, violência generalizada, precarização estrutural e ausência de amparos institucionais? Dentre várias experiências históricas de resistência, gostaríamos de abordar brevemente o fenômeno do Partido dos Panteras Negras, fundado em 1966 nos EUA. Acreditamos que a mobilização de partes da história de tal organização seja profícua para os intentos do trabalho, considerando o cenário desigual dos Panteras Negras, atravessado por aguda segregação racial e péssimas condições de vida da população negra. Para tal, analisaremos trechos do documentário “Os Panteras Negras: vanguarda da revolução” (2015), escrito e dirigido por Stanley Nelson Jr.

O longa-metragem percorre toda a história do movimento, sinalizando sua ascensão enquanto organização política e listando os impasses que acarretaram o seu fim. O Partido dos Panteras Negras (PPN) nasceu em Oakland (Califórnia), em 1966, quando dois jovens negros se juntaram para pensar e atuar contra a violência policial que subjugava a maior parte da comunidade negra nos Estados Unidos. Com o crescimento da organização e maior diversificação das ações, os Panteras passaram a articular um grande contingente de militantes, além de também contribuírem para decisões em cenário estadual<sup>11</sup>.

Seguindo as ideias de Oliveira (2017), gostaríamos de destacar dois projetos relatados no documentário: o Jornal do Partido e os “Programas de Sobrevivência”, que incidiam, respectivamente, sobre a esfera internacional e sobre o âmbito local/comunitário. O primeiro projeto tinha como intuito estabelecer um modo de sustentação do Partido e ampliação da própria imagem da organização. O jornal servia como uma forma de os Panteras contarem sobre sua história e atuação, bem como fornecia o sustento para as ações que realizavam<sup>12</sup>.

Já o segundo, por sua vez, era composto de formas alternativas de “serviços comunitários” - como atendimentos dentários gratuitos e o

<sup>11</sup> Um dos episódios mais marcantes, por exemplo, foi a votação do porte de armas na Califórnia, quando dezenas de filiados ao movimento se prontificaram com suas armas, em protesto, na frente da assembleia estadual em Sacramento. Essas manifestações emblemáticas não apenas saíram vitoriosas institucionalmente como também colaboraram para o crescimento exponencial do PPN.

<sup>12</sup> Esse ponto não é muito desenvolvido ao longo do filme, de tal forma que carecemos de informações detalhadas a respeito das formas de manutenção financeira mobilizadas pelos militantes em prol da sustentação do PPN.



“The Free Breakfast for School Children Program”<sup>13</sup>, que fornecia café da manhã para as crianças da comunidade, antes do início do horário escolar. Assim, os “programas de sobrevivência” representavam uma entrada direta no cotidiano daqueles que se encontravam em estado de vulnerabilidade, promovendo uma mudança significativa na vida de muitas famílias e viabilizando igualmente um sentimento de pertencimento e identidade por toda a comunidade negra. O filme explicita a importância do projeto para a adesão de pessoas que, muitas vezes, se encontravam resistentes à organização, além de, obviamente, garantir uma alimentação às crianças dos bairros<sup>14</sup>.

Naquele momento, as ações dos Panteras Negras passaram a provocar discordâncias de grande importância entre duas lideranças do movimento: Huey Newton e Eldridge Cleaver. Os embates entre eles podem ser caracterizados da seguinte maneira:

Enquanto Cleaver era contrário aos “Programas de Sobrevivência”, Newton parecia convencido de que o projeto era essencial para que o partido pudesse estar conectado à comunidade negra norte-americana, uma vez que o período de radicalização da organização parecia ter agregado valor à sua imagem junto a intelectuais brancos e progressistas na mesma proporção em que somava rejeição e receio da parte dos trabalhadores negros dos EUA. Cleaver [...] argumentava que o propósito do partido era revolucionário e, como tal, visava a destruir a ordem, enfrentando o governo e o Estado dos EUA. Newton [...] acreditava que esse objetivo era exercido por meio da capacidade da organização black panther prover uma rotina de serviços comunitários, que pudesse atender as necessidades das pessoas. (OLIVEIRA, 2017).

A despeito das dessemelhanças históricas, acreditamos que tal discussão entre Newton e Cleaver ainda guarde um significativo potencial reflexivo para os dias atuais. Através das elaborações teóricas desenvolvidas até aqui, podemos perceber que as condições materiais para a elaboração de ações coletivas, sobretudo aquelas capitaneadas por grupos subalternizados, tornaram-se profundamente precarizadas pelo processo gradativo de periferização do mundo. Diante disso, a apreciação da experiência dos Panteras Negras, principalmente no que diz respeito aos “programas de sobrevivência”, parece sugerir que, diante de um cenário atravessado por violência, desigualdade e precariedade, a ação política transformativa se expressa fundamentalmente através da manutenção mínima de aspectos básicos

<sup>13</sup> Para mais informações, acessar: <https://www.nationalgeographic.com/culture/food/the-plate/2015/11/04/the-black-panthers-revolutionaries-free-breakfast-pioneers/>

<sup>14</sup> No programa de café da manhã infantil, é essencial enfatizar o compromisso do Partido em não predeterminar uma divisão sexual do trabalho durante a atividade. Os homens também cozinhavam e, conjuntamente, exerciam tarefas domésticas que estariam socialmente designadas às mulheres. O debate de gênero, por mais que fosse limitado, existia.

da reprodução social daqueles que se encontram próximos à organização (como os militantes e, no caso, as comunidades negras). Por outro lado, as posturas assumidas por Cleaver ressaltam o aspecto que fundamentaria a verdadeira função de um projeto político que queira fazer jus à alcunha de “revolucionário”: não apenas atenuar desigualdades, mas sim aboli-las por meio do enfrentamento direto com o aparato estatal - ou seja, por essa visão, a manutenção da reprodução social não pode ser entendida como a finalidade última da ação política<sup>15</sup>.

A fim de trazer mais elementos para o debate, não podemos deixar de mencionar uma das principais consequências dos “programas de sobrevivência” - a saber, o fato de que John Edgar Hoover, autoridade máxima do FBI na época, desenvolveu um “sistema de conRAINTeligência que perseguiu, confundiu, incriminou e executou membros do PPN, com total anuência do Governo Nixon” (OLIVEIRA, 2017). Desta maneira, não deixa de ser significativa a coincidência entre “a mobilização ‘nacionalista’ do FBI” e “o momento em que os panteras pareciam mais dedicados à ideia de comunidade” por meio dos tais “programas de sobrevivência” (idem). Ou seja, nos parece que o PPN começa a se tornar um problema nacional à medida que a organização passa a oferecer projetos extra-estatais à comunidade negra e desenvolver métodos sustentáveis para a efetivação da reprodução social daqueles que integravam tais comunidades.

Neste sentido, com uma organização que resguardava segurança aos seus (tanto nos enquadres policiais racistas, quanto nas prisões injustas), que mantinha projetos os quais forneciam comida às crianças (para que elas conseguissem estudar) e que exaltava constantemente a força da estética negra, os Panteras Negras se tornaram uma intimidação à ordem vigente. Portanto, ao desenvolver “uma forma de partido que prescindia do Estado, pois ela própria [a organização] o emulava” (idem), a experiência do PPN demonstrou que “a organização convertida como o fim da sua própria política deu vazão à uma ação revolucionária cujo sentido não era mais transformar a sociedade norte-americana, mas a geração de outra” (idem).

Na década de 1980, a discussão sobre estratégias de atuação política entre Newton e Cleaver colaborou para a fragmentação interna do Partido. Além disso, a perseguição por parte do FBI também logrou

<sup>15</sup> Vale destacar que esse embate lembra bastante os termos da discussão, clássica no campo da esquerda, entre “reforma” e “revolução”. O desenvolvimento das elaborações teóricas e políticas em torno da socialdemocracia, por exemplo, foi atravessado por esse tipo de debate, cf. Przeworski (1988).

êxito ao perseguir e executar militantes e minar a sustentação dos Panteras. Mesmo com o aparente “fracasso” do movimento, insistimos que a análise crítica a respeito da experiência do PPN pode iluminar de maneira distinta alguns problemas atuais relacionados à ação coletiva. Desta maneira, independentemente dos detalhes dos argumentos defendidos pelas lideranças dos Panteras Negras, acreditamos que, diante de um mundo cada vez mais periférico, qualquer tipo de empreitada coletiva/política terá de se haver – assim como o fizeram os PPN - com a “várzea” do trabalho organizativo (DA SILVEIRA, 2019) - isto é, com perguntas deste tipo:

Como administrar espaços comuns? Como distribuir tarefas? Como limpar? Como manter? Como remunerar? [...] Longe dos holofotes, perto das urgências enfadonhas do cotidiano. Aquele campo meio sem graça, maçante e, muitas vezes, penoso em que passamos a maior parte das nossas vidas. (idem)

O fim dos Panteras se deu não apenas porque sua atuação se inscrevia ideologicamente dentro do marxismo (em uma época de campanhas estatais anticomunistas), mas porque a própria organização desenvolvia esforços que possibilitavam à população negra viver em condições sustentáveis de existência. Eles criaram oportunidades de seus irmãos e irmãs se organizarem politicamente. Ultrapassando a extrema desigualdade, a violência, a precarização estrutural e a ausência de suportes institucionais, a comunidade negra poderia se tornar, naquele momento, a maior resistência revolucionária ao status quo.

## **5) Considerações finais**

No texto presente, apresentamos diferentes elaborações teóricas de pensadores e pensadoras que têm se debruçado recentemente sobre o neoliberalismo. A partir de um cruzamento da bibliografia selecionada, destacamos que o aprofundamento do sistema neoliberal parece indicar uma conseqüente degradação da reprodução social, minando não só as possibilidades de ação coletiva como também as próprias condições de existência. A partir disso, apresentamos o conceito de “condição periférica” (ou “periferização do mundo”) a fim de analisar o atual desenvolvimento do neoliberalismo por meio de um enquadramento teórico que aproxima a situação mundial do contexto nacional: de fato, a realidade social de um país periférico como o Brasil, historicamente

marcado por um tecido social disforme (como um “ornitorrinco”<sup>16</sup>), aponta, de certa maneira, para o futuro do sistema capitalista de modo geral – isto é, para a “exportação”/generalização de estruturas sociais precarizadas para os países do centro do capitalismo.

Diante de uma realidade social na qual a condição periférica se expande cada vez mais, impactando decisivamente as condições materiais ligadas à reprodução social da maior parte da população mundial, nada mais coerente do que direcionar nosso olhar para experiências políticas que atuaram (e/ou seguem atuando) em cenários atravessados por profunda precarização dos modos de existência. Neste artigo, selecionamos um recorte específico de parte da história dos Panteras Negras como um exemplo do que é fazer política “sobrevivendo ao inferno”. Ainda que a organização em questão tenha sido extinta na década de 1980, a trajetória dos PPN parece indicar que, em um tecido social “fraturado”<sup>17</sup> pela condição periférica, qualquer forma de ação coletiva precisa se atentar fortemente às possibilidades materiais – ou seja, às condições de reprodução social - de que a militância dispõe para realizar as tarefas demandadas. Desta maneira,

Questões supostamente “menores” como os custos econômicos – em tempo, dinheiro, mas também em angústia – envolvidos na ação de organizar politicamente não podem mais ser invisibilizadas ou tratadas como problemas acidentais, pois se transformam, neste cenário, em um sinal importante para avaliarmos se uma dada organização está à altura dos desafios políticos e sociais de nosso tempo (PARANÁ; TUPINAMBÁ; 2021, no prelo, p. 151)<sup>18</sup>.

Logo, questões consideradas do campo da “logística” ou da “administração” adquirem uma valência política distinta - afinal, empreender ações coletivas em um terreno erodido e disforme demanda que as organizações se preocupem não apenas com seus objetivos ideologicamente orientados, como também com as maneiras pelas quais as condições sociais do tempo presente afetam na manutenção de sua própria existência enquanto organização. Assim, levar em conta o aprofundamento do processo de periferização do mundo nos conduz cada vez mais para reflexões acerca do campo da organização política. Por exemplo, quais são os desafios que se apresentam a quem tenta se organizar politicamente hoje? Como medir e avaliar sucessos e fracassos de empreitadas políticas? Como tornar os

<sup>16</sup> DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. Boitempo editorial, 2015.

<sup>17</sup> Embora não tenhamos trabalhado sobre esse ponto no artigo, a expansão da condição periférica também é responsável por tornar a realidade social cada vez mais “trincada” - ou seja, na ausência de um tecido social minimamente homogêneo (devido a perda de centralidade do trabalho como elemento de mediação social), os atores sociais precisam lidar frequentemente com o hibridismo de regimes normativos incompatíveis pelos quais eles precisam navegar de maneira corriqueira em sua vida cotidiana. Um bom exemplo de análise que leva esse ponto em questão, ainda que não trabalhe com o conceito de condição periférica, está presente no artigo de Gabriel Feltran chamado “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação do conflito contemporâneo”. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.72, pp.495-512.

<sup>18</sup> O livro “Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo”, a ser lançado pela Autonomia Literária em 2021, foi gentilmente concedido pelos autores para a elaboração deste artigo. Deixamos aqui o agradecimento a Gabriel Tupinambá e Edemilson Paraná pela disponibilização prévia do texto.

“erros” e “acertos” de uma dada experiência (como a dos Panteras Negras, por exemplo) transmissíveis para outros contextos sociais?

Por fim, aproveitando o caráter aberto dos problemas apresentados, assim como o saldo teórico das diferentes correntes abordadas ao longo do artigo, ressaltamos que

uma maneira de abordar esse desafio que se apresenta hoje é tentarmos traçar uma diagonal entre diferentes tradições de luta e pensamento nas esquerdas, tentando ligar as diferentes lógicas em jogo em cada tradição sem pressupor que elas seriam naturalmente compatíveis ou harmônicas. Por exemplo, podemos imaginar uma diagonal ligando o pensamento marxista – com sua preocupação com as grandes escalas de transformação social e econômica – com o feminismo autonomista – que se constituiu como o mais sofisticado pensamento das querelas da reprodução social no século XXI – e o movimento negro – que, pelo menos desde os Panteras Negras e as lutas de libertação nacional, para não falar da Revolução do Haiti, guarda inúmeras lições sobre o que significa fazer política sob condições periféricas. (PARANÁ; TUPINAMBÁ; 2021, no prelo, p. 160).

### **Referências bibliográficas**

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo:Boitempo Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Passa Palavras, Campinas, 2017.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo:Boitempo Editorial, 2019.

BECK, Ulrich. O que é Globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In: Economia e Sociedade, v. 4, n. 1, 1995.

BHATTACHARYA, Tithi et al. Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression. Pluto Press, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo:

Martins Fontes, 2009.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 529-544, 2015.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

\_\_\_\_\_. Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution. Mit Press, 2015.

CANETTIERI, Thiago. Uma maldição tropical: notas sobre o devir-periferia do mundo. Revista Porto Alegre, 2020a. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/uma-maldicao-tropical-notas-sobre-o-devir-periferia-do-mundo/> . Acesso em: 14/04/2021.

\_\_\_\_\_. A condição periférica. Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020b.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. In: Anthropological forum. Routledge, 2012. p. 113-131.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DA SILVEIRA, Maikel. O populismo, a várzea e o bicho: notas sobre a teoria do populismo e a crise da esquerda. Revista Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://revistaportoalegre.com/o-populismo-a-varzea-e-o-bicho-notas-sobre-a-teoria-do-populismo-e-a-crise-da-esquerda/>. Acesso em: 14/04/2021.

DE OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. A crise do neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, p. 186-193, 2014.

DUNKER, Christian. "A lógica do condomínio". In: PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 102 - 109, 2017a.

\_\_\_\_\_. A reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ed. Ubu, 2017b.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do Welfare State. In Lua Nova, n. 24, Ser., 1991.

FEDERICI, Silvia. El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo, 2018.

\_\_\_\_\_. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Caderno CRH, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária, 2019.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

\_\_\_\_\_. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Editora Intrínseca, 2014.

PRZEWORKI, Adam. A socialdemocracia como um fenômeno histórico. In Lua Nova, n. 15, 1988.

\_\_\_\_\_. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

GAGO, Verónica. La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Economia, instituições e Estado de Bem-Estar Social: respostas à nova configuração do capitalismo pós-1970. In Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 58, n. 3, 2015.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. Condição pós-moderna. Edições Loyola, 1992.

HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e contras da globalização. Zahar, 2001.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. 1996.



KEHL, Maria Rita. "Depressão e imagem do novo mundo". In: NOVAES, Adauto. Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo. São Paulo: Ed. SESC-SP/Agir. 2008, p. 295-320

KERSTENETZKY, Célia Lessa. O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Elsevier, 2012.

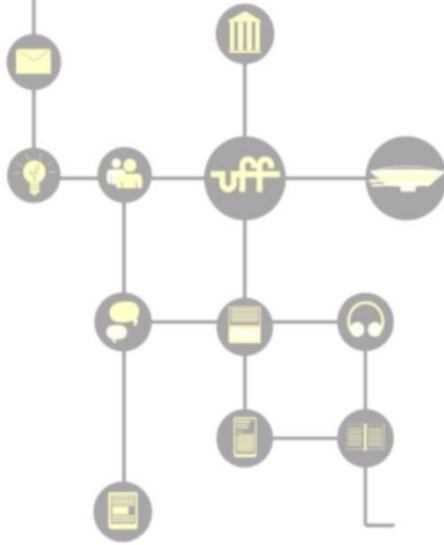
OLIVEIRA, Rafael. Época de crise, tempo de organização: circulando entre Betinho, Panteras Negras e Marx. Revista Ursula, 2017. Disponível em: <https://revistaursula.com.br/politica/epoca-de-crise-tempo-de-organizacao-circulando-entre-betinho-panteras-negras-e-marx/>. Acesso em: 14/04/2021.

PARANÁ, Edemilson; TUPINAMBÁ, Gabriel. Arquitetura de Arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo. Autonomia Literária, no prelo, 2021.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do trabalho. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 1999.  
\_\_\_\_\_. A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019



# Transitividade, transhomem e testosterona: a reinvenção do falo e as transformações tecnológicas da travessia transmasculina

Deivid Nascimento de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo compõe uma breve revisão bibliográfica sobre as transformações tecnológicas da travessia transmasculina, na construção da identidade e autobiografia de homens transgêneros na transitividade de seus corpos. Foram utilizados relatos autobiográficos de sujeitos transmasculinos, a literatura acadêmica e produção científica sobre os estudos de gênero e sexualidade para demarcar a importância de políticas públicas de saúde integral transespecífica, de modo a promover inclusão social e diminuição da vulnerabilidade a que estes indivíduos estão submetidos. Para tanto, o itinerário de acolhimento médico é um obstáculo a ser superado e, ao mesmo tempo, há um grande desejo de transformação imediata que os insere numa travessia tecnológica de reinvenção de si. A reinvenção da identidade é, sobretudo, a transitividade do eu contra si mesmo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transmasculinidades; Tecnologia; Testosterona; Políticas de Saúde; João W. Nery;

<sup>1</sup> Bacharel em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-Americana pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, PR, 2021). Psicanalista em formação pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise Clínica (IBPC, 2021). Pesquisador sobre antropologia das emoções, gênero, sexualidade e cultura das mídias.

**COMO CITAR:** CARVALHO, Deivid N. "Transitividade, transhomem e testosterona: a reinvenção do falo e as transformações tecnológicas da travessia transmasculina." In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 59-81.

## Transitivity, trans man and testosterone:

### the reinvention of the phallus and the technological transformations of the trans-male crossing

**ABSTRACT:** This article composes a brief bibliographical review on the technological transformations of the transmasculine crossing, in the construction of the identity and autobiography of transgender men in the transitivity of their bodies. Autobiographical reports of trans-male subjects, academic literature and scientific production on gender and sexuality studies were used to demarcate the importance of public policies for transespecific comprehensive health, in order to promote social inclusion and decrease the vulnerability to which these individuals are submitted. Therefore, the medical care itinerary is an obstacle to be overcome and, at the same time, there is a great desire for immediate transformation that introduces them to a technological journey of self-reinvention. The reinvention of identity is, above all, the transitivity of the self against itself.

**KEYWORDS:** Transmasculinities; Technology; Testosterone; Health Policies; João W. Nery;

## Introdução

Este artigo se refere a uma breve revisão bibliográfica sobre a travessia transmasculina na reinvenção da identidade, do corpo e da tecnologia. Em meu trabalho de campo, realizado entre 2018-2020, houve uma observação etnográfica para a realização de uma pesquisa sobre a mídia e autobiografia transmasculina. Este artigo está atrelado ao meu trabalho de campo<sup>2</sup> com base no relato autobiográfico e literatura acadêmica sobre identidades trans do espectro masculino. De modo a entender, sintetizadamente, o histórico dessa identidade, no que diz respeito às políticas públicas e ao desenvolvimento tecnológico da medicina para a produção de corpos transmasculinos.

Homens transgêneros, transhomens, transexuais masculinos, FTM (do inglês “female to male”, ou seja, do feminino para o masculino), homem trans... são indivíduos cuja identidade feminina foi socialmente imposta com base no sexo biológico, entretanto, se reconhecem enquanto homens. Por sua vez, há equivalência na autonegação de indivíduos transmasculinos, isto é, identidades que se reconhecem na esfera do masculino, no entanto, rejeitam qualquer identificação enquanto “homem”, pois se reestabelecem de uma ruptura ao sexo e gênero compulsoriamente heteronormativo. Nesta autonegação, a “masculinidade” aplica características e comportamentos de uma pessoa transgênera sem, contudo, identificar o indivíduo enquanto homem. É, todavia, um sujeito trans que transcende a performance da masculinidade sem incidir classificações de gênero e determinações de identidades fixas. Uma travessia cujo trajeto busca o pertencimento de si mesmo.

A transformação da identidade, a ruptura da masculinidade nociva e a construção de uma “masculinidade saudável” bem como as modificações corporais de homens trans e transmasculinos com artifícios tecnológicos, cujas mutações do corpo se embaralham entre o natural/artificial e homem/máquina, revelam a reinvenção da identidade na transformação do corpo. A tecnologia, a testosterona e a “transição” subvertem estruturas do sistema sexo/gênero ao possibilitar a reinvenção de si através de hormônios, intervenções cirúrgicas de redesignação de gênero e readequações estéticas da indumentária masculina na composição da identidade.

<sup>2</sup> Neste trabalho de campo realizado para meu Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia (CARVALHO, 2020), são materiais de estudo: publicações públicas de homens trans/transmasculinos através de mídias digitais como perfis de Instagram, canais de Youtube, podcasts no Spotify, grupos e pages do Facebook, blogs no Twitter, além de publicações da grande mídia hegemônica e mídia alternativa contra-hegemônica sobre temas transmasculinos. Entretanto, neste artigo será tratado, de modo breve, a literatura acadêmica e parte da produção autobiográfica de João W. Nery em encontros e desencontros com a transidentidade.

Deste modo, as resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) na redesignação de sexo na rede pública e privada, assim como desejos, sensações e idealizações da construção do corpo transmasculino através de relatos autobiográficos nas mídias digitais de transhomens são parte da metodologia deste artigo. Há uma breve revisão bibliográfica em entrevistas e literatura autobiográfica, antropológica, sociológica e filosófica, contribuindo à reflexão das transformações tecnológicas da travessia transmasculina.

### **A Transformação do corpo: Transmasculinidades, testosterona e “transição”**

A transformação do corpo tange a concepção tecnológica de construção de identidade, sobretudo na aceção do gênero e sexo. A estrutura ordenada em normas de conduta social, através do genital biológico, predispõe a socialização do indivíduo dentro de um dispositivo binário que determina identidade de gênero como se houvesse apenas duas possibilidades de reconhecimento. Estas condutas de pertencimento biológico são: fêmea, se o indivíduo possui vagina e macho, se o indivíduo possui pênis. Neste parâmetro, o gênero é justificado pelo órgão sexual, no entanto, são composições socialmente distintas. Por sua vez, há duas outras decorrências do sexo biológico: o intersexo, o sujeito que nasce simultaneamente com ambos genitais e o nulo, pouco expressivo e indefinido. Estes indivíduos, cujo genital não estão de acordo com as demandas do dispositivo binário são, compulsoriamente, incluídos em normas estruturais preestabelecidas. No que diz respeito à socialização, será designada uma definição de gênero para masculino ou feminino no ato do nascimento do bebê. Deste modo, a identidade de gênero é determinada segundo as práticas tecnológicas da construção heteronormativa, como menciona o Manifesto Contrassexual do filósofo transgênero Paul B. Preciado (2002):

Os bebês intersexuais são descritos como corpos que apresentam características dos dois sexos ou que eventualmente poderiam apresentar uma evolução para o sexo oposto ao sexo aparente. As tecnologias utilizadas na determinação do sexo, a etiologia pré-natal, amniocentese, ultrassonografia, citologia, análise cromossômica, avaliação hormonal (e prescrição de gonadotrofina, esteroides, etc.), exames genitais (da palpação à radiografia), bem como o

conjunto de procedimentos cirúrgicos são destinados para reduzir ou erradicar toda ambiguidade sexual (PRECIADO, 2002, p. 102).

Segundo Paul B. Preciado (2002), os corpos não se reconhecem como homem ou mulher, mas como corpos que interagem e se comunicam uns com os outros. Desta maneira, “a sociedade contrassexual tem por objetivo a desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero.” (2002, p. 19). Para tanto, “a contrassexualidade é uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade e tem por fim o estudo das transformações dos corpos sexuados e generizados” (2002, p. 19). Assim, não rejeita a hipóteses das construções sociais ou psicológicas do gênero, mas se restitui como mecanismos, estratégias e usos de um sistema tecnológico mais amplo” (PRECIADO, 2002, p. 21). Deste modo, a filósofa Judith Butler contribui para a análise do gênero culturalmente construído:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. A unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

Neste aspecto, a concepção de que as pessoas transexuais rejeitam seus corpos e nasceram no corpo errado está sumariamente atrelada ao sexo biológico como definição compulsória do gênero, tratando-se o órgão sexual como a legítima identidade do corpo. Porém, a construção deste corpo vai além das concepções pautadas em sexo, gênero e genital. A expressão de gênero condiz com o reconhecimento do eu interior na exposição de si diante do mundo, na conduta de ser e estar, representar e performar o que é ensinado sobre “gênero” e o que entendemos sobre ele. Desta forma, a subversão do que é ensinado sobre gênero nos deixa a dinâmica de entender a subjetividade de corpos sexuados, direcionada a múltiplas identificações e possibilidades de se reconhecer. Assim demonstra a socióloga Berenice Bento (2009):

A descoberta do corpo sexuado é um momento de atribuição de sentido para as várias surras, insultos e

rejeições familiares. Ter um/a pênis/vagina e não conseguir agir de acordo com as expectativas, ou seja, não conseguir desenvolver o gênero 'apropriado' para seu sexo, é uma descoberta vivenciada com grande surpresa para alguns/algumas (BENTO, 2009, p. 97).

Por conseguinte, a construção da masculinidade nos corpos trans revela uma identidade internalizada diante do "aprisionamento" de si durante parte de suas vidas.

Para os transexuais masculinos, a menstruação e os seios anunciam o fim dos sonhos, da liberdade e a impossibilidade de se tornarem homens e, por outro lado, a separação definitiva dos mundos dos gêneros a partir dessas diferenças. A descoberta do corpo sexuado impõe a tarefa de relacionar-se com as partes do corpo responsáveis pela rejeição que sofrem, ao mesmo tempo em que desencadeiam uma busca para se definirem, para encontrar respostas e modelos que lhes possibilitem construir identificações (BENTO, 2009, p. 100).

Em muitos casos, a manifestação da incongruência entre gênero e sexo biológico ocorre na infância, cujos meios de socializações inseridas no ramo familiar e escolar trazem aos homens trans descobertas iniciais sobre si. Nestes primeiros referenciais de construção da identidade atravessam desejos voltados aos ideais de masculinidade que são ensinados na sociedade, embora seja constante, ao longo da infância e adolescência, a sensação de estranhamento. Um desacordo e incômodo que os perseguem. Na adolescência, principalmente com a chegada da puberdade, mudanças corporais que "dividem" socialmente meninos e meninas se tornam mais latentes e motivos de questionamentos. Como sinalizam Maranhão Filho e João W. Nery (2013)<sup>3</sup>:

Muitos se tornam quase mudos, com medo do efeito da voz mais aguda do que o desejado. A preocupação também permanente com o disfarce das mamas ou com a gesticulação, nem sempre ' máscula o suficiente' gera muita ansiedade, introspecção e sentimentos persecutórios (MARANHÃO E NERY, 2013, p. 148).

João W. Nery nasceu em 1950 e iniciou a "transição" de gênero aos 27 anos de idade. Publicou o livro *Viagem Solitária* (2011) que seria a continuidade da autobiografia intitulada *Erro de Pessoa* (1984), em memória de quase trinta anos após os primeiros relatos publicados. A

<sup>3</sup> O psicólogo e ativista João Walter Nery e o historiador Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho realizaram uma etnografia em ambientes virtuais (Facebook e fóruns de debate) através de uma observação participante da multiplicidade discursiva de pessoas transmasculinas e transhomens, uma cartografia social em relação à transidentidade e seu amplo espectro de masculinidades (2013).

pesquisadora Simone Ávila (2014) fez uma comparação entre as duas autobiografias:

Embora Nery tenha publicado em 2011 "Viagem Solitária", ele mantém a metáfora do "corpo errado" de "Erro de Pessoa", que, aliás, parece não ter sido por acaso a escolha desse título, indicando a posição do autor sobre sua experiência de ser trans. A metáfora do "corpo errado" faz com que descrevam a infância como se deveriam ser garotos, que sua anatomia deveria corresponder a um homem e não a uma mulher. [...] É importante reafirmar que Nery não é uma mulher, não poderia ser homossexual e persegue um caminho para chegar a ser um homem com pênis, portanto 'um homem completo'. Suas autobiografias não deixam espaço para a interpretação como uma 'mulher masculina' [...] As cirurgias, para Nery, são um desejo de "restaurar" o corpo para a auto-promulgada superfície do corpo, são a possibilidade de ter o corpo que deveria ter sido. A grande parte de "Erro de Pessoa" é a espera pelas cirurgias. A angústia pelo tempo dessa espera e o intenso desejo por um pênis. Não se identificava como lésbica e queria se distanciar da homossexualidade, não se identificava com a ideia que ama "outra" mulher. Nesse caso, o processo não teria sentido. Queria ser identificado como um homem para uma mulher (heterossexual) e como homem para os próprios homens (ÁVILA, 2014. p. 152/154).

Ao longo de seu primeiro livro, João Nery relata histórias de sua infância, adolescência e vida adulta até a realização de suas intervenções cirúrgicas. Este livro foi escrito enquanto o autor se recuperava do pós-operatório, escrevendo sobre o desejo de ser livre, pois se sentia um homem aprisionado no corpo de uma mulher. Para o autor, o Erro de Pessoa é ser alguém cujo desejo iminente durante toda a vida lhe foi negado através de muitas circunstâncias reguladoras. O eu interior reprime-se diante dos desconfortos sobre o corpo e a construção de si mesmo. Oriundo da classe média, no seu primeiro livro trata de memórias afetivas enquanto calava-se em incompatibilidades administradas pela estrutura compulsória de gênero. No decorrer da vida, formou-se em Psicologia com especialização em Gênero e Sexualidade. Foi mestrando em Psicologia Educacional, lecionou em três universidades. Teve consultório de psicoterapia, mantendo-se com uma identidade social feminina. João Nery é considerado pela mídia, o primeiro homem transexual operado no Brasil ao realizar, durante a ditadura militar em 1977, a mamoplastia masculinizadora e a pan-



histerectomia, vinte anos antes das cirurgias de redesignação sexual serem legalizadas.

Em *Viagem Solitária* (2011) e *Erro de Pessoa* (1984), Nery compartilha sua infância e adolescência. Um período incômodo com transformações do corpo, refletidos no sexo biológico. A busca incessante por transformações que o reconheça enquanto homem percorre a literatura de seus escritos biográficos, reprimindo-se dia após dia e escondendo-se de si diante de circunstâncias que o aprisionam. O estudo de psicologia, gênero e sexualidade exige o contato imersivo consigo mesmo, a ponto de atingir profundezas mais ocultas antes de tratar-se de outrem. A busca por identidade e a convivência com o corpo indesejado causam marcas físicas e psicológicas ao tensionar a rebelião contra si mesmo. Um fardo cujo peso determina a liberdade de sentir-se realizado com o espelho. João W. Nery relembra seu passado com muita riqueza de detalhes:

Apesar da minha vivacidade, do casarão, das três irmãs movimentando o ambiente, fui uma criança só e triste. Na pracinha, perto de casa, onde costumava brincar, era ridicularizado. No colégio, não tinha grupinhos e, em casa, não era compreendido. O que realmente gostava nunca podia ser claramente expresso. Numa espécie de revolta, cansado de dissimular, andava sujo, com roupas largas e despencadas. Quando podia, não penteava os cabelos nem escovava os dentes. Era um ser sem vaidade. Só me sentia bem quando de shorts e sem camisa. Não compreendia bem o fato de ser obrigado, nas refeições, a colocar a camisa para sentar à mesa, enquanto papai estava livre para fazer tal opção. "Será porque era o dono da casa?" Preferi pensar assim. Meu sentimento em relação a papai era ambivalente. Eu o adorava, mas, ao mesmo tempo, ficava decepcionado porque não me incentivava a imitá-lo em nada. [...] Não conseguia entender por que me tratavam como se fosse uma menina! Faziam questão de me ver como nunca fui. Sabiam que não gostava disso! Por que insistiam em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. Tornei-me um ser acuado. [...] Geralmente, crianças adoram ganhar roupas novas nos dias de festa. Entrava em pânico quando mamãe nos carregava para a costureira. Relutava. A única coisa que conseguia reivindicar era que, pelo menos, o vestido tivesse gravata e bolsos. Mamãe não entendia ou fingia não entender (NERY, 2011, p. 32).

Após a mamoplastia masculinizadora (retirada das mamas) e panhisterectomia (remoção do útero, trompas e ovários), João W. Nery

emitiu uma nova documentação para ser reinserido socialmente enquanto homem transgênero. No entanto, por falta de uma legislação<sup>4</sup> que assegura os direitos de inclusão social da população trans além da retificação de documentos e certidão de nascimento com novo nome de identificação na burocratização do Estado, Nery perdeu os direitos que possuía anteriormente à redesignação de gênero, incluindo o currículo escolar e profissional. Tornando-se, em suas palavras, um 'analfabeto'. Deste modo, foi desautorizado a dar continuidade aos trabalhos como psicólogo e pesquisador. Para sobreviver, se aventurou em outras tarefas remuneratórias como pedreiro, vendedor, operador de confecção de roupas, entre outras atividades. Nesta época, as cirurgias de redesignação sexual eram proibidas no Brasil e os médicos que realizavam estes procedimentos eram considerados criminosos e poderiam ser presos.

No Brasil, a cirurgia de readequação de gênero teve início em 1997, a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº. 1.482/97 que autorizou somente hospitais universitários a realizarem procedimentos de redesignação sexual, retirando-os da clandestinidade. Em 2002, o CFM entende que nem todas as intervenções cirúrgicas eram experimentais e publica a Resolução CFM nº. 1.652/02 como referência nacional para todas as pessoas transexuais. No Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008, a Portaria nº. 1.707 do Ministério da Saúde incluiu a readequação de gênero direcionada para mulheres transexuais. Deste modo, a vaginoplastia, por exemplo, foi um dos procedimentos cirúrgicos incluídos, isto é, a construção da vagina para quem não a possui.

Em 2010, no que tange aos procedimentos cirúrgicos aplicados aos homens transexuais, com a Resolução CFM nº. 1.955/2010, os procedimentos de retirada das mamas, ovários e útero deixam de ser experimentais e foram autorizados em qualquer hospital público e privado. Em contrapartida, a neofaloplastia (construção do pênis) ainda não foi liberada segundo esta resolução do CFM, tendo em vista as complexidades funcionais do órgão construído cirurgicamente. O Ministério da Saúde publicou em 2013 a Portaria nº. 2.803, com ampliações do 'processo transexualizador' na inclusão de travestis, mulheres e homens trans em atendimento hospitalar e ambulatorial.

<sup>4</sup> Inspirado por sua trajetória autobiográfica, o projeto de lei n.º 5.002/13 com o nome de Lei João W Nery – Lei de Identidade de Gênero teve autoria dos deputados federais Jean Wyllys e Érika Kokay, protocolado na Câmara dos Deputados, em 20 de fevereiro de 2013: "O projeto de lei garante o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias e hormonioterapias. Preserva todo o histórico do interessado, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização, despatologiza as transidentidades para a assistência à saúde e preserva o direito à família frente às mudanças registradas" (NERY, 2014, p. 5).

Entretanto, o processo de inclusão do indivíduo trans no encaixe médico

e laudo psicológico exigido para acesso à readequação de gênero no Brasil se comprova complexo, conforme demonstrado por Ávila (2014):

Destaco que a instituição do processo transexualizador foi considerada uma vitória pelo movimento LGBT e pode ser considerado um avanço nos direitos dos transexuais. Percebe-se aqui uma dinâmica na qual parece haver opções de “escolha”, como se o indivíduo tivesse autonomia, algo do tipo: “Você pode fazer a sua mudança de gênero... DESDE QUE aceite ser tratado como doente”. O processo transexualizador ainda está fortemente atrelado a um diagnóstico patologizante e não condizente com a autonomia dos sujeitos em relação aos desejos de modificações corporais. [...] Sendo assim, as escolhas já estão colocadas: ou a transição acontecerá “oficialmente”, com a inclusão no processo transexualizador, ou a transição acontecerá “informalmente” (ÁVILA, 2014, p. 124).

Para obtenção das intervenções cirúrgicas de readequação de gênero, as pessoas transexuais necessitam de um laudo médico que comprove que são, de fato, ‘transexuais’. Isto é, parte do viés analítico de categorias vinculadas ao “transexualismo patológico” que, por vezes, direciona o olhar psiquiátrico, psicanalítico e psicológico, a veracidade e legitimidade do que é ser ‘transgênero’. O acompanhamento do psiquiatra e/ou psicólogo deverá ocorrer durante dois anos, continuamente, em constante reavaliação. Neste caso, para serem incluídas no “processo transexualizador”, estas pessoas devem “convencer” a equipe de saúde de que são “transexuais” e, por este motivo, “estão em pleno direito” de realizarem estas cirurgias devido à ‘disforia de gênero’ aplicada no diagnóstico CID F64 (Classificação Internacional de Doenças) como portadores de ‘Transtorno de Identidade Sexual’. Este “convencimento” às categorias médicas se faz presente, de forma detalhada, na literatura de Bento (2006), Arán e Murta (2009), Almeida e Murta (2013), Bento e Pelúcio (2012), Oliveira (2014), Bulamah e Kuppermann (2016) utilizados nesta pesquisa, assim como na leitura de outros pesquisadores que têm trabalhado em razão destas discussões. A pesquisadora Simone Ávila (2014) nos esclarece como ocorre este convencimento para as categorias trans:

Foi durante as décadas de 1960 e 1970 que os médicos começaram a utilizar este termo para designar aquelas pessoas que, na perspectiva médica, esperavam realizar a totalidade dos tratamentos propostos, incluindo as cirurgias genitais. Há dois critérios que me parecem importantes de sublinhar: de uma parte, a orientação sexual dos candidatos,

que deve ser homossexual porque após eles se tornarem “heterossexuais” e de outra, ter aversão pelos órgãos genitais de origem, critérios altamente questionáveis, uma vez que há transhomens que se identificam como gays e não têm aversão aos seus órgãos genitais (ÁVILA, 2014, p. 124).

Vale ressaltar que a aversão aos órgãos genitais, bem como para os homens trans que foram observados durante esta pesquisa, não possuem relação diretamente disfórica da sexualidade, pois é independente da autoidentificação do sujeito enquanto hétero, bi ou homossexual. Em redes sociais e canais de comunicação transmasculinos, há variedade de percepções acerca do genital, sendo por eles, um processo de construção de identidade e transição muito particular. Berenice Bento (2006, 2009) realizou densa análise do saber/poder médico associado a concepção de que pessoas trans têm completa rejeição de seus corpos. De acordo com esta visão, a procura por intervenções cirúrgicas possui finalidade, sobretudo, de satisfação sexual. Em contrapartida, apesar de sexuados, a cirurgia tem, por êxito, a incessante busca por inserção social. Deste modo, “não há um rechaço monolítico ao corpo entre as pessoas transexuais. A autoimagem para muitos é positivada mediante a valorização reiterada de partes dos seus corpos tidas como ‘lindas’, ‘perfeitas’” (BENTO, 2009, p. 95). A completa abjeção não configura a única possibilidade para interpretação de suas genitálias.

Outra vez tem-se de voltar à construção do transexual como alguém totalmente avesso às suas genitálias e assexuado. Se a “identidade transexual” foi caracterizada pelo horror às suas genitálias, seria impensável, nessa perspectiva, admitir que é possível obter algum tipo de prazer com elas. Os/as transexuais sabem das suposições e expectativas construídas para suas condutas, principalmente no espaço hospitalar. O dispositivo da transexualidade tenta regular as microinterações que se efetivam nesse espaço, além de tentar interferir, em níveis variados, na organização de suas subjetividades (BENTO, 2009, p. 103).

Em sua pesquisa, Bento (2009) conversou com Alec, referindo-o em nome fictício. Sobre sua ‘transição’ há o seguinte relato:

A trajetória de Alec para assumir-se como um homem transexual revela os próprios processos para a construção das identidades. Até os 23 anos, só teve relações com rapazes. O medo de ser considerada lésbica e do preconceito dos parentes e conhecidos o fez, inclusive,

“exagerar” em sua fama de “lobo”. Tinha muitos namorados, mas sempre teve um amor feminino clandestino. A forma que encontrou para suportar o seu corpo feminino foi mediante uma intensa rotina de ginástica. “Eu cheguei a fazer oito horas de ginástica por dia. Quando eu via os corpos dos meus namorados, eu pensava: nossa, eu estou muito melhor que ele.” [...] Aos 23 anos, decidi “parar de mentiras” e buscar soluções para seu corpo. A história de Alec aponta que a relação entre o corpo e a sexualidade não é algo retilínea. Ele não gostava de seu corpo feminino, mas conseguiu ter relações sexuais com rapazes, sem problemas com a penetração (BENTO, 2009, p. 103-104).

A construção do corpo transmasculino demanda o entendimento antropológico do tempo e da espera que infere sobre o itinerário da ‘descoberta’ transgênera. O tempo relativo à espera do atendimento de saúde aplicado à ‘transição’ de gênero e o tempo direcionado à espera de mudanças corporais na transformação do corpo. O antropólogo Camilo Braz (2017) observou a dificuldade de homens trans em encontrar atendimento e acolhimento médico devido à espera para consultas e procedimentos cirúrgicos no setor público, além de altos valores aplicados no setor privado. Ademais, a rigidez do diagnóstico e, por muitas vezes, a falta de profissional capacitado para lidar com este público faz muitos homens trans adaptarem um “saber médico” a fim de se “automedicar” com hormônios comprados informalmente, sem receita médica ou com atestado falsificado. Para o autor, há “contraposição entre um sentimento de urgência para dar início à ‘transição’ de gênero, versus a demora em se conseguir atendimento médico, que fica evidenciada nas narrativas acerca dos itinerários envolvidos no processo de hormonização” (2017. p.6).

Tal contraposição aparece, por exemplo, nas falas sobre as expectativas com relação à exigência de 2 anos de atendimento psicológico para a possível obtenção de um laudo que garantirá o acesso a cirurgias dentro do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); na espera pelo julgamento de pedidos de retificação de registro civil; na expectativa quanto aos efeitos da hormonioterapia no que tange às transformações corporais; na espera e na fila para se conseguir entrar no Processo Transexualizador, quando os poucos serviços públicos de atendimento à saúde transespecífica existentes no Brasil encontram-se sob ameaça constante de fecharem as portas. [...] Uma questão que parece até mesmo borrar fronteiras de classe social: se, à primeira vista, possuir recursos para atendimento particular ou acesso a um plano de saúde

privado poderia indicar que a dificuldade para obter acompanhamento médico estaria sanada, isso não ocorre quando se lida com um universo de profissionais de saúde que, com raras exceções (como é o caso daqueles/as poucos/as que atuam, a despeito de todas as dificuldades, no Processo Transexualizador), parecem estar, seguindo as narrativas de meus interlocutores, bastante despreparados/as para lidar com temáticas relacionadas a gênero e sexualidade e, portanto, para o atendimento adequado à população transexual (BRAZ, 2017, p. 9).

Nesta prerrogativa, como comenta Ávila (2014), a criação de ambulatorios transespecíficos, “como está apontado na Portaria 2.803 do SUS coloca um grande desafio, mas parece ser uma oportunidade de criar um espaço no qual as pessoas LGBT, em especial as pessoas trans, sejam bem tratadas e acolhidas nas suas demandas” (2014, p. 137). A transexualidade, por sua vez, não só se limita ao âmbito particular e privado como também se insere na esfera pública e política. Desta forma, há equivalência acerca da despatologização<sup>5</sup> das categorias trans e as livres expressões das identidades de gênero no âmbito do ativismo e dos direitos humanos. Embora não seja um consenso entre as categorias trans, parte delas possui medo de perder o acesso específico direcionado ao ‘processo transexualizador’ oferecido pelo SUS, pois requer um cuidado mais delicado e atencioso por parte do atendimento e acolhimento das alas médicas e terapêuticas. Neste ponto de partida, se faz interessante mencionar a visibilidade de profissionais de saúde, sobretudo, LGBTQIAP+<sup>6</sup> que trabalham na saúde integral para este público, opondo-se ao discurso patologizante.

É interessante pontuar que o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), em 2011, foi o primeiro a se posicionar contra a patologização da transexualidade. Além disso, no período de suas pesquisas, Almeida (2012) e Ávila (2014) relatam que não havia muitas elaborações científicas direcionadas especialmente aos homens transgêneros. Há de se considerar o aumento do número de pesquisadores dedicados especialmente à transexualidade para contribuir cientificamente com esta pauta. Além de transgêneros que puderam ter acesso às universidades para produzir pesquisas científicas em diversas áreas. Embora esteja em constantes adaptações, as intervenções cirúrgicas para homens trans, sobretudo a neofaloplastia, e também mamoplastia masculinizadora, dispõem de profissionais de saúde dedicados exclusivamente ao atendimento transespecífico. Na

<sup>5</sup> Em 2018, a transexualidade deixou de ser considerada distúrbio mental. Era integrada por “Transexualismo”, com o sufixo ismo que atribui caráter patológico, na listade “transtorno de identidade de gênero” na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entretanto, ainda integra um novo capítulo do CID como “incongruência de gênero”, sobretudo no que se refere a necessidade de atendimento transespecífico do sistema básico de saúde, a exemplo de intervenções cirúrgicas, reposição hormonal e apoio psicológico exclusivamente para pessoas transgêneras.

<sup>6</sup> A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e demais identidades de gênero/sexualidade desviante da norma social preestabelecida.



formulação de estudos, análises, inovações e aprimoramentos de procedimentos estéticos e genitais da readequação de gênero, a fim de acolher este público marginalizado socialmente. Deste modo, provém realização pessoal de transhomens que possuem o sonho de satisfação consigo mesmo, cuja transformação do corpo tem o poder de transbordar a libertação do novo renascimento.

### **A reinvenção do falo: o corpo tecnológico, as próteses e os ciborgues**

A descoberta da transexualidade é muito particular, assim como os desejos de construção do corpo. É importante considerar que intervenções cirúrgicas são desejadas enquanto sinônimo de libertação e autorreconhecimento. A mastectomia/mamoplastia masculinizadora possui significado de “liberdade” e aproxima o indivíduo de estar mais próximo de si mesmo. São experiências de descobrir-se e acolher-se diante de um sonho secreto. No trecho a seguir, João W. Nery refere-se a “transexualismo” com o sufixo *ismo*, proferido à categoria patologizante nomeada pelo saber/poder médico. Desejou ser um homem e seguiu este sonho incessantemente:

Quando entrei na adolescência, ainda não existia sequer o conceito de transexualismo. Eu me sentia um homem, com um físico inexpressivo que não convencia ninguém. Eu não me via de forma alguma como homossexual, embora os outros assim o fizessem. Desconhecia outra ‘categoria’ na qual pudesse me enquadrar e tampouco sabia de pessoas iguais a mim (NERY, 2011, p. 53).

A construção transmasculina transforma o corpo em ‘transição’ ao desejado. Por muitas vezes, enquanto permanecem na fila para a realização da mastectomia, há uso de faixas compressoras, chamadas de binder, usadas na região torácica a fim de esconder o volume das mamas para deixar uma aparência de “tronco reto”, bem como camisas e camisetas que disfarçam o olhar da região incômoda, causadora de diversas crises de ansiedade e disforia. A aparência e liberdade de andar sem camisa e sem preocupação com as mamas simbolizam um sintoma de livramento. Por sua vez, o constante uso de binder comprime o tórax, dificulta a respiração e posiciona, intencionalmente, a curvatura dos ombros para frente com finalidade de “proteger” essa região de especulações indelicadas e constrangedoras.

Embora João W. Nery tenha realizado a mamoplastia masculinizadora, seu desejo de possuir um pênis tal qual um homem cisgênero ainda estava centralizado na categoria compulsória cisnormativa, cujo enlace acerca do falo direciona a masculinidade verídica. Ávila (2014), em seu trabalho de campo com transhomens, percebeu que modificações corporais transmasculinas não estavam diretamente relacionadas com o desejo de obtenção do pênis construído cirurgicamente. Isto é, a metoidioplastia ou neofaloplastia, o símbolo de masculinidade culturalmente constituído. Neste âmbito, a mamoplastia masculinizadora permanece como desejo de obtenção primária.

No entanto, entre as técnicas de ‘transgenitalização’ aos transhomens, a metoidioplastia permanece a intervenção cirúrgica mais utilizada e, geralmente, a única disponível. Esta intervenção cirúrgica consiste na liberação das ligações internas do clitóris para que ele seja aumentado, no entanto, o resultado do pênis mede cerca de 6 a 8 cm. É um método rápido e capaz de preservar a sensibilidade do clitóris. Por outro lado, a neofaloplastia é um procedimento mais complexo, delicado e custoso, por isso, menos disponível, pois está em constante aprimoramento. Este método utiliza enxertos de pele, músculos, vasos sanguíneos e nervos de outra parte do corpo para a construção de um pênis de maior tamanho e volume.

Com relação a João W. Nery, Simone Ávila denota que “ao final de ‘Viagem Solitária’ ele entende que é possível ser um homem sem pênis, sua fixação desde ‘Erro de Pessoa’, que não há uma masculinidade única e universal, há diferentes masculinidades” (ÁVILA, 2014. p. 158). Para tanto, com relação às intervenções cirúrgicas, Paul B. Preciado (2002) é enfático:

Em resumo, se olharmos para as tecnologias usadas na cirurgia transexual, não há necessidade de construir uma vagina: apenas encontre a vagina que já está dentro do pênis. Um pênis pode “tornar-se vagina”. Mas de acordo com a mesma tecnologia que produz a diferença sexual, a vagina não pode se tornar pênis. [...] Vaginoplastia (reconstrução cirúrgica da vagina), faloplastia (construção cirúrgica do pênis com a ajuda de uma pele de outra parte do mesmo corpo, como o antebraço ou coxa), ampliação e modificação da forma do clitóris graças à administração local de testosterona, ablação da noz, mastectomia (ablação dos dois seios, geralmente seguida pela reconstrução

torácica e construção de dois mamilos de um único enxerto de mamilo cortado), histerectomia (ablação do útero): como locais de renegociação, as operações de mudança de sexo parecem resolver os “problemas” (os “desacordos” entre sexo, gênero e orientação sexual.). Mas, de fato, eles se tornam as cenas visíveis do trabalho de tecnologia heterossexual; torna o manifesto da construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos (PRECIADO, 2002, p. 102-104).

As tecnologias de construção do corpo para as categorias transgêneras, segundo Preciado (2002), antes de tudo, operam a introdução gradual de políticas contrassexuais, difunde, redistribui e põe em circulação, práticas subversivas de masculinidades e feminilidades naturalizadas no marco de um sistema heterocentrado. Para tanto, a centralização do pênis como símbolo de poder heteronormativo, como suposto centro das expectativas, sexualidades e desejos, requer um intenso trabalho de resignificação e desconstrução. A alternativa se daria a outras significações do que o autor propõe como sociedade contrassexual, a exemplo de próteses penianas e suas variações.

Na sociedade contrassexual, as operações de troca de sexo constituem-se por uma espécie de cirurgia de utilidade pública, imposta ou escolhida. Estas operações nunca servirão para que os corpos possam remitar de novo a ideia de uma coerência masculina ou feminina. A contrassexualidade pretende ser uma tecnologia de produção de corpos não heterocentrados (PRECIADO, 2002, p. 33).

A sociedade contrassexual, proposta por Preciado (2002), implica no entendimento do sexo biológico e gênero como cibertecnologias completas do corpo, intrínseco aos preceitos elaborados na Teoria Queer, composta pela subversão do sexo, gênero e sexualidade fora do dispositivo binário heterocentrado. Neste âmbito, as substâncias naturais produzidas pelo corpo e, também, pela tecnologia, como a testosterona, estrógeno e progesterona, os órgãos genitais e as transformações sexuais são, para o autor, metáforas políticas cuja definição e controle não poderiam estar nas mãos do Estado, nem mesmo em instituições médicas e farmacêuticas heteronormativas.

Deste modo, Preciado (2018) se refere ao conjunto de transformações tecnológicas na produção de corpos e subjetividades

como uma organização biopolítica<sup>7</sup>. Inspirado em Foucault, denomina a sociedade como “farmacopornográfica”. Isto é, tecnologias que se tornam parte do corpo, se infiltram no corpo, se transformam em corpo. Pois a tecnologia e política impõe a forma do corpo, o volume do corpo e a ele se incorpora:

A sofisticação da maioria dos ramos da medicina terapêutica e cibernética (xenoenxertos, próteses cibernéticas visual e auditivo etc.) contrasta com o subdesenvolvimento das tecnologias que permitem modificar os órgãos (faloplastia, vaginoplastia...) e práticas sexuais (por exemplo, a fraca evolução do preservativo nos últimos 2.000 anos). O objetivo das biotecnologias atuais é a estabilização das categorias sexo e gênero heteronormativos (que vão da erradicação de anormalidades sexuais, consideradas monstruosidades antes ou depois do nascimento, operações no caso de pessoas transexuais). Testosterona, por exemplo, é a metáfora biossocial que autoriza a passagem de um corpo denominado feminino para a masculinidade. É necessário considerar os hormônios sexuais como drogas político-sociais cujo acesso não deve ser protegido por instituições estatais heteronormativa (PRECIADO, 2002, p. 34).

Para tanto, as transformações do corpo e a complexidade tecnológica da ciência, medicina e farmacologia, a produção de hormônios e formulações químicas, intervenções cirúrgicas, modificações corporais na reinvenção da identidade e o desejo de tornar-se como lhe convém, sintetiza um reflexo da sociedade farmacopornográfica. Com relação aos homens transgêneros, o fluxo de testosterona injetado no corpo elabora um rito de passagem do feminino para o masculino, cuja genética familiar determina características masculinas que se sobressairão no desenvolvimento da nova identidade. Desta maneira, a ‘transição de gênero’, embora seja um fenômeno estrutural no âmbito da saúde é, para cada um dos indivíduos que ‘transicionam’, um aspecto individual na construção de masculinidade. A reposição de testosterona reproduz traços característicos de acordo com fatores hereditários, sejam adaptações físicas e estéticas da aparência, seja desenvolvimento de pelos e barbas.

Paul B. Preciado (2018) diria que os corpos tecnológicos não são nem vivos, nem mortos, mas metade fetos, metade zumbis. O corpo individual funciona como extensão das tecnologias globais. Deste modo, Donna Haraway (2009) tem demonstrado como a noção antropológica

<sup>7</sup> Segundo Foucault, a “existência em questão já não é jurídica, mas biológica, de uma população. O poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

e colonialista da definição de humanidade está vinculada a tecnologia, sobretudo, no critério elementar de desenvolvimento cultural e progresso social. A tecnologia (tecno = arte, ciência, criação vs logia = linguagem) foi capaz de opor posições binárias em natural/artificial, órgão/máquina, primitivo/moderno e se propõe como categoria chave para estruturar as espécies em humano/não-humano, gênero em masculino/feminino, raça em branco/negro e cultura em avançado/primitivo. A autora constitui tecnologia e sexo em categorias estratégicas que posicionam o homem como mediador da dominação e da domesticação da natureza, pois o elemento masculino se (re)define mediante a relação que estabelece com a tecnologia.

O Manifesto Ciborgue de Donna Haraway (1985) sintetiza a tecnologia como ação política. O entendimento de sexo e gênero compassam criações tecnológicas de dominação e inovação. Nestes binarismos construídos historicamente e antropologicamente, estudos feministas apontam um conjunto de tecnologias culturais de domínio e controle do corpo das mulheres. Para Preciado (2002), demonizar a tecnologia enquanto relação de poder centralizada no homem como 'provedor da ciência' é relutar contra a ressignificação do domínio tecnológico em benefício da subversão do dispositivo binário de gênero. Sobretudo, em mulheres no domínio científico, além da produção de conhecimento e construção de corpos dissidentes. A transformação do corpo com base na assimilação tecnológica, na fabricação e ingestão de hormônios, na síntese de drogas farmacêuticas, utilização de compostos químicos manipulados, próteses e elementos robóticos, modificações corporais, pessoas transgêneras e o corpo transicionado, dentre outros exemplos de indivíduos incorporados na produção tecnológica e científica, são casos de tecnologia ciborgue biosocial que estão imersos na sociedade contrassexual.

A própria ideia do robô desenha sua força da «máquina», como metáfora explicativa da organização e do funcionamento do corpo vivo. Mas a metáfora de corpo / máquina tem um duplo significado. A máquina-homem de O Mettrie, como a máquina animal de Descartes, repousa sobre a ideia de que o corpo biológico e suas atividades podem ser reduzidas a um sistema complexo de interações mecânicas e eletromagnéticas (PRECIADO, 2002, p. 126).

Tanto em Manifesto Contrassexual (2002) quanto em Testo Junkie (2018), Paul Preciado, na visão de um homem trans, escreve sobre a

transformação tecnológica da construção do corpo transmasculino, em discussões acerca do sexo, drogas e biopolítica. Elementos emaranhados nas discussões filosóficas estruturais não incluem o papel da tecnologia como agente capaz de prover novas condutas de gênero semeadas na subversão do dispositivo binário heterocentrado. O acesso às cirurgias de readequação sexual, intervenções físicas e estéticas, inclusão biotecnológica como fator essencial da construção do corpo, o uso da hormonização, próteses penianas, desenvolvimento da farmacologia, tecnologias do sexo e do corpo, enfim, teorias ciborguianas, o entrelugar do natural/artificial e máquina/tecnologia transformam o aparato tecnológico em sujeito e organismo.

Às vezes o corpo usa o instrumento como parte de sua estrutura orgânica (prótese), outras vezes a máquina integra o corpo como um pedaço de seu mecanismo. Da imagem da máquina-homem século XVII, onde o corpo (masculino) era pensado como totalidade mecânica, passa no século XIX à imagem ameaçadora de uma “máquina viva” que representará como uma mulher ou como um monstro. A mulher, monstro e a máquina que deseja consciência antecipa o ciborgue. [...] Na estrutura da gestão tayloriana e racional do trabalho (na indústria em tempos de paz e em indústrias de destruição guerra de massa), o “corpo masculino” já constituía a si mesmo prótese orgânica a serviço de um mecanismo mais amplo. Foi concebido como um dispositivo mecânico que poderia ser reconstruído artificialmente com a ajuda de membros protéticos: “Braços de trabalho” ou “pernas de pedal” que o trabalhador poderia se juntar à máquina industrial. [...] De fato, as tecnologias protéticas que prometeram reconstruir o corpo masculino ameaçavam a posição “natural” de poder do homem em família, indústria e nação. Se o corpo masculino (órgãos incluídos) poderia ser construído proteticamente, portanto, também poderia ser desconstruído, deslocado e, por que não, ser substituído (PRECIADO, 2002, p. 129-131).

Elementos produzidos através da biotecnologia e transformações do corpo são inerentes ao preceito liminar entre o natural/artificial. Para Preciado (2002), torna-se um grande questionamento a neofaloplastia ser um procedimento cirúrgico em constante aprimoramento devido à dificuldade de se constituir um pênis funcional em sujeitos que não o possuem, entretanto, o avanço científico-tecnológico ser capaz de reconstituir membros protéticos operacionais para o corpo. Embora os procedimentos relativos à construção do falo cirurgicamente seja, para muitos homens trans, “a desejar”, estes por sua vez, ressignificam o

“papel do falo” em próteses penianas de material plástico/emborrachado, flexíveis em várias cores e tamanhos, readaptados e encaixados no clitóris, muitas vezes, chamadas de Packer. Este objeto tem finalidade de marcar volume na calça/cueca, urinar em pé, masturbar-se, fornecer prazer na relação sexual e penetração, embora também seja utilizado para diminuir a disforia com relação ao próprio corpo/genital.

O corpo hormonizado está em constantes adaptações e, para os homens trans, há impasse e dependência do saber científico para entender e analisar a longo prazo os efeitos da testosterona no corpo transicionado. O contínuo uso prolongado da reposição hormonal, a vida saudável dos órgãos sobrecarregados na produção “do corpo estranho” injetado na pele, a manutenção das modificações corporais longínquas se tornam um campo necessário de saberes e estudos, principalmente, para os sujeitos que sentem intensamente os efeitos da ‘transição’ no corpo. São exemplos: queda de cabelo e calvície hereditária, atrofias do ovário em resposta ao prolongado uso de testosterona, pelos excessivos no corpo, muitas acnes, entre muitos outros casos.

A ‘transição’ hormonal “no amanhã” se torna curiosidade e, ao mesmo tempo, preocupação com a manutenção saudável do corpo. Se no passado as categorias transgêneras observaram a endocrinologia e estudos científicos na sistematização da terapia hormonal no corpo humano, nos dias de hoje, entretanto, de ratos a humanos, as cobaias hormonais ainda fazem parte do nosso cotidiano. Como diria Paul B. Preciado (2018), as identidades transgêneras estão imersas em princípios de autocobaia, experimentação e intoxicação voluntária que remetem às mutações do corpo e gênero em constantes transformações.

### **Considerações finais**

As identidades transmasculinas ganham maior visibilidade na mídia e produção científica com a Resolução nº. 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina (CFM), cujos procedimentos de retirada de mamas, ovários e útero deixam de ser experimentais e são retirados da clandestinidade. Deste modo, a redesignação de gênero para homens trans/transmasculinos foi autorizada nas redes públicas e privadas do



país e houve apogeu destas identidades transgêneras na cultura popular, em entrevistas, reportagens, estudos científicos, teses de mestrado e doutorado. Embora a transmasculinidade existisse há muito tempo, foi somente neste período, na primeira década de 2000, que a pauta tornou-se mais “acessível” no dia a dia. Foi neste contexto que João W. Nery tornou “visível” seus relatos autobiográficos publicados nos livros Erro de Pessoa (1984, assinado por um pseudônimo, visto que as intervenções cirúrgicas eram clandestinas nesta época) e Viagem Solitária (2011, assinado em seu nome, quase 30 anos após a primeira autobiografia).

João W. Nery comumente é reconhecido pela mídia como um dos pioneiros da identidade transmasculina no Brasil ao realizar a redesignação de gênero durante a ditadura militar (1964-1985). Seus relatos autobiográficos transformam a vida de pessoas que se reconhecem em sua história, no trajeto de encontros e desencontros da identidade e na constante luta do eu contra si mesmo, no medo de enfrentar-se diante de uma sociedade violentamente transfóbica. A escolha de tornar-se “visível” na escritura de seu segundo livro (2011) tem por objetivo incentivar a autoaceitação da transidentidade, na promoção de visibilidade de suas existências, à margem do silêncio e da repressão internalizada durante décadas de conflitos que sufocam o corpo. O relato de si se emoldura no reconhecimento do outro que se identifica com a trajetória incompreendida e solitária que muitos transhomens tecem em suas caminhadas. A publicação destes relatos encorajam pessoas que se sentem sozinhas frente a sentimentos de não pertencimento de si, na objeção de seus corpos, no sofrimento reprimido em busca de autoconhecimento.

A transformação do corpo é uma trajetória particular. A tecnologia “reconfigura” o corpo, possibilita a reinserção do indivíduo na sociedade, emoldura novas práticas de comunicação deste corpo com o mundo, na projeção de visibilidade sob suas identidades, na abertura de diálogos em plataformas multimídias, no debate sobre suas existências através das mídias sociais. A tecnologia adentra o corpo, transformando-o na subversão do sistema sexo/gênero, nas possibilidades de ser e existir, na diversidade e indefinição da identidade. O orgulho de entender-se transmasculino e assumir bandeiras de visibilidade são, portanto, trajetórias de encontros consigo, na autoaceitação de marcas que o

corpo carrega como fruto resiliente, na luta do eu contra si mesmo e na constante guerra contra o preconceito e violência que acomete estas identidades.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, 2012, p. 256-266.

\_\_\_\_\_.MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade de despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. In: *Sexualidad, Salud & Sociedad*, n. 14, volume 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva* 19 (1). Rio de Janeiro: 2009.

ÁVILA, Simone. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, SC, 2014.

BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas*, n. 04, 2009, p. 95-112.

\_\_\_\_\_. PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, p. 569-581, 2012.

BRAZ, Camilo. SOUZA, Érica. Políticas de saúde para homens trans no Brasil: algumas contribuições antropológicas para um debate necessário. In: XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM). Montevideo: Universidad de la Republica, 2015.

\_\_\_\_\_. Transmasculinidades, temporalidades: antropologia do tempo, da espera e da saúde a partir de narrativas de homens trans. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BULAMAH, Lucas; KUPERMANN, Daniel. A PSICANÁLISE E A CLÍNICA DE PACIENTES TRANSEXUAIS. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844 – Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>>.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Deivid N. A Reinvenção da Identidade e Transformação da Intimidade: Travessias tecnológicas de encontros e desencontros do eu contra si mesmo na autobiografia transmasculina. 2020. 136 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade 1. A vontade de Saber. 1988. Edições Graal. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

NERY, João. Erro de pessoa. Rio de Janeiro: Record, 1984.

\_\_\_\_\_. Viagem Solitária. Memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

\_\_\_\_\_. MARANHÃO FILHO. Eduardo. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. *História Agora*, v. 16, n. 2, p. 60-80, 2013.

\_\_\_\_\_. Velhice transviada: Memórias e reflexões. Editora Objetiva; Edição: 1, 2019.

\_\_\_\_\_. De viagem solitária ao ativismo. Texto parcial da palestra apresentada durante o 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias em novembro de 2014. Disponível em:

<[http://siseb.sp.gov.br/arqs/INT\\_DE\\_VIAGEM\\_SOLITARIA\\_AO\\_ATIVISMO\\_Joao%20Walter%20Nery.pdf](http://siseb.sp.gov.br/arqs/INT_DE_VIAGEM_SOLITARIA_AO_ATIVISMO_Joao%20Walter%20Nery.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2020.

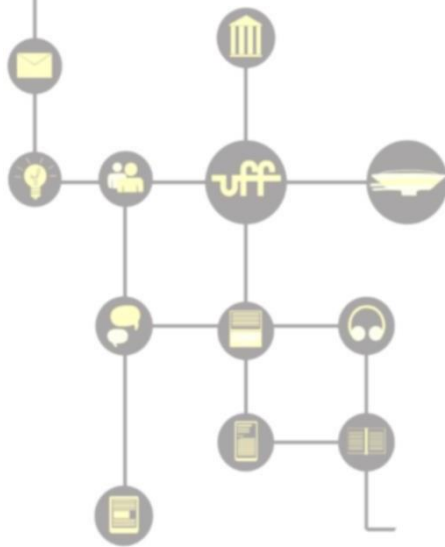
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

OLIVEIRA, Marcos. Uma etnografia sobre o atendimento psicoterapêutico a transexuais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 3, setembro-dezembro/2014.

PRECIADO, Paul. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

\_\_\_\_\_. *Testo Junkie. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. © n-1 edições, 2018.

SILVA, Tomaz. Nós, ciborgues. O corpo elétrico e a dissolução do humano. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, Tomaz. (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.



## 1984: a transposição do campo político da linguagem e poder simbólico em Orwell

Maurício Brugnaro Júnior<sup>1</sup>

**RESUMO:** O estudo foca na análise sociológica sobre como o campo da linguagem encontra congruências e extensões no campo político da realidade, na obra literária 1984, de George Orwell. Para isso são debatidos: a configuração do poder simbólico no campo da linguagem e no campo político; a internalização de um habitus; e a coletividade na obra. A pesquisa possui caráter bibliográfico, faz uso de livros e artigos que debatem a reificação racionalizada na sociedade, a formação do indivíduo, do poder simbólico e de um habitus para a análise do campo da linguagem em 1984. A exploração expõe um modus operandi típico de sistemas autoritários, porém também localiza a relação que pode romper com tal sistema. A investigação busca encorpar a análise da literatura como ferramenta de análise social. Não busca limitar ou encerrar o debate, mas tem o propósito de fornecer resultados para os fenômenos sociais que se fazem contemporâneos, a partir do campo da sociologia e da arte.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1984; George Orwell; Campo político; Habitus; Sociologia da arte.

### 1984: the transposition of political field of language and symbolic power in Orwell

**ABSTRACT:** The study focuses on the sociological analysis of how the field of language finds congruences and extensions in the political field of reality, in the literary work 1984, by George Orwell. For this, the following are debated: the configuration of the symbolic power in field of language and in the political field; the internalization of a habitus; and the collectivity in the work. The research has a bibliographic character, makes use of books and articles that debate the rationalized reification in society, the formation of the individual, of and symbolic power and a habitus for the analysis of the field of language in 1984. The exploration exposes a modus operandi typical of authoritarian systems, however it also locates the relationship that can break with such system. The investigation seeks to embody the literature analysis as a social analysis tool. It does not seek to limit or close the debate, but it aims to provide results for social phenomena that are made contemporary, from the field of sociology and art.

**KEYWORDS:** 1984; George Orwell; Political field; Habitus; Sociology of art.

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com ênfase em Sociologia. Membro do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL/Unicamp). Pesquisador-associado do Núcleo Práxis de pesquisa, educação popular e política/Universidade de São Paulo (USP).

**COMO CITAR:** JÚNIOR, Maurício Brugnaro. "1984: a transposição do campo político da linguagem e poder simbólico em Orwell". In: Revista Ensaaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 82-98.

“Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.” -Vygotsky

“As patrulhas, contudo, não eram um problema. O único problema era a polícia das ideias.” - George Orwell

## Introdução

A obra 1984 (1949, 2020), de George Orwell (1903-1950), é densa e possui muitas extensões e correspondências com a sociedade real. Dada a ampla variedade de temas e possibilidades de pesquisa que o livro pode fornecer, o estudo busca compreender um aspecto que permeia a narrativa – numa macro visão – em cada domínio e cenário que é apresentado, desde as atitudes tomadas até o sistema vigente hegemônico: o campo e as aplicações da linguagem como instrumento dotado de poder simbólico para o uso político.

A análise ocorre sob três eixos que, por vezes, se encontram juntos: a) a dominação política através do poder simbólico; b) o habitus inserido através da comunicação (campo da linguagem); e c) a compreensão dialética do processo interpretativo da obra através do contexto externo e de sua estruturação interna. Esses três eixos são mediados pelo campo da linguagem e pela figura do autor como condição prévia – entendida como já estabelecida – das relações de comunicação da teoria literária crítica. Segundo Antônio Candido (1918-2017), em *Literatura e sociedade* (1995, 2006):

quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, ideias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora (nos termos de Lukács, se apenas possibilita a realização do valor estético); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (nos termos de Lukács, se é determinante do valor estético) (CANDIDO, 2006, p. 14-15).

Dentro do estudo proposto, a análise sociológica será correlacionada com a crítica literária, buscando averiguar fatores da organização interna da obra em si, enquanto valor artístico, concomitantemente ao fator social da sociedade fictícia e, tendo como estrutura já estabilizada, os fatores sociais externos à obra, ou seja, a realidade enquanto representação de instrumentos e esquemas sociais

externos.



Procura-se situar, primeiramente, com intuito de evitar possíveis equívocos, a figura de Orwell relacionada ao contexto social que vivia e como a obra 1984 foi concebida. Portanto, é preciso compreender seu posicionamento no campo político enquanto produtor literário e, com isso, buscar entender como sua crítica ao autoritarismo<sup>2</sup> vai além da dicotomia “esquerda-direita”, da qual costumam se apropriar oportunamente. Ao analisar a obra, nota-se que, a partir do referencial teórico selecionado, a reificação do ser, a previsibilidade e a calculabilidade são características dos regimes modernos. E podem ser compreendidos como típicos do século XX o fascismo, o comunismo ou mesmo, no sentido empregado de anulação da individualidade, o capitalismo.

Em seguida, compreende-se o campo da linguagem como campo de poder simbólico dentro da obra, isto é, como o partido hegemônico do Grande Irmão exerce parte de seu domínio, pois o domínio do idioma falado, dos documentos, da escrita, da memória e da cultura é fundamental para o pleno exercício do poder autoritário. Nessa seção, portanto, busca-se evidenciar que a palavra é um microcosmo social e que a interiorização de uma linguagem se torna parte da estrutura, ao mesmo tempo que é estruturante nos decorrentes movimentos sociais. Podendo gerar, a depender de cada situação e suas particularidades, uma forma de dominação através das relações de comunicação – relações sociais –, como é no caso do sistema político descrito no livro.

Então, chega-se à seção sobre a coletividade. Esta é definida como o elemento central de disputa, visto que tanto a oposição quanto a hegemonia do Partido passam pela coletividade, seja para a formação de uma rede de sociabilidade capaz de resistir à ideologia dominante ou para quebrar sua individualidade e obter consequente dominação. Também nesta seção é apresentado como o autor observa os mecanismos de dominação e quais implicações coercitivas acabam ocorrendo com os indivíduos.

Em suma, o estudo foca no aspecto da linguagem como um dos fatores determinantes na sociedade, interagindo com diversos campos – aqui focando no campo político –, principalmente em recortes autoritários. Para Erich Fromm (1900-1980), ao final do primeiro apêndice de 1984, “livros como o de Orwell são advertências poderosas, e seria

<sup>2</sup>Autoritarismo compreendido, aqui, como a expressão mínima ou nula da oposição e da autonomia dos subsistemas políticos, como ideologia autoritária que nega “de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico.” (STOPPINO, 1998, p. 94).

lamentável se o leitor, de modo autocomplacente, interpretasse 1984 como mais uma descrição da barbárie stalinista, sem perceber que o livro se refere também a nós” (2009, p. 379). Sendo assim, cabe nortear o estudo a seguir através da seguinte questão: por que 1984, embora dotado de historicidade e de formação de estruturação social externa e interna, é ainda amplo nos diversos sentidos políticos e da linguagem? E, para além de sua atualidade contínua, como se estruturam os processos sociais em que ocorrem a dominação ou a revolução dentro da obra?

### **George Orwell e sua última obra**

Eric Arthur Blair, mais conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, nasceu no norte da Índia, em Motihari, uma pequena cidade de Bengala. Trabalhou como oficial júnior na Polícia Imperial Indiana, na Birmânia. Embora recebesse bem, ele decidiu abandonar a polícia por volta de 1927, pois escolheu ser escritor. Em 1933 publicou seu primeiro livro, adotando, por fim, o pseudônimo com o qual o conhecemos hoje, que foi um dos nomes por ele utilizado no período em que vagabundeava pela Inglaterra. 1984 começou a ser escrito em 1948 e foi publicado no ano seguinte. O contexto no qual se situa é o do pós-guerra, com polarização ideológica global e distorções de regimes político-sociais.

A obra é um romance distópico ambientado a nível internacional, em um mundo de guerra contínua entre três grandes continentes: Oceania, Lestásia e Eurásia; e, a nível internacional, em uma província do Estado da Oceania, regida pelas regras do Partido do Grande Irmão. Para a manutenção da harmonia interna, há a presença de Ministérios específicos para cada domínio social (presença abordada na seção Campo da linguagem como campo de poder).

A narrativa acompanha o cotidiano de Winston Smith, que, dentro de sua rotina vigiada pelo partido, segue com a tarefa de falsificar dados passados, manipulando, assim, a memória e a história dos dominados pelo governo. Ao longo do livro, o protagonista se relaciona com Júlia, uma mulher militante do partido – como todos devem ser, de acordo com a política vigente na obra – que possui, secretamente, um modo de viver em contradição com tais pressupostos. Aparecem

também O'Brien, um agente do sistema fiel ao governo, que faz uso de diversas narrativas e manipulações para manter a ordem, e o Grande Irmão, figuração simbólica do poder e extensão do partido. Isso para nos limitarmos somente aos personagens que possuem certa continuidade e relevância na narrativa.

Quanto à recepção pública, no ano do seu lançamento (1949), o jornal britânico *The Guardian* publicou artigo de um de seus colunistas no qual ele afirmava, em determinado momento, que "a história é construída e contada brilhantemente"<sup>3</sup>. Ele também recebeu elogios e comparações de Aldous Huxley (1894-1963), autor de *Admirável mundo novo* (1932): "o pesadelo de Mil novecentos e oitenta e quatro está destinado a modular no pesadelo das percepções críticas um mundo com mais semelhanças com o que imaginei em *Admirável mundo novo*"<sup>4</sup>.

Antes de prosseguir, cabe definir que é um livro amplo, o qual vai além do maniqueísmo político-ideológico do contexto da época e do rumo que o mundo tomaria a seguir. Uma leitura tendenciosa e oportunista, desprovida de qualquer intenção propositiva, ou mesmo de reflexão analítica, certamente cairia por defender a tese de Orwell como anticomunista, o que ocorreu após sua publicação, muito por conta da imposição da Doutrina Truman, nos Estados Unidos, a qual acarretou, além de um erro, uma perda inestimável da qualidade e do conteúdo da obra. O autor era um militante de esquerda, que foi capaz de criticar a esquerda de dentro, pois em 1937 fora à Espanha para lutar contra o regime fascista de Franco – este simpático ao nazismo – e aprendeu a distinguir entre o antifascismo falso e o real. Segundo Thomas Pynchon, no terceiro apêndice do livro:

'A guerra espanhola e outro eventos', escreveu dez anos mais tarde, fizeram a balança pender, e depois eu sabia onde estava. Cada linha de trabalho sério que redigi desde 1936 foi escrita, direta ou indiretamente, contra o totalitarismo<sup>5</sup> e a favor do socialismo democrático, tal como o conheço. (ORWELL, 2009, p. 397).

O autor critica fortemente o regime stalinista e o rumo que o socialismo tomou nas mãos deste, seja na figura de bigode escuro do Grande Irmão, nos ideais distorcidos de liberdade, entre outros, que mais se assemelham ao fascismo, podendo ser aproximado de um fascismo de esquerda. Porém, a crítica não se limita à esquerda

<sup>3</sup> Tradução livre para o português de: "The story is brilliantly constructed and told".

<sup>4</sup> Ver SAUNDER, Loraine. George Orwell's critical reception. Disponível em: <https://www.salempress.com/Media/SalemPress/samples/Orwell%20Sample.pdf>

<sup>5</sup> Totalitarismo, segundo Hannah Arendt, como uma forma de destruição dos "próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu" (STOPPINO, 1998, p.1248). E também monopolizando "a atividade política, uma ideologia que anima o partido e se torna verdade oficial do Estado, e, através dos controles totalitários sobre asociedade, uma politização de todos os erros ou os insucessos dos indivíduos e, portanto, a instauração de um terror ao mesmo tempo policíesco e ideológico" (ibid., p. 1250). "A ideologia totalitária dá uma explicação indiscutível do curso histórico, uma crítica radical da situação existente e uma orientação para a sua transformação também radical" (ibid., p. 1258).

distorcida que a União Soviética se configura, pois outro fator de destaque é o caráter extremamente técnico e mecânico dos membros do partido, retirando totalmente sua individualidade, fato que, como se pode notar no decorrer da história contemporânea, foi a chave produtiva do sistema capitalista. Para explicar essa ideia, é necessário compreender três pensamentos complementares, por mais diversas que sejam suas épocas, mas que são cumulativos e aqui serão expostos de maneira linear quanto ao tempo histórico, ambos fundamentados na análise social que acabaria por ter o sistema capitalista como dominante.

Primeiro, Karl Marx esclarece a perda do caráter qualitativo das relações sociais e de produção. Ele explica que

[com] a subordinação do homem à máquina, os homens acabam sendo apagados pelo trabalho, o pêndulo do relógio torna-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, tal como a medida da velocidade de duas locomotivas [...] O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, é a personificação do tempo (MARX MEW 4, Elend der philosophie, p.85, apud LUKÁCS, 2003, p. 204-205).

Segundo, Max Weber propõe, ao elaborar a teoria da dominação com ênfase na dominação racional, típica da modernidade,

[que] é, segundo toda a experiência, a forma formalmente mais racional de exercício de dominação em todos esses sentidos: em termos de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade – portanto: calculabilidade tanto para o senhor quanto para os demais interessados, intensidade e extensibilidade do desempenho, aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas, realizável em grau máximo de desempenho de maneira puramente técnica (WEBER, 1991, p. 144-146, grifos meus).

E, terceiro, Lukács diz

[que] com o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho [...] descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador. (MARX MEW 4, Elend der philosophie, p.85 apud LUKÁCS, 2003, p. 201, grifo meu).

Tais características das análises sociais corroboram com o decorrer do século XX, desde o início, e também durante suas transformações até a hegemonia capitalista. Na obra, período o qual ainda não havia se tornado hegemônico, mas que assumiria o caráter

mecanizado previsto, ou melhor, previamente calculado. Orwell, como ativista do espectro político da esquerda, soube reconhecer os erros que a própria esquerda assumiu, causando assim mais uma subdivisão. Por esta motivação, a crítica é bem mais ampla do que uma leitura simplista poderia aparentar. Assim, Orwell se mostra um crítico do autoritarismo, tanto no fascismo e no nazismo, como no stalinismo, e também do futuro que em breve chegaria, tendo o capitalismo como forma hegemônica. Orwell não era vidente ou algo do tipo, mas suas vivências, análises sociais e prospectivas através da literatura foram, sem dúvida, atrás das motivações que o poder e a dominação no campo político poderiam assumir.

Além disso, relata o próprio autor em carta à Francis A. Henson, em 16 de junho de 1949:

Meu romance recente NÃO pretende ser um ataque ao socialismo ou ao Partido Trabalhista Britânico (do qual sou um defensor), mas como uma demonstração das perversões às quais uma economia centralizada está sujeita e que já foram parcialmente realizadas em Comunismo e Fascismo. Não acredito que o tipo de sociedade que descrevi necessariamente venha, mas acredito (admitindo, é claro, o fato de que o livro é uma sátira) que algo parecido com ele poderia chegar. Acredito também que as ideias totalitárias se enraizaram nas mentes dos intelectuais em todos os lugares, e tentei levar essas ideias às suas consequências lógicas. O cenário do livro é colocado na Grã-Bretanha, a fim de enfatizar que as raças de língua inglesa não são inatamente melhores do que ninguém e que o totalitarismo, se não combatido, poderia triunfar em qualquer lugar. (ORWELL, 1968, p. 502, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Os condicionantes sociais externos expostos acima são levados para o interior da obra: a “imigração das ideias”, que impõem “com uma força especial que se torne visível o horizonte de referência o qual, nas situações correntes, pode permanecer em estado implícito” (BOURDIEU, 2006, p. 7). Isto é, os referenciais sociais empíricos da época e do autor – externos, portanto – estão presentes e são transpostos para o interior do livro.

Por se tratar de uma obra literária – isto é, inserida no campo da arte, com impacto e relevância social –, encontra-se um sistema simbólico de comunicação inter-humana, havendo o autor, comunicador; uma obra, mensagem; e o público comunicando. Antônio Candido cita a análise sociológica dos três elementos para compor uma

<sup>6</sup>“My recent novel is NOT intended as an attack on Socialism or on the British Labour Party (of which I am a supporter) but as a show-up of the perversions to which a centralized economy is liable and which have already been partly realized in Communism and Fascism. I do not believe that the kind of society I described necessarily will arrive, but I believe (allowing of course for the fact that the book is a satire) that something resembling it could arrive. I believe also that totalitarian ideas have taken root in the minds of intellectuals everywhere, and I have tried to draw these ideas out to their logical consequences. The scene of the book is laid in Britain in order to emphasise that the English-speaking races are not innately better than anyone else and that totalitarianism, if not fought against, could triumph anywhere”. Para compreender melhor sobre a questão da língua inglesa e superioridade proposta por Orwell, ver “Politics and the English Language” em: <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/politics-and-the-english-language/>

tríade indissolúvel (CANDIDO, 2006), buscando, dessa forma, a constelação total do processo artístico aliado ao social. Porém o foco neste artigo seguirá entre a realidade social relacionada à obra, uma vez que será permeada pela visão do autor, já num processo de transposição da análise do social para o interior de 1984. Ou seja, há a presença ativa dos três elementos propostos por Candido.

### **Campo da linguagem como campo de poder**

Ao longo da obra, fica evidente como a linguagem é um fator importante tanto para a oposição quanto para a hegemonia do sistema autoritário – inclusive tem em apêndice uma seção destinada a compreender “Os princípios da Novafala”. Configurando-se assim a linguagem como um dos elementos centrais de disputa. Afinal, o passado, a cultura, a sobrevivência no presente e as possibilidades de um futuro diferente passam pelo campo da linguagem. E este, por sua vez, configura-se a partir de uma relação social em que ocorra comunicação, abrindo o campo simbólico de significados e de significantes.

Pierre Bourdieu define que os “sistemas simbólicos” somente exercem um poder estruturante como instrumentos de conhecimento e de comunicação porque são estruturados, ou seja, têm um poder de construção da realidade capaz de gerar, por exemplo, uma concepção homogênea do tempo e do espaço (BOURDIEU, 2006). Portanto, as estruturas estruturam e também são estruturadas pelos “sistemas simbólicos”; são dotadas de uma historicidade social, espacial e temporal que, por sua vez, também as estruturam, definindo um modo particular em determinado momento e local, afetando, entre outros campos, o político, pois este ocorre, principalmente, através da comunicação como mediação de interesses e ideias em disputa por diversos agentes sociais. Dessa forma, já se distinguem duas seções que interagem e se complementam, o campo da linguagem e o campo político de uma cultura.

Segundo a teoria histórico-cultural, o indivíduo se constitui enquanto tal não somente devido aos processos de maturação orgânica, mas, principalmente, através de suas interações sociais, a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes. As funções psíquicas humanas estão intimamente vinculadas ao aprendizado, à apropriação (por

intermédio da linguagem) do legado cultural de seu grupo. (REGO, 2000, p. 109).

Dizer que o ser humano é um ser sócio-histórico-cultural é dizer que ele se torna ser humano quando inserido num contexto ou grupo cultural; isto é, as características humanas não surgem ao nascer. Portanto, tais características dependem do convívio social criando condições para o aparecimento da consciência, e esta, então, construindo significados que dão origem a conceitos, os quais são significados partilhados pelo grupo social (MARQUEZAN, 2000, p. 5).

Neste conjunto teórico sobre a formação do sujeito humano, acrescento o conceito de habitus proposto por Bourdieu. Este que se configura como “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2015, p. 191). Dessa forma, a internalização de um habitus é o processo de integração do ser humano num determinado grupo cultural, que age como intermediário de comunicação ao mesmo tempo que é usado como instrumento de distinção, sendo a linguagem o elemento que constitui os símbolos e significados compartilhados e apropriados pela cultura do grupo. Assim, a linguagem é ao mesmo tempo um fator produtor da cultura e um produto da internalização de um habitus, ambos constituindo, num movimento dialético, o indivíduo inserido com sua individualidade num grupo social que partilha de semelhanças culturais; produto e produtor concomitantemente. Esta reflexão deve estar presente a todo momento durante a compreensão dos conceitos seguintes.

Como esperado, a linguagem não é um campo isolado ou autônomo, pelo contrário, está em constante contato com outros campos, naturalmente. Dessa forma, o campo político é afetado pelo arcabouço que a linguagem comporta, implicando, no todo social, as decisões e o sistema vigente. Pois as relações de comunicação são relações de poder que dependem de outros poderes - materiais ou simbólicos, acumulados pelos agentes envolvidos nessas relações (BOURDIEU, 2006, p. 11).

Na sociedade distópica de 1984, uma das principais funções apresentadas diversas vezes ao longo do livro é a alteração do idioma corrente na sociedade por meio de atualizações nos dicionários oficiais.



É a linguagem falada pelo núcleo do Partido, a linguagem falada entre os membros comuns do Partido e pelos proletas – esses últimos ficando à margem da legitimidade social. Em determinada passagem, numa conversa cotidiana entre funcionários, surge o assunto da nova versão do Dicionário de Novafala:

a impressão de que você acha que nossa principal missão é inventar palavras novas. Nada disso! Estamos destruindo palavras – dezenas de palavras, centenas de palavras todos os dias. Estamos reduzindo a língua ao osso (ORWELL, 2009, p. 67).

E logo adiante, “a revolução estará completa quando a linguagem for perfeita” (ibid., p. 69). Compreende-se, assim, como Orwell percebia a importância da linguagem, em suas mais diversas aplicações, como um fator de dominação. Pois, no caso de um sistema autoritário (Socialismo, fascismo, stalinismo, capitalismo em sua hegemonia, etc.), destruir palavras, reduzi-las, entender esse modelo como perfeito, finalizado, é caminhar na contramão da pluralidade social que compõe uma sociedade, é desconsiderar uma gama de sujeitos dotados de individualidades, é não defender um sistema de ordem democrática. Além de ser a internalização de um habitus que suprime ao máximo o indivíduo em sua construção histórico-cultural, é também a construção e prática de uma violência simbólica através da linguagem no campo político. Em suma, é uma forma de pulverizar e exercer a necropolítica no plano social – e tudo que este abrange. “A Novafala foi concebida não para ampliar, e sim restringir os limites do pensamento, e a redução a um mínimo do estoque de palavras disponíveis era uma maneira indireta de atingir esse propósito” (ibid., p. 349).

Vygotsky (1896-1934), ao definir, em *Pensamento e linguagem* (1934, 1993), que “a palavra é um microcosmo da consciência humana”, compreende a magnitude que a palavra, a linguagem assume numa sociedade de liberdade e de autonomia, ao passo que Orwell define como um dos mais perigosos crimes num sistema autoritário, o pensamento-crime que, em determinado momento, o protagonista escreve: “o pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte” (ibid., p. 40). Isto é, configura tal delito ser capaz de formular seus próprios pensamentos, sendo a Polícia das ideias o maior motivo de temor; é o Estado exercendo o monopólio legítimo da violência sobre a individualidade e a consciência humana, em termos

weberianos. Ou melhor, é estruturado o monopólio da violência simbólica legítima, isto é, o poder de impor e inculcar “instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.” (BOURDIEU, 2006, p. 12).

Outra área de subversão da linguagem está na significação das palavras de instituições-chaves do governo, instituições estas que são a representação prática da mediação entre as ideias e os interesses da ideologia dominante do Partido, tais como o Ministério da Verdade, responsável por notícias, entretenimento, educação e belas-artes; o Ministério da Paz, responsável pela guerra; o Ministério do Amor, responsável pela lei e a ordem; o Ministério da Pujança, responsável pelas questões econômicas, slogans paradoxais como “guerra é paz”, “liberdade é escravidão” e “ignorância é força”. A corrupção dos significados é um projeto político-social, visto que, desprovidos de seu sentido original, é facilmente aceito e incorporado no cotidiano, internalizado nas práticas de controle. É evidente que em uma sociedade como tal não se pode relacionar termos como educação, entretenimento, lei, ordem e pujança como é concebido atualmente, uma vez que, nesse cenário, todos os elementos servem de meios para o mesmo fim: o poder do Partido, o poder do Grande Irmão.

Em uma sociedade na qual a linguagem foi alterada para justificar um fim autoritário, tais termos, ressignificados e corrompidos, exercem uma função também corrompida. Ou seja, entre o sistema emissor-receptor, as funções linguísticas de referencial (contexto), poética (mensagem), fática (canal) e metalinguística (código) convertem-se em ferramentas que seguem apenas uma orientação e sentido – emissor → receptor, ou seja, Partido → membros do Partido –, sendo uma via de mão única que não permite o exercício de uma democracia, característica de modelos autoritários, como também se verifica no capitalismo, embora de forma camuflada e fetichizada. Impedido de pensar, o receptor, já num estágio de domínio social com um habitus internalizado e já esvaziado de memória, da qual os símbolos e significados antes utilizados já não existem, utiliza palavras ocas. “Uma palavra desprovida de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento não expresso em palavra permanece uma sombra” (VYGOTSKY, 1993, p. 131).

Dessa forma, o poder simbólico exercido pela linguagem, através da enunciação, detém o poder de

fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 2006, p. 14-15).

Assim, o poder simbólico, através da linguagem como meio – e do microcosmos das palavras –, se constitui enquanto relações sociais como relações de força, construindo relações de comunicação que possuem a capacidade de produzir efeitos reais na sociedade. Tais efeitos, tanto em relação ao interior como ao exterior do livro, e também na relação produzida na realidade a partir dele, ocorrem majoritariamente na política, por intermédio da coletividade.

### **A coletividade como instrumento de transformação social**

A coletividade se mostra como o objeto de desejo para a transformação social. Ou seja, reconhece-se a importância da individualidade como não excludente da própria coletividade, mas como complementar. A vitória de um lado como de outro ocorre através da coletividade, visto que o ser humano é um ser sociável, ao passo que se compreende que a individualidade suprimida impede a associação coletiva – esta que se torna a força motriz das transformações sociais, pois é na sociedade civil que se encontra a representação da realidade social.

Do lado do Partido, torna-se evidente a intenção da formação de uma coletividade massificada e acéfala ao retirar dela a individualidade, uma massificação reificada. Lembrando que tal sociedade assume caráter mecânico que fetichiza a formação do autoritarismo. Do lado da resistência, sejam nos ideais de Goldstein ou nos formulados por Winston, à oposição é reconhecida que a

possibilidade de resistência estaria nos proletas, nos marginalizados socialmente, pois

se é que há esperança, escreveu Winston, a esperança está nos proletas [...] Se é que havia esperança, a esperança só podia estar nos proletas, porque só ali, naquelas massas desatendidas, naquele enxame de gente, oitenta e cinco por cento da população da Oceânia, havia possibilidade de que se gerasse a força capaz de destruir o Partido. (ORWELL, 2009, p. 88).

E ainda:

não era desejável que os proletas tivessem ideias políticas sólidas. Deles só se exigia um patriotismo primitivo, que podia ser invocado sempre que fosse necessário fazê-lo aceitar horários de trabalho mais longos ou rações mais reduzidas. (ibid., p. 91).

“Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ibid., p. 291). O domínio da coletividade sob o campo da linguagem se encontra amalgamado em dois sentidos: no sentido da memória e do passado. Pois o passado é tudo

aquilo a respeito do que há coincidência entre registros e memórias. Considerando que o Partido mantém absoluto controle sobre todos os registros e sobre todas as mentes de seus membros, decorre que o passado é tudo aquilo que o Partido decide que ele seja (ibid., p. 251).

Com o Partido controlando tanto os registros (o aspecto coletivo) quanto a individualidade das mentes, cria-se um passado legitimado, porém irreal, no qual a oposição que porventura possa vir a existir é acusada de pensamento-crime, sendo contida de forma eficaz através do efeito panóptico perpassado pelas teletelas e por cada indivíduo para com o outro, constituindo uma coletividade fragmentada, dominada e refém de si mesma. Criando a concepção de uma vigência legítima em virtude de uma tradição, da crença afetiva ou ainda pela legalidade na qual se acredita (WEBER, 1991, p. 22). Tudo pela hegemonia do Partido e pela internalização de seus efeitos práticos através da violência simbólica, uma vez que o panóptico tem seu princípio em uma distribuição de corpos, de superfícies, de olhares, na qual a relação é produzida através de uma aparelhagem interna, na qual os indivíduos se encontram presos. Quanto mais observadores anônimos, maior o risco de o prisioneiro ser surpreendido e a inquietação da consciência ser observada (FOUCAULT, 1997, p. 167). Na

obra de Orwell, o inquisidor pode ser desde uma criança espiã até a Polícia das Ideias.

Deste sistema de observação e intimação contínuo decorre a internalização de um habitus desprovido de autonomia, no qual qualquer um é suspeito, estruturando toda uma cultura sem linguagem suficiente que corresponda a uma capacidade de sair da lógica objetivamente criada pelo Partido. Num determinado diálogo, é revelada a obediência que tal lógica internaliza no indivíduo:

‘Você é culpado?’, perguntou Winston.

‘Claro que eu sou culpado!’, exclamou Parsons com um olhar servil para a teletela. ‘Você acha que o Partido iria prender um inocente?’ [...] Pensamento-crime é uma coisa horrível, velho [...] pode dominar você sem se dar conta. Sabe como ele me dominou? Enquanto eu dormia! [...] Aí comecei a falar dormindo (ORWELL, 2009, p. 275).

Segundo Max Weber (1864-1920), dominação é a “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo; [...] disciplina é a probabilidade de encontrar obediência pronta, automática e esquemática a uma ordem [...]” (1991, p. 33). Como nota-se, a extensão do poder do Grande Irmão – que não importa se possui corpo físico ou não, mas que é uma ideologia simbólica hegemônica – é tanta e tão autoritária que o próprio indivíduo aceita sua acusação mediante a ausência de autonomia, de pensamento ou capacidade de reflexão através de uma linguagem, se a presença de significados reais.

O efeito máximo do controle da memória e do passado, afetando tanto na visão individual como coletiva, reside no duplipensamento – um dos elementos de dominação utilizados, que consiste na capacidade de abrigar duas ideias, ou crenças, contraditórias e, ainda sim, acreditar em ambas. O fato de destaque é que o indivíduo do partido sabe em qual direção suas memórias precisam ser alteradas; ele sabe que está manipulando a realidade, porém se convence de que a realidade não está sendo alterada. Segundo o autor, é um processo autoconsciente e está no cerne do governo autoritário vigente, no caso o Socing: é a honestidade ao dizer mentiras deliberadas e ao mesmo tempo em que acredita nelas; é esquecer fatos inconvenientes e depois, caso necessário e pelo período necessário, retirá-los do esquecimento

em determinadas circunstâncias; é, em um paradoxo, negar a realidade objetiva e reconhecer a realidade que se nega (ORWELL, 2009, p. 252).

### **Considerações finais**

A alternativa que emerge como resistência reside no encontro de Winston e Julia, sendo dedicada, majoritariamente, a segunda seção do livro a este encontro. Em uma sociedade de ações e relações reificadas, baseadas na calculabilidade e no poder autoritário como fim, lutar contra a corrente é revolucionário. Baseando-se em que a guerra, tanto externa como interna – seja a destruição não necessariamente de vidas humanas, mas de produtos de trabalho humano que englobam, aqui, a dimensão da cultura, da linguagem, da educação e da ciência –, o ato de amor entre os dois personagens se configura na centelha de algo maior que ainda representa a humanidade. Assim, há o amor no nível microssocial, entre as personagens, e no nível macrossocial, na humanidade; há o amor pelo movimento e pela transformação, pela revolução.

Dessa forma, objetivando a manutenção do status quo, o Partido não busca a eliminação do outro – o que, segundo ele, seria rápido e incompleto –, mas sim sua reintegração na sociedade antes de morrer. O que fica claro quando um de seus representantes destaca que apenas matar seus adversários foi o erro de regimes anteriores. O processo de normatividade, a adesão total ao partido, que em Winston resiste por sua relação com Julia, busca unicamente, além da reificação do ser – se é que se pode dizer assim – o amor direcionado ao Grande Irmão, figura simbolicamente representada na ideologia dominante. “O único amor será o amor ao Grande Irmão. O único riso será o do triunfo sobre o inimigo derrotado. Não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos onipotentes, já não precisaremos da ciência” (ibid., p. 312). Em um diálogo entre os dois resistentes, eles concordam que “é verdade. Não conseguimos entrar em você. Se você conseguir sentir que vale a pena continuar humano, mesmo que isso não tenha a menor utilidade, você os venceu.” (ibid., p. 199).

O presente artigo não é uma resenha sobre 1984, mas sim uma tentativa de compreender por que a obra, situada em determinado contexto social e histórico, é de grande importância e valor artístico –

algo que deve ter se tornado claro ao longo da redação – visto que o foco escolhido foi o campo da linguagem. E este é fundamental no processo de dominação de uma cultura, como também no processo revolucionário. A linguagem que o autoritarismo não comporta e visa a absorver é a linguagem humana, sendo representada de maneira mais explícita pelo amor. Pimlott diz ao fim do segundo apêndice:

O romance é, portanto, sobretudo subversivo, um protesto contra as artimanhas dos governos. É uma saraivada contra o autoritarismo sobre toda a individualidade, uma polêmica contra toda ortodoxia, uma rajada anarquista contra todo conformista incondicional. (ibid., p. 394).

Sendo o autor ou artista reconhecido como criador ou intérprete da e pela sociedade, “o destino da obra está ligado a esta circunstância; [...] ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas.” (CÂNDIDO, 2006, p. 35). Assim, Orwell é posicionado como intérprete e lança prospectivas sobre a sociedade na qual vive e sobre seus desenvolvimentos.

Embora com desfecho nada animador em termos prospectivos, o autor fez em sua narrativa um recorte certo, um protesto forte e um alerta. Thomas Pynchon encerra a seção no terceiro apêndice com a seguinte ideia: há uma fotografia tirada por volta de 1946 de Orwell e seu filho adotivo, na qual o garoto deve ter aproximadamente dois anos e está radiante. George também sorridente, mas não eufórico. Pynchon faz uma correlação entre a data de nascimento de Winston com o filho do autor, e diz: “não é difícil adivinhar que, em 1984, Orwell estava imaginando um futuro para a geração de seu filho – não um mundo que desejava para ele, mas um contra o qual queria alertá-lo” (ibid., p. 414). Encerram-se o apêndice e este artigo com a ideia do sorriso radiante do garoto que Orwell, “e talvez nós mesmos, por um instante que seja, jurando fazer tudo o que deve ser feito para mantê-lo livre de traição”, isto é, resistir contra o objetivo último do autoritarismo.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 8ª ed., 2015.



BOURDIEU, O Poder simbólico Rio de Janeiro/RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 2006.

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 9ª ed., 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 22ª reimpressão, 1997.

FROMM, Erich. Posfácio 1. In: ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

GOLDSTAIN, Philip. Orwell as a (Neo)conservative: The Reception of 1984. *The Journal of the Midwest Modern Language Association*, Winter, Vol. 33, No. 1, 2000.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARQUEZAN, Reinoldo. Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem. *Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão*, Santa Maria: Lapedoc, n. 37, 2000.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

ORWELL, George. *The collected essays, journalism and letters of George Orwell*. Londres: SECKER & WARBURG, Vol. 4, 1968.

PLIMLOTT, Ben. Posfácio 2. In: ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Schawarcz S.A., Companhia das Letras, 45ª reimpressão, 2020.

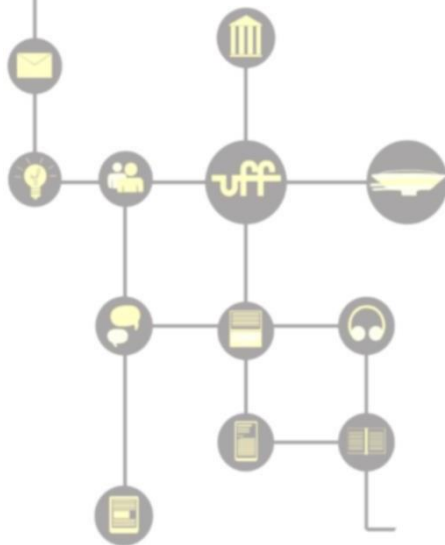
REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 14. ed. 2002.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo; Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; Matteuci, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.



## O Ciber-Flâneur no Contexto da Pandemia

Lucas Pamio<sup>1</sup>

Resumo: À ação de deambular pelo espaço urbano, percorrendo ruas, avenidas, parques e edificações, sem haver um rumo ou percurso inicialmente proposto atribui-se o termo flâneur. De origem francesa, o flâneur é este caminhante que experimenta a cidade objetivando desvendá-la e percebê-la. Todavia, com a pandemia que assola nossa sociedade, o modo de explorar a cidade precisou ser revisto, recorrendo-se assim aos programas e softwares que disponibilizam mapas e percursos virtuais para se conhecer determinado espaço ou determinado objeto. Apesar de o flâneur cibernético ser uma figura já existente, a exploração cidadina ganhou novos adeptos que por meio de computadores e smartphones passaram a conhecer outras cidades do globo, galerias de arte, espaços culturais e particularidades urbanas, uma forma de acessar e consumir entretenimento e aprendizado.

Palavras-chave: Observação; Cidade; Ciber-flâneur; Coronavírus.

<sup>1</sup> Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Sagrado Coração (2017), Especialista em Planejamento Urbano e em Políticas Públicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2021), com extensão em Arquitetura, Subjetividade e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Atua como pesquisador nas áreas de sociedade, antropologia, paisagem urbana e cultura.

### The Cyber-Flâneur in the Context of the Pandemic

**COMO CITAR:** PAMIO, Lucas. O Ciber-Flâneur no Contexto da Pandemia. Revista Ensaios, v. 19, jul-dez, 2021, p. 99-108.

Abstract: The term flâneur refers to the action of walking through the urban space, going through streets, avenues, parks, and buildings, without having an initially proposed route or course. Of French origin, the flâneur is this walker who experiences the city with the aim of unveiling and perceiving it. However, with the pandemic that assails our society, the way of exploring the city needed to be reviewed, thus resorting to programs and software that provide maps and virtual paths to get to know a certain space or a certain object. Although the cybernetic flâneur is an already existing figure, the exploration of the city has gained new adepts who, through computers and smartphones, have started to get to know other cities in the world, art galleries, cultural spaces and urban particularities, a way to access and consume entertainment and learning.

Keywords: Observation; City; Cyber-flanerie; Coronavirus.

## **Introdução**

### **A Origem do *flâneur***

Do contemplativo apreciar ao moroso caminhar pela cidade, o *flâneur* é definitivamente um entusiasta cidadão que não tem destino certo ou pressa em degustar a cidade, percorrendo as ruas, praças e espaços urbanos, questionando e contemplando formas, cores e utilidades. Todavia, o *flâneur*, em 2020, com o início da pandemia do novo Coronavírus, precisou se adaptar, deixou de calçar os sapatos e pegar o casaco, e, em vez de se atentar ao exterior das cidades, ocupou-se das diversas telas disponíveis e de softwares e programas de visita virtual.

O *flâneur* surge no contexto urbano durante o processo de modernização das cidades. Presente nos percursos e à espreita dos movimentos paulatinos, a prática de observar tudo e todos com intuito de experimentação, ora questionador, ora aproveitador como se no espaço urbano ele controlasse o pulso, pois “o observador é um príncipe que frui por toda a parte o fato de estar incógnito” (BAUDELAIRE, 1996, p. 22).

O termo *flâneur*, em sua colocação como tal, possui um significado um tanto quanto peculiar, tratando-se de um substantivo francês que se refere ao vadio, o preguiçoso, sendo o verbo francês *flâner* a ação de passear (desprovido de itinerário). A incorporação do termo como analogia proveitosa, de observação e experimentação do espaço urbano pelos cidadãos, deve-se ao poeta francês Charles Baudelaire que redefiniu o traçado da expressão para o caminhante que experimenta a cidade com o máximo de sentidos: o tato; o olfato; a qualidade e percepção sonora; e, é claro, o visual.

Como um detetive no ambiente da avaliação e detecção de pistas e suspeitos, para Oliveira (2014), a observação astuta do *flâneur* fixa-se nos acontecimentos urbanos e sociais, captando e memorizando não somente passantes, como também os detalhes e a essência dos objetos físicos presentes na paisagem. Por definição, o *flâneur* é “um ser dotado de imensa ociosidade e que pode dispor de uma manhã ou uma tarde para zanzar sem direção” (OLIVEIRA, 2014, p. 116 junto de WHITE, 2001, p.48).

Outro grande entusiasta e pesquisador sobre o contexto do flâneur, o filósofo alemão Walter Benjamin, reflete sobre a cidade externa e suas edificações, encarando-a como sendo mais que apenas caminho de passagem, uma vez que afirma: “[a] rua se torna moradia para o flâneur, que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes” (BENJAMIN, 1989, p.35).

Nota-se a pouca relevância atribuída aos pedestres quanto à concepção de um novo traçado urbano partindo da premissa de que o veículo circularia com melhor qualidade pela cidade. Atualmente, essa visão contraria as noções urbanísticas abordadas por estudiosos sobre as cidades refletirem a necessidade do pedestre, como Speack (2012, p. 24) a respeito da caminhabilidade urbana: “uma cidade caminhável não é apenas uma noção idealista e bela, é uma solução simples, prática, para vários problemas complexos que enfrentamos como sociedade (...)”.

Semelhante à evolução urbana, com a expansão e o desenvolvimento das cidades, também evolui o flâneur habitual. Se antes o caminhar desprezioso eram pelas ruas e carrés, talvez nos dias atuais, se o próprio Baudelaire aqui estivesse, devido ao momento atual, recorreria a forma digital de vaguear, por meio da cidade fotografada e disponível a digressões virtuais.

### **O Flâneur do Século 21**

O flâneur habitual reconhece sua responsabilidade moral e o compromisso com o prazer em perambular pela cidade, logo, objetivos vinculados à neura do consumo, tão característica da sociedade atual não fazem parte de suas características, quase como uma ode ao capitalismo desenfreado e ao caminhar sem pressa. É fácil avistá-los por regiões de intenso movimento tais como as regiões do Largo do Café em São Paulo, na região do Saara na cidade do Rio de Janeiro ou Cidade Baixa em Salvador, por exemplo, uma vez que contrastantes à multidão, mapeiam os espaços urbanos, anotando características socioculturais, arquitetônicas e históricas, se encontrando e se perdendo pela urbe. Lemos (2001) diz que o movimento do flâneur também consiste em

acertar e errar caminhos pela cidade em um movimento rítmico pessoal, navegando-a de forma metafórica.

Apesar de contradizer o conceito tradicional abordado por Baudelaire de sentir a cidade, estando inserida nela, tal qual é abordado por ele em "(...) é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito" (BAUDELAIRE, 1996, p. 22), conectar-se à cidade deslocando-se pelos mapas virtuais, domínios digitais de visitação, recorrendo a recursos fotográficos e sonoros pelas telas dos computadores, televisores e smartphones, enquanto se pertence fisicamente a um local fixo como nossa habitação, pode ainda dizer respeito a flânerie, que consta em explorar, passear e contemplar. O anseio por descobertas e aproveitamentos dos espaços urbanos existentes no ambiente físico continuarão existindo, todavia, por escolha ou destino, uma grande parcela social descobriu e pegou para si o deambular virtual, a forma cibernética de flaneuriar.

O surgimento da ciber-flânerie, conforme expõe Lemos (2001), se d a partir da necessidade de inventariar a cidade, os espaços e os edifícios. Com isso, surgem os mapas virtuais que possibilitam a ação depassear. Ainda que grande parte deles não ofereça a possibilidade de realizar tal ação simultânea ao momento em que nos encontramos, se tratando assim de gravações eventuais ou específicas, o conjunto de dados criados e disponibilizados por algumas empresas e rgos. A esse respeito,  possível citar a própria Google, com ferramentas como o Google Maps (plataforma de visualização de mapas e rotas) e o Google Earth (programa de visualização de mapas por satélite), ambos com possibilidade de visualização ao nível da rua, e órgãos que disponibilizam tours virtuais, como o que ocorre pela sede da Organização das Nações Unidas – ONU, ou pela Casa Branca em Washington, são bons exemplos que possibilitam esse contato com a descoberta, ainda que artificial.

De fato, há contradições entre esta modalidade e a maneira tradicional de percorrer a cidade sem destino, uma vez que indiretamente o ambiente a ser explorado virtualmente já fora pr-programado, divergindo da condição de escolha voluntária de caminho. Na sociedade tecnológica atual, cujas comunicações, descobertas e explorações imprescindivelmente necessitam da internet para coexistir,

o ciber-flânerie torna-se mais um personagem que necessita de tal aparato para existir.

Houve de fato uma interrupção necessária na ação e personificação do flâneur nos indivíduos sociais que em determinados dias ou períodos caminhavam despreocupados com o tempo e com o trajeto, como parte de uma programação, pré-definida ou não: mulheres, homens, jovens, idosos foram aconselhados a interromper essas atividades urbanas devido às condições que a pandemia impusera.

Esse movimento de interrupção, somada à já habitual rotina digital de conferência, produção, estudo e diversão virtual, contribuíram para descobrir a existência da flâneur cibernética, um movimento possível graças a softwares e programas de mapeamento e visualização fotográfica, que permitem passeios e até viagens. De repente, a ciber-flânerie se tornou também parte do cotidiano de muitos de nós. Com nossos gadgets e eletrônicos, foi possível visualizar as ruas das cidades em lockdown<sup>2</sup>, ou optar por percorrer as ruas das cidades quando a pandemia ainda não era uma realidade.

Além de ruas e espaços ao ar livre, o ciber-flâneur possuía vantagens de possibilitar ao caminhante virtual a possibilidade de conhecer e ter contato, ainda que apenas visual, com obras de arte em galerias de todo o planeta, visitar coleções de livros em bibliotecas ou até mesmo cômodos de castelos da realeza e de edifícios governamentais. É possível que para o flâneur tradicional as possibilidades de descoberta e experimentação das cidades a partir de uma tela de LCD sejam ignoradas, mas não se pode negar, a utilidade e a acessibilidade que as ferramentas e o modo de percurso fornecem aos seus utilizadores, além da comodidade, praticidade e segurança, pois o “espaço virtual alimenta no sujeito a expectativa de um lugar seguro, sem os perigos das metrópoles”. (CARVALHO, 2014, p. 63).

Com a utilização do deambulamento virtual não somente como ferramenta de descoberta, mas como fuga para vivências e investigações urbanas, o sentido atribuído a algumas expressões e ações receberam novas atribuições, pois, a partir das ferramentas digitais, é possível fazê-la tanto no nível do pedestre, com o olhar de quem caminha, como de forma panorâmica, como quem sobrevoa determinado espaço ou região. Outra expressão usual de quem perambula fisicamente e que

<sup>2</sup> Expressão no idioma inglês que na tradução literal, significa confinamento. Durante os períodos críticos da pandemia do novo Corona Vírus, utilizou-se desse recurso para conter a população em suas casas, evitando a circulação e a aglomeração em vias e espaços públicos, conforme notícia a Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/agencia-brasil-explica-entenda-o-que-e-o-lockdown>.

virtualmente sofreu adaptações é o modo de se deslocar, pois o “deslocamento e a fluidez acontecem sem que o sujeito precise sair de sua casa”, logo, estável. Assim, é possível deslocar-se, com os dedos, de um bairro para outro, ou de um país para outro, o que do ponto de vista expresso por Baudelaire, tal feito não se configuraria como uma ação de flâneur, porém esta é mais uma ação que ora se assemelha, ora se distingue do vagueio original. (CARVALHO, 2014, p. 63).

### **O ciber-flâneur e a cidade programada**

Na sociedade contemporânea, o ciber-flâneur torna-se importante em diferentes nichos. Isso acontece porque, por meio de ferramentas de navegação, mapeamento e fotografia espacial, é possível cobrir grandes áreas ou percorrer espaços urbanos com certa exatidão técnica e interatividade, contribuindo com a hábil articulação de processos e projetos profissionais e educacionais, o que ressalta o valor da internet como um lugar de percursos e desenvolvimentos.

Nossa sociedade passou a tensionar esse novo preambular virtualizado como uma resposta ao estilo de vida que fora moldado ao longo dos anos de acordo com anseios culturais. De repente, passamos a nos deliciar pelas diversas digressões, de endereços inusitados a espaços remotos do globo, mas não somente como lazer virtual a ciber-flânerie passou a ser utilizado, aponta Patterson (2007). O processo de utilização dessas ferramentas contribuiu também para conhecer e contender mudanças significativas no espaço urbano e em sua população. Por meio do arco temporal, avaliar avanços ou retrocessos, além de prever consequências e assim adiantar-se quanto a processos de transformação.

O ciber-flâneur acabou tornando-se versátil, muito utilizado na obtenção e agrupamento de informação, sendo agora também explorado no que diz respeito ao lazer. Há um universo de possibilidades a serem conhecidas tanto real, quanto virtualmente. Saber utilizar as ferramentas citadas, somando-as ao desejo e possibilidade de vivenciá-las no mundo real é reforçar o compromisso que une a flânerie virtual com a urbana, o que de acordo com Lemos (2001) criou uma relação simbiótica entre ambas, pois “nesta analogia, podemos ver a navegação hipertextual pela Internet como o exercício de um ciber-flâneur e seu



passeio pelo mar de dados. Não mais apenas sobre espaços físicos, mas sobre as malhas virtuais do ciberespaço.” (LEMOS, 2001, p. 01).

A expressão já conhecida no urbanismo a cidade como a casa, constando em estudos desde a antiguidade, inclusive presente em trabalhos de Platão, remete-se à temática da cidade-edifício; na atualidade, uma inversão ocorreu nessa relação, a casa como a cidade passou a ser vista como uma novidade, um desafio. Com as atividades comumente realizadas por nós sendo executadas externas a nossa moradia (enquanto edificação) e não mais a partir delas, deixou-se ainda que momentaneamente de se apreciar a urbe, recorrendo-se assim a esta cidade programada, na qual por meio de sites específicos, aplicativos e programas é possível obter acesso a bens de consumo, serviços e passatempo.

A lógica criada a partir do desenvolvimento do ciber-flâneur, é que esta figura deambula por uma cidade também cibernética, parte tão programada quanto seu modo de visualização, pertencendo assim a uma necessidade atual de produzir conteúdo, evidências e comunicação, pois ainda que haja a possibilidade de utilizar desse aparato para vivências de percurso e de descoberta, estas são primeiramente idealizações que intuem a atender demandas de grandes empresas, que reconhecem a visualização gráfica desses espaços urbanos como uma “nova dinâmica de reconfiguração” (LEMOS, 2004, p. 02).

O deambulador virtual involuntariamente aceita, por estar sendo vigiado a cada toque na tela ou click no mouse, uma relação de dominação. De fato, a programação por trás do ambiente a ser percorrido pelo usuário ou utilizador da flânerie virtual coloca no centro de comando, como grandes observadoras, as empresas por trás desses sistemas de mapeamento. Ainda, deixamos um rastro cibernético de dados e informações por todos os espaços, caminhos e edificações que visitamos. Todavia, tal patrulhamento também ocorre na flâneur tradicional, uma vez que se circula sob olhar atento das câmeras de vigilância e dos demais transeuntes.

Ainda que não tão acessível a todos, do ponto de vista econômico, político-social, instrutivo e no que diz respeito à acessibilidade da pessoa com deficiência, caber-se-á ao público,

enquanto sociedade, reivindicar e intentar cada vez mais avanços e equidade no ser ciber-flâneur.

Tanto a flânerie nas cidades físicas como no ciberespaço, por meio de plataformas de visitação e exploração (mapa e/ou percurso no nível do pedestre) nos ensina e proporciona experimentações valiosas, trata-se de “uma forma de escrever percursos além dos ‘textos’ construídos por suas macroestruturas.” (LEMOS, 2001, p. 08).

Com a ajuda destas plataformas e softwares de visitação, a ciber-flâneur ganhou novos utilizadores, que passaram a percorrer e conhecer cidades, culturas, estilos arquitetônicos, pontos turísticos, museus de relevância nacional e mundial como o Guggenheim Bilbao na Espanha e o Museu Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Ainda por meio de plataformas específicas, é possível atender um determinado nicho, o artístico por exemplo, sendo possível visitar sem sair de casa espaços culturais urbanos como o projeto MAR 360º - Museu de Arte de Rua, consumindo arte de rua por meio da visualização de murais em grafite na cidade de São Paulo em alta resolução.

É importante frisar que, apesar de o museu virtual disponibilizar percursos internos pelo edifício e acesso a imagens das obras, ele não é substituto ao museu físico. “O museu virtual não é competidor ou perigo para o museu físico porque, pela sua natureza digital, não pode oferecer objetos reais aos visitantes, como o museu tradicional faz.” (CARVALHO, 2012, p. 03 apud SCHWEIBENZ, 2004, p. 03). Dentro do conceito do ciber-flânerie, é preciso compreender que a ideia do passeio virtual não substitui o presencial, porém contribui prévia ou posteriormente ao realizar a visita física. Ao mesmo tempo, o museu virtual e o Google Earth passam a figurar como uma oportunidade, ainda que não tão realista, que permite o contato entre o visitante e/ou explorador em visitar ou percorrer determinado espaço.

### **Considerações Finais**

De fato, nunca estivemos tão conectados; no que diz respeito ao ciberespaço, nossas relações mais do que nunca (e mesmo que indiretamente) espereitam um contentamento descontente, paradoxo firmado em relação à pandemia e às facilidades advindas do meio virtual, que liberta e nos prende nos tornando parte desse momento atual.

Algumas cicatrizes já deixadas pela pandemia, que ainda não cessou, podem ser avistadas, sentidas e vivenciadas, e são marcas que o flâneur, degustador assíduo da cidade, poderá vir a identificar em seu retorno gradativo. Tais marcas se expressam nas transformações urbanas que ocorreram durante a quarentena, como o avanço em projetos da construção civil; o transporte público sendo mais utilizado; o ir e vir mais apressado; mais moradores de rua, pelo menos em boa parte das cidades brasileiras; máscaras descartadas de forma incorreta, entre outras percepções.

A ciber flânerie poder-se-á integrar seu novo (e talvez passageiro) estilo de vida conciliado à cidade física de modo a potencializar o conceito de flânerie. Percorrendo os diversos planos em busca de novas experiências, com a missão de recuperar o senso de comunidade num cenário pós-pandemia, admirando a paisagem, conectando-se a ela que se reconecta à sociedade. Se para Baudelaire (1996) o mundo já se corrigiu um pouco, resta aguardar se tal correção tornará a ocorrer e como se dará o (re)agir.

Se por um lado a comodidade e a possibilidade de estar em lugares pouco prováveis, visitar espaços, ruas, bairros, cidades e países num único dia é uma vantagem dessa modalidade cibernética, o que de fato motiva o flaneurista tradicional é sentir-se apenas mais um, em meio ao ir e vir incessante da multidão, ecoando a “expressão misteriosa do gozo pela multiplicação do número” (BENJAMIN, 1989. p. 54).

### **Referências bibliográficas**

- BAUDELAIRE, C. Sobre a Modernidade. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, W. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa, Hermeson Alves Baptista. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, R. M. R. Comunicação e Informação de Museus na Internet e o Visitante Virtual. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012. Rio de Janeiro. 2012.
- CARVALHO, A. C. C. P. A cidade contemporânea: da desconstrução geográfica a uma cartografia afetiva. Dissertação (Mestrado em Cultura e Comunicação) – Faculdade de Lisboa. Lisboa, p. 85. 2014.

HARVEY, D. Espaços de esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

LEMOS, A. "Ciber-Flânerie". In Fragoso, S., et alli., Comunicação na Cibercultura ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

LEMOS, A. Cibercidade: a cidade na cibercultura. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

OLIVEIRA, da S. M. O Herói e a Modernidade em as Multidões, de Charles Baudelaire. Revista Entrelaces, Ceará, Ano IV, nº04, p. 110-125, setembro de 2014.

PATTERSON, T. C. O Google Earth como uma ferramenta (não apenas) de educação em geografia. Diário Jornal de Geografia, 2007, v. 106, Edição 4, p. 145-152. Disponível em: < [encurtador.com.br/egIUX](http://encurtador.com.br/egIUX) >. Acesso em: 12 de julho de 2020.

PORTO, A. L. G. et al. A Influência "Hausmanniana" nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. 2007. p. 2714-2717.

SPECK, J. Cidade caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2012.



No Brasil de Rayssa Leal<sup>2</sup> pós Olimpíadas de 2021, temos tudo para concluir que um filme como “Meu nome é Bagdá” vem, no mínimo, em boa hora. No dia 10 de agosto de 2021, estreou o longa de Caru Alves de Souza, filme de 2020 que até chegar ao Festival do Rio, mais especificamente nas telas do Estação NET de Botafogo, não tinha tido a oportunidade de rodar em telas brasileiras. Ouso a falar por todos quando digo que quem pôde ocupar um dos assentos naquela sala reduzida em capacidade de lotação foi feliz em enfrentar os receios de ir ao cinema naquele dia. Assim como Rayssa, Bagdá já havia andado o mundo e vinha ganhando prêmios em circuitos internacionais com seu skate à mão, mas seguia desconhecida o suficiente em seu próprio país a ponto de ser uma surpresa muito agradável quando veio à público. Uma chacoalhada de ânimos em tempos de desesperança assim como foram as madrugadas com Rayssa em Tóquio. Na estreia, estava todo o seu elenco principal, em frente à tela, prestes a entregar um trabalho que, como brincou a atriz Paula Sabbatini, já era como seu filho. Outra surpresa agradável, assistir com os atores à estreia de sua obra.

Apesar de ambas as histórias de Rayssa Leal e da atriz Grace Orsato (Bagdá) serem sobre meninas talentosas sendo descobertas nas suas habilidades no mundo do skate, o maior paralelo entre a história da vida real e o enredo do filme é a atitude de meninas que possuem coragem de serem quem são. A personagem de Grace talvez represente as Rayssas que não tiveram a mesma sorte de competir por um pódio, de mudar a sua realidade, a de sua família e acabar, como cabe à alusão, em um conto de fadas. Grace Orsato, que também foi descoberta andando de skate nas pistas de São Paulo, parece a atriz perfeita para representar as muitas Bagdás que não tiveram a chance de se tornarem olímpicas. Bagdá é a personagem que traz à tona a história de Graces e Rayssas que cresceram no anonimato, na vida marginalizada das meninas que amam skate e sofrem as consequências disso.

Na trama, Grace vive uma menina de 17 anos que mora no subúrbio da grande São Paulo, na Freguesia do Ó, em uma família de mãe e irmãs: Bia, a caçula, Vanessa, a filha do meio e a protagonista e irmã mais velha, Bagdá. Vivem uma vida modesta, numa casa simples onde o espectador

<sup>2</sup> Rayssa Leal é a skatista profissional e a medalhista olímpica mais nova da história do Brasil, tendo ganhado medalha de prata nos Jogos Olímpicos de 2020 em Tóquio, ocorrido em julho de 2021 devido às restrições da pandemia de COVID-19 no ano anterior. A maranhense tem apenas 13 anos e já foi campeã mundial em dois campeonatos de Street, sua modalidade esportiva no skate. Além de bicampeã mundial, a atleta que ficou conhecida como “fadinha” - por causa de uma fantasia que usava em um vídeo seu viralizado na internet — já é ganhadora de medalhas em oito campeonatos mundiais.

adentra um pouco da dinâmica caótica e amorosa das três meninas e Michelini, a mãe solteira. Não se sabe muito sobre aquela família para além do que o cotidiano mostra. A primeira interação entre as quatro é quando a mãe insiste que as meninas se arrumem para visitar a avó, plano que fracassa uma vez que as meninas demonstram desinteresse em ter que se vestir de maneira diferente do usual para agradar aquela parente. A mãe cede e as cenas seguintes são no bar de Gladys, amiga da família e dona de um boteco “pé sujo”. Não fica clara a profissão da mãe e, quando ela está presente, há um destaque para o ciclo social em que vivem, ao qual recorrem como rede de apoio sempre que necessário. Apesar do ambiente adulto e decadente do bar de Gladys, frequentado por homens de meia idade que antagonizam a presença das mulheres fortes em cena, lá Michelini se sente confortável o suficiente para levar suas meninas do jeito que preferem se vestir. Gladys é a pessoa que as meninas preferem visitar, assim como Emílio, um homem gay de meia idade que padece de uma doença não identificada — sobre a qual algumas cenas nos levam a acreditar que é um HIV+ — e Gilda, cabeleireira e mulher trans<sup>3</sup> que trabalha com Emílio num pequeno salão de beleza do bairro. Quando não está na pista de skate com seus amigos ou em casa com as irmãs, Bagdá é vista nesses dois outros ambientes, cercada de figuras femininas fortes, que ao longo do filme se mostram suas grandes referências, bem como a de suas irmãs, algo que podemos entender como a expressão de um núcleo familiar não-convencional. O bar e o salão são como uma extensão de suas casas, sendo os espaços que oferecem àquela família a aceitação negada pela avó, que fica sem a visita.

Assim como as rampas, o salão de Emílio é um ambiente central dentro da narrativa, pois é onde estão não somente as figuras LGBTQIA+ que são referência de apoio e suporte de Bagdá, mas também onde questões sobre performatividade feminina vêm à tona. Seu estilo “tomboy”<sup>4</sup> é uma das primeiras características a serem destacadas no filme e é também a origem de muitos dos seus desconfortos. A menina frequentemente expressa sua insatisfação quanto às expectativas dos outros por não performar a feminilidade que lhe é esperada. Bagdá sofre com os comentários de seus amigos meninos na pista de skate, que observam a quantidade de pelos no seu sovaco, dentre outros apontamentos vexatórios

<sup>3</sup> “transgênero”: termo usado para designar pessoas cujo sexo biológico não corresponde ao gênero performado.

<sup>4</sup> Termo designado para identificar um estilo de vestimenta feminina, porém inspirada em roupas do guarda-roupa de homens, mais especificamente a alfaiataria do século XIX, permitindo peças mais confortáveis para as mulheres que adentraram o mercado de trabalho durante as guerras e crises mundiais. O estilo “tomboy” surge como invenção de Chanel, que viria a se tornar ícone de roupas de grife décadas depois. Fonte: <<https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-o-estilo-tomboy/>>. Acesso em: 28 out. 2021.



com os quais tantas espectadoras mulheres podem se identificar. Ela, por sua vez, segue a rejeitar com veemência padrões tradicionais para a beleza dita feminina, desenvolvendo um estilo próprio que evoca a personalidade forte da personagem. Nas pistas de skate, acompanhada de poucas amigas, quando não somente dos meninos, Bagdá sente na pele as consequências de não se identificar nos ordenamentos de gênero que lhes são oferecidos.

Durante a trama, os dilemas performáticos perseguem a protagonista em todos os espaços, mesmo na presença de outros personagens não-heteronormativos. De volta ao Salão de Emílio, Bagdá reclama do que vê ao folhear revistas e, como jovem indagadora em fase de puberdade, repudia os padrões “femininos” pelos quais passa a se sentir pressionada à medida que cresce. Como adolescente do sexo feminino que expressa o desejo de parecer “mais mulher”, Bagdá cai fora da “norma” e, vulgarmente, é entendida como “anormal” se levada em conta categorias de “inteligibilidade de gênero”, um ordenamento sobre sujeitos a partir de categorias pautadas, majoritariamente, em “sexo biológico”<sup>5</sup>. A norma, portanto, é uma tecnologia de ordenamento que não só regula, mas por definição, gera aquilo que está fora dela própria, o anormal. Às subversões do normal reserva-se o espaço da invisibilidade (SILVA, 2021, p. 47).

Apesar de rejeitar tais padrões para si, a personagem parece notar as múltiplas formas de ser e se entender como mulher, algo não necessariamente restrito a pessoas do sexo feminino, bem como não tão somente restrito àquilo que consome nas revistas e outras mídias. Ao mesmo tempo que ela não possui como referência códigos femininos como cabelos longos e comportamentos feminizados, Bagdá é a primeira a legitimar as escolhas estéticas de Gilda, mulher trans que performa toda a feminilidade que não cabe na sua vivência de menina.

No entanto, Bagdá se aventura com a maquiagem, pinta as unhas, usa sutiã rosa. Em uma das cenas de transição que trazem alívio cômico ao filme, a skatista aparece experimentando e se divertindo com perucas, batom e outros adereços no salão de beleza com sua mãe, Gilda e Emílio. Há até mesmo uma performance que pode ser identificada como uma Drag King<sup>6</sup>, quando a menina aparece de bigode e trajés típicos de um homem elegante de meados do século XX que a permitem brincar não só com a

<sup>5</sup> Ao visar uma categorização “biologizante” dos corpos para a identificação dos sexos tais binarismos pecam não somente na tentativa de trazer uma determinada correspondência entre sexo e gênero, mas também não enxergam a própria complexidade das questões biológicas em si. Assim, a argumentação de que um ordenamento maior acerca do gênero deve respeitar um ordenamento “natural” não possui embasamento biológico e, portanto, é passível de questionamentos. Um questionamento de verdade sobre os corpos (SILVA, 2021).

<sup>6</sup> Drag King: categoria performática e interpretativa de uma figura masculina. Assim como Drag Queen se refere à uma performance de feminilidade, o Drag King explora signos e simbologias atreladas ao universo estético e comportamental comumente esperado dos homens. Ambas as categorias exploram noções binárias de gênero para se expressar artisticamente. Sua apresentação não tem necessariamente a ver com o gênero com o qual o performer se identifica.

subversão dos papéis de gênero, mas fantasiar sobre o seu papel na sociedade e o tempo em que se encontra. Fora das pistas de skate, ela dança com sua mãe e amigas no salão de beleza, sem a necessidade de se adaptar àquele ambiente e ao que ele normalmente representaria no dia a dia. Feminina demais para a pista de skate e masculina demais para o salão, Bagdá transita entre esses espaços sem a menor pretensão de se justificar. Ali fica claro que a menina, bem como suas referências adultas, são pessoas que, no seu íntimo, estão pouco preocupadas com signos binários da heteronormatividade, reconhecendo em primeiro lugar suas expressões singulares independentemente da forma como se apresentam ao mundo. Nesse momento, noções mais plurais acerca das performances de feminilidade ou masculinidade são importantes, pois deslocam o “eixo de gravidade hegemônico das normas de gênero”, aqueles que detêm uma inteligibilidade limitada aos binarismos “naturalizantes” dos corpos identificados ou como homem, ou como uma mulher (SILVA, 2021, p. 47).

Assim, obra coloca em evidência as múltiplas formas de existir, ler e ser lido sem a preocupação de partir de um “referencial originário” que busca, nesse sentido, identificar os desvios de norma, enquadrando — por exclusão à ela própria — até mesmo as categorias de “lésbica” ou o “gay”. Tais normatizações pouco contribuem para entender as práticas e performatividades diárias, banais, plurais e ambíguas. Sobre isso, Judith Butler (2016) em “Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade” é uma autora que ajuda a entender como gênero pode e deve ser entendido para além de referenciais biológicos ou binários. Isso porque tais categorizações não só perdem de vista as nuances que surgem a partir das subjetividades que compõem as performances de gênero, mas como também o enquadramento das identidades a partir deste ou daquele referencial são atos políticos e não tão “naturais” quanto se imagina (BUTLER, 2016). Nesse sentido, beneficiar-se de uma perspectiva queer<sup>7</sup> parece um caminho mais viável para pensar o filme de Caru.

Butler permite ampliar a crítica feminista à medida que abre mão de uma perspectiva necessariamente relacionada ao sexo e a sexualidade e, por sua vez, expande o que se entende por vivência feminina, indicando como “mulher” é um enquadramento necessariamente político (BUTLER,

<sup>7</sup> “Queer”: termo que costumava ter cunho pejorativo ao ser usado para reprimir pessoas desviantes das normas estéticas, hoje é comumente usado no mundo LGBTQIA+ para designar performances de gênero que não se enquadram em termos binários como homem e mulher.

2016). Ao trazer personagens gays e trans, a obra não somente adiciona representatividade, mas também camadas que complexificam as subjetividades de gênero em direção a entendimentos menos normativos. O personagem de Emílio não está ali somente para representar homens gays, mas cumpre o papel de evidenciar a repressão sofrida por uma figura masculina que adota performatividades esperadas de uma mulher. Assim como ele, Gilda, como mulher trans, traz outra perspectiva “desviante” pela qual é violentada. Apesar do tom leve com o qual Caru decide apresentar tais questões performáticas no Salão de Emílio, esse momento traz à tona um maior nível de complexidade sobre as questões que perpassam os personagens e a obra como um todo.

O filme remonta realidades relevantes para a discussão não somente sobre os papéis de gênero, mas também sobre a precariedade dos corpos que fogem à norma, relatando a constância com que são alvos de correção moral e física. Ao atrair curiosidade sobre a condição de saúde de Emílio, coadjuvante que possui quadros de vômitos e desmaios durante a trama, o espectador é lembrado das diferentes questões que atravessam uma vivência LGBT através das épocas. Hoje Bagdá e Rayssas lutam por equidade de gênero nas pistas, bem como a libertação de seus corpos dos padrões “feminizantes”, porém já houve pessoas que lutaram pela sobrevivência em um mundo onde corpos desviantes eram estigmatizados e condenados, por exemplo, pela AIDS. Aqui, independente das orientações sexuais e identificação de gêneros, a luta se mostra contra processos de invisibilização e/ou punição das expressões desviantes. Em nada importa se o “gênero” de identificação de Rayssa, Bagdá e Emílio correspondem ou não com aquilo esperado de seus sexos biológicos, o paralelo entre as suas experiências, com maior ou menor gravidade, está na forma como serão questionados nos seus direitos fundamentais, seja este o de simplesmente existir ou poder praticar um esporte sem o olhar estigmatizado do público mundial, aquele terá mais facilidade de aceitar apenas casos incontestáveis de sucesso, como o de Rayssa. Porém, qual a razão de contrapor a vivência de Rayssa Leal, uma menina de apenas de 13, cuja história remete ao sucesso de um sonho tão bem vivido às experiências de precariedade e marginalização de Bagdá e demais personagens? Justamente porque gênero tem muito menos a ver com experiências sexuais ou sexualizantes

do que tem a ver com as vivências diárias, banais, com a recepção ou repreensão das escolhas de carreira e performatividade no mundo contemporâneo.

As dimensões de gênero são muito bem trazidas em “Meu nome é Bagdá” principalmente pelo cuidado em não vulgarizar o tema. A narrativa não explora em nada a sexualidade dos personagens, afastando a trama de um possível lugar comum sobre a especulação das inclinações sexuais de meninas skatistas, assunto em geral impregnado de preconceitos e equívocos. A sexualidade de Bagdá não entra em questão e, mesmo quando o assunto é assédio sexual, a obra deixa claro o quanto aquilo em nada tem a ver com sexo ou ato sexual si, afinal se trata, acima de tudo, de um ato de violência. Bagdá é uma criança violentada pelo seu desvio de padrão em performance de gênero. A prática do skate e o mundo masculino sobre o qual tal esporte foi construído são agravantes na sua vivência “não-convencional”. A performance de gênero de Bagdá pode ser entendida como fluida, não-binária, não-heteronormativa, etc., mas a verdade é que, para ela, isso parece pouco importar. É uma menina de 17 anos que não tem a obrigação de atender a expectativas sobre a sua aparência e nem mesmo saber explicar a sua sexualidade.

Isso não significa, no entanto, que a obra se entrega a uma narrativa ingênua sobre a identidade libertária e transgressora dessas pessoas admiráveis e desprendidas de signos binários de gênero. A cena em que policiais abordam os meninos na pista de skate em busca de drogas é o momento revoltante em que o espectador se dá conta disso. Na revista invasiva dos policiais aos meninos, um dos PMs hesita ao não conseguir identificar o sexo biológico de Bagdá. Quando indagada se era menina ou menino, ela, contendo toda a sua raiva, é capaz de dar a resposta certa: “sou de menor”. Porém, da pior forma possível, Bagdá é lembrada de que o que possui entre as pernas ainda importa no contexto em que está inserida. O primeiro assédio acontece quando o policial insiste em revistar Bagdá da mesma forma que revistara seus amigos. Essa cena é fundamental para a construção do argumento central do filme enquanto obra que busca apresentar as implicações cotidianas das desigualdades de gênero, bem como a realidade que não cessa em apresentar conflitos àqueles que

recusam se identificar com os padrões específicos. O abuso é lembrete da sua condição de mulher e, apesar do sermão do policial que a reprime por não parecer uma mulher, Bagdá sabe que não estaria livre de outros assédios caso parecesse. Mais uma vez, é importante ressaltar que o assédio não ocorre pelo simples fato de que Bagdá é uma menina com genitália de mulher, mas porque é entendida como mulher desviante dos padrões de sua “categoria”.

É justo dizer que “Meu nome é Bagdá” não é um filme sobre skate. Assim como o campeonato de Rayssa Leal nas Olimpíadas não foi só sobre o esporte. “Nesse sentido, as meninas surgem como gerações que aparentam um menor interesse em performar papéis de gênero da forma que lhes é esperada.” Acima de tudo, Rayssa e Bagdá são referências de meninas que ousam ser quem são com uma naturalidade ameaçadora ao conservadorismo. Na expectativa incessante de enquadrar crianças dentro do projeto heteronormativo de mulheres ou homens cisgênero, o mundo olha para essas meninas com uma curiosidade, ou expectativa, que as violenta. “Meu nome é Bagdá” em nada se parece com filmes sobre uma protagonista forte e empoderada por se apropriar de características que comumente associamos ao sexo masculino, como a força, a revolta e a atitude. Bagdá possui características fortes e comportamento assertivo, pois precisa se proteger frente às discriminações que sofre. Caru teve o cuidado de não delegar a essa personagem toda a responsabilidade de ser uma super-heroína feminista. Trata-se de uma menina sem medo de sua personalidade, uma pessoa que está aprendendo sobre si, sobre os outros e sobre quais lugares ela pode ocupar no mundo sendo quem ela é, uma personagem multifacetada com muita coragem, mas também muitos conflitos e questões mal resolvidas.

Discriminada por ser menina, Bagdá nunca deixou de frequentar as pistas de skate lotadas de garotos, mas ciente de que isso não vem sem um custo. O amor por um esporte é o paralelo que atravessa as experiências Graces e Rayssas, o paralelo capaz de expor a precariedade desses corpos nos lugares onde se apresentam mesmo quando indesejadas (BUTLER, 2015). Desse modo, o filme é mais sobre a rotina exaustiva de uma pessoa não normativa do que sobre uma jornada fantástica onde Bagdá termina

“bem-resolvida”. No seu caminho existem questões de qualquer adolescente menina. Isso fica claro com o assédio que sofre de um de seus companheiros de pista de skate durante uma festa. Revoltada, mas também com medo, é sobre esta situação em que a vemos hesitar pela primeira vez. Ao se deparar novamente com “Clever”, seu assediador, Bagdá fica claramente desconcertada e prefere deixar a pista. Sua sorte mais uma vez seria a rede de apoio que encontra nas suas novas amigas de jornada do skate, bem como na sua irmã mais nova, que presencia o assédio. Aqui temos o momento que talvez seja o mais complexo de todo o filme.

Com Bagdá prestes a se retirar, suas amigas se mobilizam rapidamente para dar um enquadro no abusador. Mesmo insegura e na condição de vítima, a menina é encorajada a se expressar, respaldada pela atitude e apoio moral de suas amigas, que também relatam suas insatisfações com o rapaz. Clever é finalmente responsabilizado sobre as suas ações e é exposto como abusador, ainda que resista às acusações. Nesse momento, assim como em alguns outros ao longo do filme, é possível ver uma ingenuidade presente nos discursos e em certas atitudes das meninas com relação às injustiças que vivenciam. Em outras análises fílmicas, “Meu nome é Bagdá” incomoda os críticos por conta dos seus eventuais discursos recheados de jargões feministas, bem como falas pouco naturais na hora que as meninas se expressam sobre as violências que sofrem. Embora tais desconfortos sejam perceptíveis na atuação das jovens, não acredito que seria justo deslegitimar o discurso feminista que é perceptível na obra como um todo, especificamente por dois motivos.

Embora obstinadas, é preciso olhar para tais meninas como crianças que experimentam uma série de frustrações sobre as quais ainda estão aprendendo a se expressar. Suas falas mecânicas, apesar de aparentemente forçadas, não surgem fora de contexto, afinal, talvez fosse mais difícil acreditar que meninas de 17 anos já tenham um discurso feminista conciso e amadurecido na hora de cobrarem igualdade de gênero entre seus parceiros de skate. Além disso, apesar de Bagdá e suas amigas não aparentarem estar muito presentes na internet — o aparelho eletrônico que mais aparece nas mãos da menina é uma câmera digital antiga que usa para filmar colegas e explorar a realidade em que vive, seja filmando objetos

que encontra no mato, seja registrando amigos performáticos como Emílio e Gilda — pode-se imaginar que tanto Bagdá quanto suas amigas foram introduzidas nas pautas feministas da mesma forma que outras meninas têm sido nos últimos anos, através da internet ou das mídias mais tradicionais. É possível dizer que o mesmo ocorre quando Rayssa é apresentada ao público como símbolo da resistência e talento feminino e, alguns casos, símbolo de renovação do feminismo para as novas gerações. A despeito de como tais discursos podem ser cooptados dentro de anúncios publicitários e demais usos que não possuem projetos emancipadores, é muitas vezes sob a enunciação de “Girl Power” que meninas como Rayssa e Bagdá são introduzidas em questões mais aprofundadas sobre as diferenças que sentem na pele.

Nesse sentido, a repetição de frases de efeito nos diálogos entre as meninas pode ser vista como o resultado da forma como tais jovens têm se desenvolvido e se esforçado para entender questões complexas, quebrar paradigmas, bem como visar novas possibilidades de convívio entre os gêneros e suas expressões. A juventude tira suas inspirações das músicas, filmes, programas e conteúdos na internet aos quais tem acesso. Por esses motivos, acredito que o filme entrega com genialidade o resultado de meninas e meninos vivenciando, ao mesmo tempo que tentando responder, a tais violências. É um processo confuso e que abrange uma infinidade de questões coletivas e pessoais sob as quais jovens buscam referências nem sempre tão maduras. Diante disso, apelativo seria explorar uma forte coerência e articulação dentro do discurso de jovens acerca de temas não somente complexos, como também pessoalmente dolorosos.

“Meu nome é Bagdá” é um filme com os pés no chão, mais do que um filme sobre pés nos skates. É uma narrativa que entrega realidades e conflitos a partir de um lugar real e problemático sobre a luta pela igualdade de gêneros e o direito de ser. Entrega com delicadeza, e sem recorrer à sexualização, a realidade de crianças que ousam experimentar outras experiências de gênero. Acima de tudo, é uma narrativa não-fantástica sobre o poder das novas gerações e o que podem alcançar enquanto vão aprendendo a lidar com suas questões internas e os desafios externos que as infringem. É a alternativa para largar os ideais de garotas superpoderosas



como referências na luta por igualdade de gênero. Talvez a forma correta de admirar Rayssa Leal, hoje, seja reconhecendo a legitimidade e potência de meninas como Badgá, no lugar de alusões aos contos de fadas, afinal, Graces e Rayssas são reais.

Nesse contexto, é difícil não pensar no que Rayssa significaria como referência para Bagdá, será que ela se identificaria com um conto de fadas? Uma história inegável de sucesso? É possível que Badgá se identificasse mais com Margielyn Didal ou Alana Smith, atletas não-binárias que trouxeram para as Olimpíadas mais do que skate, mas espetáculos absolutos de atitude e confiança para além das manobras radicais.

A montagem de Caru casa temas sérios e absolutamente pertinentes com alívios cômicos ao mostrar a relação das irmãs, a irreverência das figuras mais velhas e a fissura da caçula da família em ir para a NASA. Talvez um elemento simbólico indicando que, se Bagdá quer transformar o mundo que ela vive, é para que sua irmã mais nova, ou gerações futuras, possam de fato viver em outro planeta, porém sem a necessidade de uma viagem espacial, algo muito pertinente em tempos de Elon Musk. Além das personalidades satisfatórias de se assistir, “Meu nome é Bagdá” entrega sua contemporaneidade quando encaixa transições divertidas de Bagdá e suas amigas que aparecem dançando coreografias parecidas com que o se observa no TikTok, nova tendência das gerações que hoje dominam o skate feminino a nível mundial. Não à toa, o título merecidamente ganha o prêmio “Generation” da 70ª Festival de Berlim. Por fim, destaco que não é possível desacreditar do filme de Caru pelas críticas feitas à uma suposta narrativa rasa das suas personagens. O debate de questões de gênero está em constante discussão e transformação, ao mesmo tempo que meninas como Bagdá sentem na pele o seu atraso, só é possível admirar tais meninas “anormais” em “excepcionais” quando seus discursos forem legitimados sem precisar chegar ao pódio olímpico.

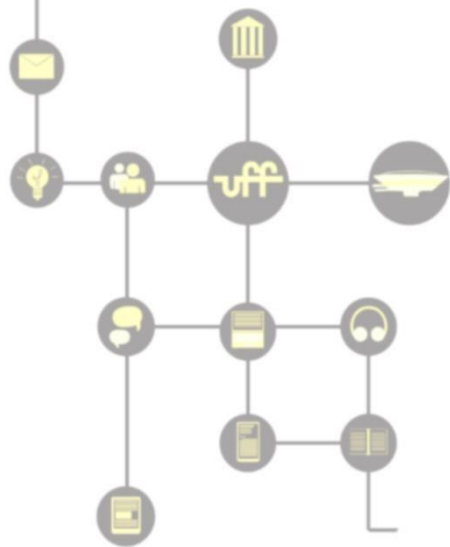
#### Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. A reivindicação da não violência. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MEU nome é Bagdá. Direção de Caru Alves de Souza. Manjerição Filmes, 2020.

SILVA, Mikelly. "Reflexões sobre a intersexualidade a partir do diálogo com Judith Butler" p. 46 - 51 em Lendo Judith Butler [recurso eletrônico]: apropriações teóricas e políticas interdisciplinares / organização Ricardo Prata Filho e Thais de Bakker Castro. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.



## Aprendendo a editar, ensinando a publicar: caminhos para a produção científica na graduação em humanidades

Tifani Isabele de Fraga Medeiros<sup>1</sup>

Esther Krüger Silveira<sup>2</sup>

Milena Weber<sup>3</sup>

Natália Maluf<sup>4</sup>

### Introdução

Iniciamos este texto deixando evidente que, daqui para frente, iremos usar o plural no feminino, uma vez que todo o trabalho de (re)construção da revista *Todavia* realizado atualmente é feito em sua maioria por mulheres – membras de sua Comissão Editorial e bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PET/CSO/UFRGS). Ressaltamos também que este texto e as reflexões nele contidas somente foram possíveis após nossa participação no IV Fórum Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais, no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Portanto, somos muito gratas pela oportunidade de ter participado, ter conhecido pessoas que constroem revistas científicas discentes e, por este relato de experiência ser um fruto motivado pelo evento.

A revista *Todavia* é um periódico científico voltado para alunas e alunos de graduação e é organizada pelo PET Ciências Sociais da UFRGS<sup>5</sup>. No Fórum em questão, ela foi representada por Tifani Isabele, membra de sua comissão editorial, bolsista do grupo PET e licencianda em Ciências Sociais. Tomando como tarefa a elaboração de um relato que correspondesse às diversas fases que resultam no estado da arte do periódico, escrevemos este texto a oito mãos como uma forma de reunir relatos e experiências subjetivas que ajudam a compor a história da *Todavia*.

O processo de criação desse relato nos proporcionou uma sistematização da história de organização da revista *Todavia*, conforme abordaremos a seguir, e sua relação com os desafios e possibilidades de inserção das revistas científicas discentes no cenário nacional de editoração científica, tema disparador desse relato. Também nos fez refletir sobre as perspectivas futuras, e sobre o legado que queremos deixar às próximas bolsistas e estudantes de graduação. Além disso, consideramos importante analisar os impactos do periódico em duas

<sup>1</sup> Graduanda do 7º semestre de licenciatura em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), integrante do grupo PET Ciências Sociais da UFRGS e da revista *Todavia* desde 2018.

<sup>2</sup> Graduanda do 7º semestre de Ciências Sociais (UFRGS)

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Sociais (UFRGS), bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais - UFRGS, integrante do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/PPGAS/UFRGS).

Contato: milena.wber@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda do 9º semestre de Ciências Sociais (UFRGS)

**COMO CITAR:** MEDEIROS, Tifani I. de F; SILVEIRA, Esther K.; WEBER, Milena; MALUF, Natália. "Aprendendo a editar, ensinando a publicar: caminhos para a produção científica na graduação em humanidades". In: *Revista Ensaaios*, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 121-131.

<sup>5</sup> O Programa de Educação Tutorial - PET é vinculado ao Ministério de Educação e se organiza a partir de grupos disciplinares e interdisciplinares. Os grupos PETs atuam no âmbito da graduação nas instituições de Ensino Superior, desenvolvendo projetos e atividades de acordo com o tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão. Para saber mais, acesse: <<http://portal.mec.gov.br/pet/pet>>.

esferas: a do aprendizado das bolsistas que compõem a comissão editorial, o que denominaremos de experiência “interna” da revista; e a esfera dos impactos na comunidade acadêmica que envolve graduandas, pareceristas, professoras, e demais membras, que denominaremos de “externa”. Sendo assim, organizamos esse relato de tal modo que ele pudesse englobar tais aspectos em seus subcapítulos.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a nossa revista foi retomada em 2019 e, por isso, tem vivido diversos momentos de transformação, de modo que a participação no Fórum foi de substancial importância para o nosso aprendizado como equipe editora. Levando isso em conta, nosso relato retomará a participação no evento antes de entrar propriamente na história e identidade da revista *Todavia*. Por seguinte abordaremos os seus desafios e possibilidades, até entrarmos no nosso antigo processo de elaboração de editais, seguindo para a transição para Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)<sup>6</sup> e a incorporação do fluxo contínuo. Finalizaremos com uma exposição sobre a rede de apoiadores e reconhecimento pelos pares.

## **Participação no Fórum Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais**

O referido Fórum foi um dos poucos eventos que a *Todavia* já participou. O que gostaríamos de ressaltar nesse momento é a nossa percepção sobre o evento e os sentimentos que se seguiram a ele. Imagine nós que, no andamento da graduação, nos esforçamos para descobrir caminhos a desbravar pelas Ciências Sociais, a emoção que sentimos ao ter conhecimento de pessoas que, como Charles Pessanha<sup>7</sup> e Lígia Dabul<sup>8</sup>, têm uma história de conhecimento e trabalho com a editoração científica, e a prática dela com estudantes.

Evidentemente, além disso, nas trocas de experiências que compartilhamos com outras revistas percebemos aproximações e também distâncias entre nós. Por exemplo, uma das distâncias é o fato de nós, enquanto periódico de graduação, não podermos ter um índice Qualis, por não estarmos ligadas a algum programa de pós-graduação<sup>9</sup>. Já uma aproximação é que aprendemos muito com colegas mais experientes. Para quem trabalha em revistas discentes, já é um hábito pedir recomendações.

<sup>6</sup> O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um software de hospedagem eletrônica e gestão de periódicos.

<sup>7</sup> Editor emérito da Revista DADOS. Tivemos o prazer de conhecê-lo por sua apresentação de abertura do referido fórum.

<sup>8</sup> Editora-chefe da Revista Ensaios, responsável pela organização do fórum.

<sup>9</sup> Sistema de Bibliotecas da Unicamp. Qualis - CAPES. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/sbu/qualis-capes/>>. Acesso em: 28 set. 2021.

O Fórum também nos possibilitou um acontecimento que nos marcou muito. Recentemente, trocamos o modo de submissões de editais para o de fluxo contínuo, da Plataforma SEER. Estávamos em embates quanto aos procedimentos e fomos procurar outros colegas de revistas discentes que estiveram no evento. Foi quando a Maria Caroline Marmerolli Tresoldi, mestra em sociologia pelo IFCH/Unicamp e editora da revista Temáticas (Unicamp), respondeu nossa mensagem se disponibilizando a fazer uma reunião conosco para nos auxiliar e tirar nossas dúvidas.

Nisso, afirmamos o tanto que a reunião foi ótima, em que Maria Caroline encaixou uma horinha do dia dela para compartilhar seu conhecimento. Ela teve a generosidade de compartilhar conosco sua experiência na Temáticas, deu dicas e alertas sobre a plataforma SEER, fluxo contínuo e organização interna. O que mais nos marcou foi ela chamar a atenção para atentar à nossa intuição organizacional. Isso é muito importante para um periódico novo ou em reconstrução, pois, além de seguirmos as normas de boas práticas, estamos sempre tentando nos espelhar nos procedimentos de outras revistas, muitas vezes mais antigas, de maior Qualis, ou até que nem são discentes.

A editoração discente, para nós, é algo que até hoje, em sua maior parte, foi construído com parcerias e trocas de experiências. Não importa quantos anos de funcionamento tenha um periódico, nós sempre iremos precisar da ajuda de uma colega, e ela saberá a nossa corrida frequente contra o tempo para estar ao nosso lado. É por isso que devemos valorizar eventos acadêmicos, como o Fórum, já citado, pois fazer editoração é como fazer ciência: não se faz sozinha. Espaços assim estimulam para que façamos revistas acadêmicas mais colaborativas, realistas, acessíveis e transparentes (BISPO, 2022).

## **A revista Todavia**

A revista Todavia é um periódico científico eletrônico voltado para a publicação de trabalhos desenvolvidos por estudantes de graduação, cujos temas se relacionam à área das Ciências Humanas. A sua história começa em 2010, a partir de uma iniciativa independente de estudantes de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da UFRGS. No mesmo ano, ela passa a ser um projeto

desenvolvido por bolsistas – as petianas – no âmbito do PET Ciências Sociais (PET C. S.) e também do PET Conexões em Ciências Humanas (PET C. H.) da UFRGS. Nos períodos de 2013-2016 e 2016-2019, o periódico viveu hiatos em virtude da alta rotatividade de estudantes-bolsistas nos Programas. Em 2019, a *Todavia* passou a ser organizada unicamente pelo PET Ciências Sociais, tornando-se, inclusive, um projeto de extensão do grupo, além de contar com a parceria do PET Letras da UFRGS para revisão dos trabalhos científicos.

Podemos perceber que surgir de forma orgânica é um traço marcante na identidade de revistas discentes. A *Todavia* é um periódico com mais de dez anos, mas, se formos comparar com outros periódicos, percebemos que há lacunas em sua história por causa das descontinuidades. O PET é um grande impulsionador de atividades protagonizadas por estudantes, por isso não só podemos ser propositivas como também podemos conduzir nossas atividades, ao mesmo tempo que contamos com uma relação de supervisão bem aberta com a nossa professora tutora. Na organização da *Todavia* não é diferente, pois, embora o sistema de organização da revista tenha sido tradicional, com Editora-Chefe, Comissão Editorial, Conselho Editorial e Equipe Técnica, o trabalho também sempre foi realizado de forma coletiva, passando a partir dos diálogos e escutas entre todas. De tal maneira que nós, mesmo estudantes da etapa inicial da vida acadêmica, temos a oportunidade de pensar e construir todo o processo de editoração – e, talvez pelo mesmo motivo, possamos trazer novos olhares para ele.

Atualmente, a revista é composta pela Editora-Chefe, professora Luciana Garcia de Mello<sup>10</sup>, também tutora do grupo PET C. S. As bolsistas vigentes do grupo ocupam a Comissão Editorial. O Conselho Editorial é composto por professoras e professores que apadrinharam a revista. Por último, a Equipe Técnica é formada por colegas de fora do grupo PET que compõem a revista, colaborando com aconselhamentos e apoio. Como exemplo, podemos citar nossa colega Cristiane Miglioranza, sobre quem falaremos mais abaixo.

O nosso processo editorial tem tido como fluxo contínuo, até então ser executado em seis etapas previstas na abertura dos nossos anteriores editais: recebimento dos trabalhos; leitura pela Comissão Editorial e distribuição de responsabilidades; envio para pareceristas e

<sup>10</sup> Luciana Garcia de Mello é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS. É tutora do PET C. S. UFRGS desde 2018. Atua como pesquisadora no grupo de pesquisa Trabalho e Reconhecimento Social, integra o Observatório de Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e é membra da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Rio Grande do Sul.

leitura de provas; revisão ortográfica e gramatical feita pelos bolsistas do PET Letras da UFRGS e última leitura de provas; diagramação feita pela Comissão Editorial; divulgação nas plataformas digitais e atualização das plataformas indexadoras, ambos trabalhos realizados também pela Comissão Editorial.

Sabemos que o trabalho na editoração tem possibilidades e desafios. Entre as possibilidades estão o papel ativo que passamos a ter com a divulgação de conhecimento científico e, por consequência, com a própria produção científica, bem como a aproximação da graduação com a pós-graduação. Também oportuniza a nós, enquanto estudantes de graduação, a participarmos de um processo formativo riquíssimo para o nosso desenvolvimento profissional e intelectual, que é a editoração de um periódico, especialmente por conta do protagonismo que possuímos nesse processo, como nos referimos anteriormente. O envolvimento no trabalho de editoração tem nos proporcionado a experiência de “aprender fazendo”, isto é, aprendemos como funciona um periódico científico na medida em que o organizamos, pesquisamos, debatemos e desenvolvemos todo o processo. Além disso, não poderíamos deixar de reiterar outro aspecto importante desse processo formativo, do qual falamos no início desse texto, os encontros e as trocas que a *Todavia* tem nos proporcionado e que engrandecem ainda mais nossa formação.

A característica e/ou possibilidade mais relevante da revista *Todavia* é o fato de ser exclusivamente voltada para a graduação, sendo esta característica sua singularidade entre as demais revistas elaboradas por discentes. Sabemos que o espaço para publicação e divulgação de trabalhos desenvolvidos por estudantes de graduação é bastante restrito, e não é porque não sejam trabalhos bem elaborados e com rigor científico, mas pelo fato da estima por publicar em periódicos científicos e eventos serem práticas mais associadas à pós-graduação. Portanto, entre graduandas e graduandos, de uma forma geral, se aprende e se incentiva pouco a compartilhar informações científicas entre pares.

Na nossa última edição, vimos trabalhos com muita qualidade e com reflexões que podem ampliar muito os campos de conhecimento e a produção científica, como artigos escritos no âmbito do Programa de Iniciação Científica (IC) e do Programa Institucional de Bolsas de



Iniciação à Docência (PIBID), por exemplo. Nesse sentido, acreditamos, que a revista *Todavia* ao oportunizar esse espaço de publicação e divulgação de trabalhos de graduandas, está: 1) ajudando a estabelecer a cultura de publicação científica desde a etapa inicial da formação acadêmica – quer dizer, está ajudando no que tem se chamado de “letramento científico” – e, assim, está contribuindo para o fortalecimento de uma produção científica de qualidade desde a base; 2) reconhecendo as investigações e reflexões de estudantes de graduação, e sua capacidade de comunicá-las, bem como a contribuição dessas produções para o campo científico, que, por consequência, acabam por incentivar a pesquisa científica na graduação; e 3) fomentando a construção de mais espaços com essas finalidades no mundo acadêmico.

Houve um bom tempo até o nosso grupo do PET entender que a *Revista Todavia* é o seu maior projeto. Problemas como a perda de informações, interrupções no processo editorial, entrada e saída de bolsistas, revisão de projetos prioritários e a demanda por oferecer outras atividades são algumas das causas que tornaram o projeto com a revista *Todavia* um caminho desafiador até aqui. Apesar disto, a *Todavia* teve momentos gloriosos de reconhecimento e apoio da comunidade científica e exígua periodicidade sempre que esteve ativa. Mas é claro que falar dos desafios também acaba sendo divertido quando compartilhados com outras colegas de revistas científicas. Como chamamos no Fórum, trata-se dos “perrengues<sup>11</sup> e questões”. A conciliação da revista com outras atividades PET é, portanto, um perrengue dos grandes para cumprirmos à risca nossa periodicidade semestral.

Outro grande desafio foi o resgate dos procedimentos da *Todavia* transmitidos das antigas para as novas editoras. Como solução, há pouco tempo deixamos por escrito um fluxograma com todas as informações sobre o periódico e suas etapas de editoração. Apesar de hoje contarmos com um fluxograma, que organiza todo o trabalho da *Todavia*, o diálogo ainda é muito importante para o engajamento do trabalho, pois, conforme a frase de saber comum entre editoras discentes: “tem coisas que só se aprende na prática e cada revista tem seu modo”.

<sup>11</sup> De acordo com o Dicionário Informal, “perrengue refere-se a uma situação de dificuldade, aperto, sufoco”. Disponível em <<https://www.dicionarioinformal.com.br/perrengue/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

Além disso, até pouquíssimo tempo atrás, a dificuldade em encontrar pareceristas era algo incisivo para nós, mas, esta realidade vem mudando, pois conforme os temas dos trabalhos que recebemos, há facilidades em encontrar especialistas na área. O maior problema era o fato de não termos proximidade com tais especialistas, o que dificultava o contato para solicitação de avaliação dos trabalhos e emissão de pareceres, uma vez que seus contatos de e-mail às vezes não estarem visíveis na Internet. Por isso, em nossa última publicação um dos desafios foi a busca por pareceristas, já que não havia seu registro prévio das edições anteriores.

Nesse sentido, sentimos a necessidade de construção de um novo banco de dados de especialistas colaboradoras, que pudesse facilitar o trabalho de publicação. Esse novo banco de dados foi sendo estruturado progressivamente, de modo que nossas expectativas para as próximas edições é ter um acesso mais rápido aos pares. Felizmente, outro fruto do Fórum foi a criação de uma base comum de pareceristas compartilhada entre as revistas discentes presentes. O que nos faz lembrar o quanto é proveitoso construir pontes entre periódicos, contribuindo com o fortalecimento dos mesmos.

Um traço marcante da *Todavia* é que por quase toda nossa existência recebemos trabalhos via editais desde a primeira publicação, pois, com base nas nossas diretrizes, lançávamos um edital com prazos de editoração e recebíamos os trabalhos científicos e dados de autoras pelo e-mail da revista. O último edital aberto foi na metade de 2020, durante a grave expansão da pandemia de Covid-19 no Brasil, ficando aberto por quatro meses e, entre artigos científicos, resenhas, ensaios e submissões artísticas, recebemos mais de 50 trabalhos. O volume de trabalhos recebidos nos surpreendeu, e as demandas que vieram na sequência foram desafiadoras devido ao fato de que era a primeira vez que muitas de nós trabalhávamos em contato com autoras e pareceristas, ainda mais à distância, através das trocas de mensagens na plataforma Whatsapp e de videochamadas.

A nossa entrada na plataforma SEER foi um marco para a normatização do periódico, uma vez que tínhamos um site com hospedagem na UFRGS, e lá eram divulgadas as notícias sobre a revista *Todavia*, diretrizes para autoras, editais, dados da revista e os trabalhos publicados. Com as mudanças que foram ocorrendo na última

reativação da revista, notamos que seria melhor migrarmos para a plataforma SEER, afinal, o antigo site já estava com quase dez anos e não possuía um visual esteticamente atraente. A migração para a Plataforma SEER tem nos ajudado para uma melhor divulgação científica e acesso a ambientes ocupados por outros periódicos acadêmicos, pelo fato de ser uma plataforma amplamente usada e reconhecida por grandes revistas. Atualmente, ela é a nossa principal plataforma indexadora e também é por onde estamos começando a receber trabalhos por fluxo contínuo.

Ainda na esteira do mesmo edital, está previsto para início de 2022 o lançamento do segundo volume da *Todavia*, desta vez com até 10 trabalhos originais e inéditos. A partir dos desafios enfrentados para contatar pareceristas e quanto ao tratamento de artigos junto às autoras, houve uma retificação do fluxograma da revista, mas, sem prejuízo no trabalho editorial. Além disso, contamos com novas bolsistas, que estão aprendendo a executar as tarefas da revista, o que demandou certo tempo e dedicação com o objetivo de familiarizá-las com o processo.

Desde que o trabalho de editoração foi retomado, em 2019, nós, enquanto editoras, temos o objetivo de fazer da *Todavia* um periódico científico eletrônico com publicação regular. Pois acreditamos, como dissemos, na sua singular contribuição da revista para o estímulo da produção científica no Brasil, enquanto esse espaço que incentiva estudantes de graduação a produzirem e a publicarem suas pesquisas e produções.

Refletindo sobre o tema dessa produção, “Os desafios e possibilidades de inserção das revistas científicas discentes no cenário nacional de editoração científica”, não podemos deixar de abordar o contexto brasileiro de corte de verbas para a educação e ciência, que influencia fortemente nos desafios e possibilidades enfrentados pelo nosso grupo. Infelizmente, escrevemos num momento em que vivemos o atraso no pagamento das bolsas do PET, uma vez que o Governo Federal não aprovou o orçamento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual é responsável por realizar o pagamento aos bolsistas PET no âmbito nacional. Apesar dessa questão não ser foco da nossa explanação, não podemos fechar os olhos para o desmonte da educação pública e, como o próprio nome que o

nosso programa carrega, nos encontramos aqui pela educação e pelas Ciências Sociais.

### **Rede de apoiadores e reconhecimento dos pares**

É verdade que muitas pessoas são apagadas quando a figurinha principal é o logo de uma revista científica. Nós, que construímos os periódicos, sabemos que já nos deixa muito felizes nosso nome estar na lista da Comissão Editorial na SEER, na diagramação final, na divulgação online de uma publicação, na certificação que receberemos, e na experiência que vamos adicionar em nosso currículo. Porém, nós não teríamos conseguido grandes conquistas se não fosse a atenção de bibliotecários e bibliotecárias, as trocas de e-mail com a Patrícia Augusta Pospichil Chaves Locatelli, secretária executiva da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, se não fossem colegas de outras revistas científicas que tantas vezes já nos ajudaram pelo Whatsapp (como a já citada Maria Caroline), se não fosse, por exemplo, o trabalho produzido por Simone Semensatto, bibliotecária da Biblioteca Central da Uergs, sobre o funcionamento de periódicos científicos, disponibilizado no seu canal do Youtube<sup>12</sup>.

Há pessoas que não são oficialmente integrantes de uma Comissão Editorial, mas que conhecem muito bem a revista de tanto que participaram dela. O nosso maior exemplo é a Cristiane Miglioranza, assistente editorial da revista Horizontes Antropológicos e graduanda em Ciências Sociais na UFRGS, que recebeu o apelido de nossa “fada madrinha”. A Cris, como chamam os conhecidos, é próxima da Todavia desde 2018-2019, quando estava acontecendo a última reativação da mesma. Na época, ela estava começando a trabalhar como bolsista nesse conceituado periódico científico, a Horizontes Antropológicos<sup>13</sup>, e desde então tem tido a generosidade de compartilhar conosco muitos de seus conhecimentos. Essa parceria contribuiu para nosso aprendizado sobre a relação com pareceristas, processos de avaliação, organização interna, plataformas indexadoras e, o que mais fez diferença: seu apoio como colega e atenção gratuita – a não ser pela recompensa de semear uma prática científica-editorial colaborativa e a potência transformadora de revistas discentes. Cristiane Miglioranza é o melhor exemplo do quanto uma, ou mais, pessoa(s) é importante para

<sup>12</sup> Simone Semensatto. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCTmd3Z-7QFHMkmif4qMV1BA/featured>>. Acesso em: 28 set. 2021.

<sup>13</sup> Horizontes Antropológicos. SEER. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>>. Acesso em: 28 set. 2021.

a existência de uma rede de apoio, por isso costumamos dizer que sem ela não teríamos feito metade das coisas que já fizemos.

### **Considerações finais**

O trabalho interno de um periódico científico, como tudo, é político pois envolve o aprendizado na área da editoração tanto entre as pessoas que trabalham nele quanto as que multiplicam seus resultados. Como dissemos anteriormente, o trabalho da editoração acadêmica discente é realizado de forma coletiva. Ele tem rostos, identidades, localidades. Ele é de extrema importância para a ciência brasileira porque quem o faz são pessoas que estão em formação, na graduação – como é o nosso caso – ou na pós-graduação, que, muitas vezes, trabalham de forma voluntária porque acreditam na potência das produções científicas no Brasil, na importância da circulação do conhecimento com a divulgação científica e, sobretudo, na importância de uma educação de qualidade no Ensino Superior. Quanto mais cedo aprende-se a editar e a publicar, mais facilmente teremos uma produção científica mais plural e acessível, já que as autoras e editoras terão os conhecimentos dos processos que levam ao resultado final: a produção acadêmica (JOB; TRINDADE; MATTOS. 2009). O PET, sendo um programa de caráter pedagógico, acaba tendo um grande papel nisso.

Escrevemos esse relato em um momento de ataques e grandes cortes de verbas na educação, na ciência e, principalmente, nas Ciências Humanas. Por isso, encontramos nessa realidade um espaço de resistência para a esperança de uma educação valorizada, responsável e comprometida. É a partir dessa experiência orgânica entre a academia e a realidade social que nos cerca que ressaltamos a importância da participação discente na editoração de uma revista acadêmica, assim como no espaço de divulgação e aprendizado de estudantes da área das humanidades que nele se consolida. O trabalho coletivo que nos propomos a fazer, mesmo com as adversidades encontradas é fundamental para que as Ciências Sociais mantenham sua voz, sua ciência e sua história sempre presentes contribuindo para um futuro mais consciente de suas possibilidades.

### Referências bibliográficas

JOB, Ivone; TRINDADE, Alexandre; MATTOS, Ana Maria. Processo de Revisão Pelos Pares: Por que São Rejeitados os Manuscritos Submetidos a um Periódico Científico?. Movimento (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 35-55, jun. 2009. ISSN 1982-8918. Acesso em: 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-8918.8830>>.

BISPO, Marcelo de Souza. The Impossibility of Open Science without Otherness and Epistemic Plurality. Revista de Administração Contemporânea [online]. 2022, v. 26, n. 02. [Acessado 11 Fevereiro 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210246.por>>.





## A Revista: desafios e progressos

A Revista Discente Planície Científica<sup>3</sup> foi desenvolvida por estudantes de graduação em Ciências Sociais e por professoras do departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF – Universidade de Federal Fluminense – em Campos dos Goytacazes. A Revista foi construída para ser um espaço de incentivo à produção acadêmica de alunos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, bem como de recém-formados na área (até 2 anos de graduação) de todo o país e do exterior. Também recebe artigos de graduandos e recém-formados em outras áreas do conhecimento que se dediquem a temáticas afins e/ou que dialoguem com a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. O periódico, tendo como foco a interdisciplinaridade e a importância da produção científica em seus diversos gêneros, trabalha com os modelos de Artigos, Ensaios, Relatos de Pesquisa, Resenhas, Resumos de Monografia e Ficcionalis (Contos, Crônicas e poesias), além de publicar Entrevistas e textos Especiais de autores convidados.

Na primeira edição publicada, em 10 de junho de 2019, a Revista Discente Planície Científica contava com 10 pessoas na sua equipe editorial, entre editorias de seção e editoria executiva. Esta última sempre foi formada por paridade de gênero. Entre a primeira e a mais recente edição, foram dois anos e seis meses. Nesse período, houve uma renovação total da equipe, inclusive um aumento no número de integrantes, que, apesar de ter sido reduzida ao longo do período, recebeu um aumento significativo em 2021, contando agora com 16 pessoas no corpo editorial. A equipe editorial é formada por graduandos em Ciências Sociais e de outras áreas que conversam com os temas das Ciências Sociais e é supervisionada pelas editoras supervisoras e co-fundadoras da Revista, as professoras doutoras Gisele Almeida<sup>4</sup> e Jacqueline Deolindo<sup>5</sup>.

Quanto às publicações, até a 5ª edição da Revista foram publicados 101 trabalhos de autores de todas as regiões do país e do exterior, incluídas as cartas dos editores, presentes em todas as edições. Tendo a maior parte de sua história desenvolvida durante a pandemia de Sars-cov-2<sup>6</sup>, a Revista carregou nas cartas de cada edição manifestos de resistência durante um período tão complicado para todo o mundo

<sup>3</sup> Site da Revista: <https://periodicos.uff.br/placiecientifica>

<sup>4</sup> Profa. Dra. Gisele Almeida – Professora Adjunta do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

<sup>5</sup> Profa. Dra. Jacqueline Deolindo - Professora Adjunta do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

<sup>6</sup> Pandemia de Sars-cov-2 – condição de emergência sanitária global por altorisco de contágio do Sars- cov-2, vírus que provoca uma doença infecciosa grave nas vias respiratórias, podendo levar a óbito.

e para a produção científica. A impossibilidade de reuniões presenciais dificultou a comunicação, o planejamento e a organização das tarefas do corpo editorial, mas as atividades não foram interrompidas em nenhum momento. O fluxo de submissões sofreu variações e reduções no recebimento de trabalhos, os prazos de avaliação e correção e outras etapas de editoração também sofreram impactos durante o período pandêmico e o ensino remoto.

Outra dificuldade observada foi em relação ao sistema OJS<sup>7</sup>, que recebeu importantes melhorias em sua atualização para a versão 3.0 nos periódicos da Universidade Federal Fluminense, entretanto, algumas funções tomaram comandos diferentes, o que dificultou a adaptação da equipe e dos autores. O sistema frequentemente passa por manutenções, que se aplicam a todos os sistemas da UFF, o que, às vezes, gera atrasos e obstáculos ao trabalho do periódico.

Desde sua fundação, a Revista se faz presente nas redes sociais digitais, buscando alcançar o maior número de pessoas, para expandir o número de submissões, aumentar a equipe de colaboradores e principalmente para cumprir a função essencial de comunicar ciência. O trabalho de comunicação através destas mídias exige um esforço significativo, sendo sempre necessária a designação de equipes específicas para essa tarefa. Avaliamos que a nova reformulação da equipe em 2021 promoveu significativa melhora nesta área e agora a Revista se torna ainda mais presente e têm publicações diversas e regulares, principalmente no Instagram.

Como periódico digital online, a Revista busca alcançar um grande público ligado à ciência, em especial às Ciências Sociais, tendo como foco a publicação de produções científicas de discentes da graduação, o que ressalta a atuação e a importância deste periódico diante da escassez de espaço para graduandos e recém graduados na produção científica brasileira.

Ter a oportunidade de publicar trabalhos científicos é de grande suporte para os discentes, uma vez que estimula a prática de comunicação científica e promove a inserção do aluno no ambiente de revisões de seus trabalhos por pares desde o início da formação acadêmica, fortalecendo o caráter coletivo da ciência e, assim, contribuindo para a formação teórica e metodológica através do diálogo

<sup>7</sup> Open Journal Systems – Software utilizado para a construção e gestão de periódicos científicos.

com especialistas das áreas de interesse do aluno. Ademais, permite ao aluno o aprimoramento de seu currículo com publicação em periódico revisado por pares, o que faz toda diferença para o ingresso em programas de pós-graduação, bolsas de pesquisa e programas de extensão. A publicação durante a graduação é uma verdadeira chave para abrir importantes portas acadêmicas e profissionais.

Para a UFF, a Revista se coloca como um meio de divulgação do trabalho realizado no interior da Universidade, promovendo o saber científico produzido pela educação superior pública, o que promove o maior conhecimento desta instituição e sua produção pela sociedade e pela comunidade universitária. Além disso, a Revista voltada ao corpo discente, possibilita um escoamento de produções iniciadas no âmbito das disciplinas, fazendo com que não sejam apenas instrumento de aprendizado e avaliação na sala de aula, mas que ultrapassem os muros da universidade, gerando também crescimento e construção curricular do discente, além de instrumentos de divulgação científica, objeto de sua principal função.

Para o corpo editorial, a Revista permite um espaço de aprimoramento de capacidades profissionais, tais como: organização, trabalho de equipe e comunicação interpessoal e um maior contato com os conhecimentos científicos. A Revista é, em muitos casos, a primeira experiência acadêmica extraclasse para os alunos, permitindo uma maior inserção e integração do indivíduo com a universidade e a vida acadêmica. Além disso, permite aos editores um desenvolvimento na leitura, produção e análise de textos acadêmicos, desde as reflexões teóricas e metodológicas até a produção textual, fundamental para o trabalho de comunicação científica. Assim, a experiência adquirida como membro de corpo editorial não somente possibilita a profissionalização na área de editoria científica, como também proporciona ao estudante uma maior bagagem de teoria e prática científica e gera componentes curriculares que contribuem para o ingresso em programas de pós-graduação e outras seleções na carreira acadêmica do pesquisador.

### **Editores e a produção científica**

A atuação numa revista científica é mais do que uma atividade extracurricular, ela representa o momento em que o pesquisador deixa

de dedicar-se à própria pesquisa para trabalhar no aperfeiçoamento do trabalho de outrem (TRZESNIAK, 2009). Todos aqueles comprometidos ao trabalho de produção e divulgação científica estão, de alguma forma, contribuindo para as pesquisas e atividades dos autores e estabelecendo uma comunicação entre o campo acadêmico e a sociedade. Desse modo, as publicações científicas constituem um ato de compartilhar o conhecimento adquirido pela realização de trabalhos científicos (ALMEIDA e CASTRO, 2016), transmitindo opiniões e sentimentos que permitem tanto o avanço da produção de conhecimento, como o amadurecimento do autor-pesquisador-aluno.

Os editores de seção, dentre muitas funções, cumprem o papel de mediar a relação entre os autores e os avaliadores dos textos, responsabilizando-se pela ponte comunicativa por todo processo editorial. Ao editor é designado o processo da primeira avaliação dos textos, da certificação quanto a originalidade, a integridade e a observância às diretrizes e normas da ABNT<sup>8</sup>. O trabalho do editor vai além da publicação da revista em si. Envolve a criação de mecanismos de divulgação dos textos, fazendo com que sejam lidos e citados.

<sup>8</sup> ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – responsável por regular e regulamentar normas técnicas no país.

Segundo Oliveira et al (2020), o trabalho com periódicos no Brasil possui o modelo de acesso aberto e, é desenvolvido num conjunto que soma todas as outras tarefas de pesquisa, ensino e extensão de um pesquisador. Desse modo, inclui enorme abrangência de atividades e conhecimentos especializados que vão desde a avaliação da qualidade científica e do conhecimento amplo sobre a área, ao domínio instrumental das etapas de formatação e revisão, de técnicas de divulgação científica e de estratégias para indexação (OLIVEIRA et al, 2020), sendo todo esse processo de forma gratuita, o que estimula e demarca a atuação dos corpos editoriais de maneira voluntária. Esse sistema, inserido na conjuntura do capitalismo acadêmico, é atravessado pela lógica da precarização e conta com uma enorme falta de políticas públicas e de reconhecimento do trabalho editorial em periódicos. Dessa maneira, ocorre a dificuldade dos próprios editores enxergarem a atividade editorial para além da contribuição científica e acadêmica, não o reconhecendo como uma atividade laboral.

É necessário que os editores e as comunidades acadêmicas lutem pelo reconhecimento da atuação no campo da produção editorial científica e pela devida manutenção dos recursos financeiros, didáticos

e científicos para o funcionamento do processo editorial de modo democrático. Afinal, o trabalho dos editores científicos é fundamental para a ciência brasileira, principalmente no contexto atual, marcado pela resistência acadêmica e científica diante das investidas neoliberais de esvaziamento da educação brasileira.

### **A conjuntura da produção e divulgação científica brasileira**

Construir e manter um periódico científico, envolve, entre muitas questões, recursos financeiros, disponibilidade de ferramentas e de pessoas especializadas para o trabalho, aspectos considerados centrais para o desenvolvimento da produção científica no Brasil, e que são os mais afetados pela falta de investimentos na área. Desde a terceira edição, a Revista enfrenta o desafio de produzir em modalidade remota, como medida de proteção a pandemia de Covid-19, num cenário em que não só o vírus Sars-Cov-2 atrapalha a ciência, mas uma série de ataques, a produção de desinformação e o negacionismo têm provocado um desmonte ao campo científico brasileiro.

Em 2021, a produção científica foi amplamente afetada pelo “apagão na ciência”, um evento em que a plataforma Lattes, principal plataforma que armazena dados e currículos científicos brasileiros<sup>9</sup> e coordena sistemas de pesquisas federais, ficou indisponível por mais de duas semanas, sob o risco da perda dos dados administrados por ela. Perda que só não ocorreu devido a backups dos dados realizados antes do acontecido. A plataforma Lattes é coordenada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e responsável por armazenar dados de pesquisas realizadas e em andamento no país, entre outras funções, de modo que a sua indisponibilidade de acesso, culminou na paralisação de diversas atividades de produção científica no período do apagão, incluindo as atividades dos periódicos científicos que necessitavam de informações como, por exemplo, sobre os currículos de seus autores. As causas do apagão foram atribuídas a um erro na gestão da interface do sistema de gerenciamento das informações, administrada por uma empresa privada de gerenciamento de dados contratada pela CNPQ. Além de pautar um conjunto de discussões acerca do descaso com a área de educação e pesquisa, o ocorrido evidenciou a negligência por parte dos órgãos estatais para com as atividades de pesquisa do país. Embora, o acesso à

<sup>9</sup> Ver em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-04/apagao-na-ciencia-deixa-cientistas-sem-documento-de-identidade.html>

plataforma tenha sido restabelecido e os dados conservados, o episódio revela as fragilidades no tratamento das áreas da ciência, pesquisa e educação no Brasil, e a urgência em promover debates acerca dos impactos causados na divulgação científica e no próprio exercício da ciência, por meio da pesquisa.

O apagão foi um dos diversos fenômenos decorrentes de um conjunto de cortes de recursos financeiros, promovidos por instituições de alta relevância como a Presidência da República, os Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em que a Educação foi um dos campos mais atingidos, principalmente nas áreas das ciências humanas.

Nesse contexto de grandes cortes orçamentários que afetaram a permanência dos estudantes e a produtividade dos profissionais da área, manter os trabalhos de editoração foi um grande desafio. Entretanto, num momento em que a ciência é muito prejudicada, também muito se exige que ela esteja presente, por isso, continuamos, mesmo que com edições mais enxutas e com equipes menores, dando seguimento ao importante instrumento de formação e divulgação que é a Planície Científica. Adaptando-nos ao modelo remoto, produzimos eventos online com a participação de todo o corpo editorial e com parcerias importantes com outros setores da universidade, o que ajudou a impulsionar a presença da revista na comunidade universitária mesmo num momento de distanciamento.

Segundo Martins (2002),

O periódico científico, como veículo de comunicação, desempenha papel fundamental para a promoção e busca de reconhecimento de publicadores, editores e, principalmente, autores, já que o ato de publicar artigos é exigido pelos pares como prova definitiva de prestígio e efetiva atividade em pesquisa científica do autor. (MARTINS, 2002)

Nesse sentido, acreditamos que o trabalho realizado pela Revista em questão seja de contribuição fundamental para toda a comunidade acadêmica e a sociedade no geral, e a experiência de atuar como editores executivos significa um grande crescimento nas nossas carreiras, pois representa um acúmulo de conhecimentos e práticas que serão de muita utilidade para a continuidade de nossa atuação enquanto pesquisadores e cientistas sociais.

De um ponto de vista geral, a criação de mais revistas discentes nas universidades brasileiras pode ser um caminho para fortalecer a formação de nossos cientistas e criar mais condições de comunicação entre a universidade e a sociedade, para que o conhecimento científico, se multiplicando em níveis mais iniciantes da pesquisa, forneça à comunicação científica uma maior distribuição e abrangência.

Para Santos (2010), é preciso que se incentive produções acerca da situação dos periódicos científicos brasileiros, em especial os de caráter discente e nas Ciências Sociais, sobre os quais há poucas produções de pesquisas e generalizadas, restando importantes, mas poucas produções acerca de periódicos específicos. Para isso, é necessário que as Universidades e suas comunidades e instituições e agências de fomento à produção científica, se mobilizem em busca de maiores investimentos e reconhecimento desse trabalho tão necessário e urgente à ciência brasileira. Desse modo, organizar instrumentos de comunicação e divulgação científica num momento crítico da ciência brasileira e mundial, que vê questionada sua legitimidade por líderes de Estado e vê suas verbas de financiamento caindo drasticamente em nível nacional, é promover uma postura de democratização do conhecimento e enfrentamento de posturas obscurantistas em nossa sociedade.

### **Considerações finais**

Consideramos que nossa trajetória enquanto editores executivos da Revista Discente Planície Científica foi de muito crescimento acadêmico, pessoal e profissional do ponto de vista individual, e mais do que isso, representou um trabalho de fundamental importância para o curso de Ciências Sociais, no sentido de desenvolver uma ferramenta de referência ao corpo discente para que pudessem, desde sua formação, atuarem como pesquisadores e comunicadores científicos, promovendo a integração dos alunos com o curso e com a comunidade científica. Dessa forma, a Revista possibilitou e possibilita aos graduandos não só da UFF, mas de todo o país, tal como mostra a diversidade de origem de seus trabalhos publicados, a prática de pesquisa, a produção de texto, a revisão e a publicação, etapas fundamentais para a construção de uma ciência coletiva e responsável, que se proponha a construir entendimento, reflexão e solução para toda a sociedade.



A construção da revista discente é uma forma importante de colocar em prática a educação superior como política pública, na medida em que desde a formação, o cientista estudante já promove uma contrapartida ao investimento realizado pelo poder público, que deve ser cada vez maior, tendo em vista algo que a pandemia fez questão de ressaltar: a necessidade do conhecimento do mundo em que vivemos, seus fenômenos e mecanismos, entres eles a sociedade e as relações sociais.

### **Referências bibliográficas**

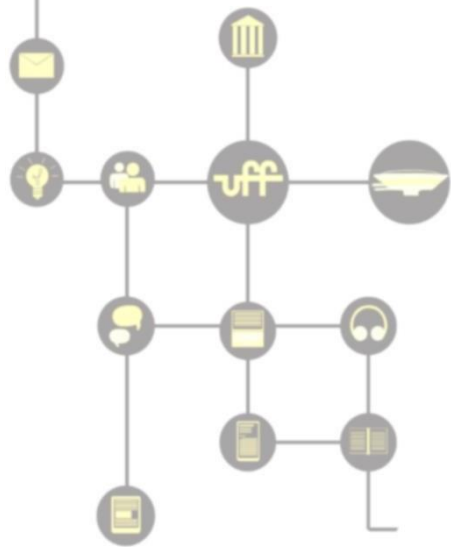
DE ALMEIDA, Cíntia Reggiane Cordeiro; DE CASTRO, Edjael Muniz. A Importância da produção científica nas Universidades. In: XIX Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (EREBD). 2016.

MARTINS, G. A. Considerações sobre os doze anos do Caderno de Estudos. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 13, n. 30, p. 81-88, 2002.

OLIVEIRA, Thaianie et al. E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia. Revista Contracampo, v. 39, n. 2, 2020.

SANTOS, Solange Maria dos. Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades: mapeamento das características extrínsecas. 2010. 176f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de São Paulo, 2010.

TRZESNIAK, Piotr (2009): A estrutura editorial de um periódico científico. In: A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, S. H. Koller (Orgs.) Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica (p. 87-102). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.



<sup>1</sup>Agradecemos os editores e as editoras da Revista Ensaaios pela oportunidade de construirmos esta reflexão, aos/ às nossos/as colegas da equipe da Áskesis: Ana Carolina dos Anjos, Eduardo Rossler, Fernando Guimarães, Jade Cavalli, João Pedro Volante, Karina de Camargo, Milena Silva e Roselene Breda pela dedicação e parceria e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar pelo apoio.

<sup>2</sup>Foi editor chefe da Áskesis entre abril de 2019 a setembro de 2021. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, SP e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo da Bauhaus Universidade de Weimar, Alemanha.  
E-mail: [thallesvbreda@gmail.com](mailto:thallesvbreda@gmail.com).

<sup>3</sup>Foi editora da Áskesis entre abril de 2019 a setembro de 2021. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, São Carlos, SP.  
E-mail: [acsabadin@gmail.com](mailto:acsabadin@gmail.com).

**COMO CITAR:** BREDA, Thalles Vichiato; SABADIN, Ana Carina. "Na tessitura da experiência: notas sobre o fazer editorial na Revista Áskesis". In: Revista Ensaaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 141-153.

<sup>4</sup>A Áskesis, desde sua criação, é divulgada em meio digital. Sendo assim, seu processo editorial dispensa algumas etapas quando comparado ao das revistas impressas. Sobre as diferenças entre editoração impressa e digital, consultar Gruszynski, Golin e Castedo (2008).

## Na tessitura da experiência: notas sobre o fazer editorial na Revista Áskesis<sup>1</sup>

Thalles Vichiato Breda<sup>2</sup>

Ana Carina Sabadin<sup>3</sup>

### O artesanato editorial

Este relato de experiência visa aproximar leitores e leitoras do fazer editorial de uma revista acadêmica – um alcance que, à primeira vista, nos parecia simples. Durante dois anos e meio, estivemos à frente da equipe editorial da Áskesis – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, o que nos permitiu apreender parte do léxico da editoração, das regras e códigos desta ponta da divulgação científica.

Perpassar o fluxo de um texto das etapas de submissão à publicação implica em destrinchar as etapas de desk review, designação de pareceristas, avaliação, edição do texto por parte dos autores e autoras, nova rodada de avaliação, revisão de gramática e ABNT, diagramação, leitura de prova e publicação<sup>4</sup>. Cada uma delas, por sua vez, é preenchida por um conjunto de pequenas outras etapas que dependem de contribuições e expertises diversas. Enfrentam ademais, desvios de rota, idas e vindas, encontros e desencontros entre prazos, avaliadores e e-mails.

Assim, o fazer editorial também acontece fora dos contornos desse fluxo de avaliação. A revista precisa circular para atrair submissões e cumprir sua função de divulgar a produção científica. Compreender o que é o Qualis Periódico e como funcionam os indexadores e o Digital Object Identifier System (DOI) entraram na lista dos nossos desafios logo de início, junto a outras tantas tarefas que não estavam detalhadas em tutorial algum.

"Gerir" todo esse fluxo de desvios, mãos e ideias, ao longo de nossa travessia enquanto editor-chefe e editora na Áskesis, aos poucos, demandava estratégias que ultrapassassem a apreensão do léxico, das regras e códigos. Existe uma dimensão prática, da experiência, das tentativas de encaixe e desencaixe de peças que conectam essas etapas. Um ofício que é minucioso e, feito um artesanato, se faz em seu exercício – como bem nos ensina Wright Mills (1982), sociólogo que nos inspira na construção desta reflexão.

Amparando-nos nas experiências cultivadas desde essa nossa travessia, é que propomos discorrer sobre o fazer editorial. Nesse sentido, não traçamos uma discussão instrumentalizada sobre a gestão editorial de uma revista discente – pelo contrário, partimos de situações mais concretas, buscando apresentar os entraves e as saídas encontradas no tecer dessas experiências.

## O universo editorial discente e a *Áskesis*

as·ce·se (Etimologia grega: *áskēsis*)

sf

1.FILOS. Na concepção clássica, conjunto de normas práticas de conduta que, com rigorosa disciplina e abstenção de qualquer autoindulgência quanto aos prazeres do corpo e do espírito, possibilitariam alcançar o fortalecimento intelectual na busca da verdade, de forma a atingir o ideal grego de perfeição. (Dicionário online Michaelis, n.p.).

As revistas acadêmicas são um dos principais meios tradicionais de divulgação científica<sup>5</sup>. Como apontado por Silva (2006), a divulgação científica nasce junto com a própria ciência e, no caso dos periódicos científicos, é justamente o processo de divulgação via periódicos que garante legitimidade e certa circulação entre a sociedade, como apontam Gruszynski, Golin e Castedo (2008, p. 4):

O periódico científico, no processo de comunicação da ciência, funciona como uma das instâncias de consagração. Ao atuar como um filtro seletivo, reproduzindo as sanções e exigências próprias do campo científico, confere valor às pesquisas e as situa no seu grau de originalidade em relação ao conhecimento já acumulado em determinada área do conhecimento.

Parte fundamental deste processo é a revisão às cegas por pares (double-blind peer review), que visa construir uma legitimidade do que se entende por ciência contemporaneamente. Em outras palavras, um estudo ganha uma legitimidade científica quando reconhecido pelos pares no processo de editoração. Para realizar tal tarefa, é preciso colocar em prática a *áskesis*, não no sentido estrito e positivista da busca pela “verdade”, mas como um conjunto de normas e práticas de condutas que, com rigorosa disciplina e metodologia, nos possibilitem alcançar o fortalecimento intelectual e científico. É neste sentido que, em

<sup>5</sup> Podemos compreender que a divulgação científica, longe de representar um tipo específico de texto, diz respeito à forma como o conhecimento científico é produzido, formulado e como ele entra em circulação em um grupo social ou na sociedade. Neste emaranhado, há todo um conjunto de representações e valores sobre a própria ciência, os textos que são compreendidos como científicos e a produção de todo um imaginário que diferencia e legitima um conhecimento em relação a outro (SILVA, 2006).

2012, um grupo de discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar construiu a revista *Áskesis*, visando fortalecer o campo científico da Sociologia e áreas afins, também entre os estudantes.

É válido pontuarmos duas circunstâncias especiais que colaboraram para sua fundação. A primeira insere-se na temática citada, a busca pela produção, divulgação e legitimidade científica, no caso, do então recém-formado Departamento e Programa Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, que completava cinco anos na época. Um ano antes da criação da *Áskesis*, o corpo docente lançava também a *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. Dessa forma, a inauguração de uma revista discente ajudaria a ampliar as formas de divulgação dos trabalhos ali produzidos e colaborar, ademais, com sua consolidação. Como apontado por Gruszynski, Golin e Castedo (p.4, 2008):

[...] as revistas são utilizadas como indicadores para avaliação de cursos de pós-graduação, concessão de bolsas, progressão funcional, entre outros. Atuam como índices nos sistemas de julgamento que configuram as estruturas institucionais de pesquisa e, conseqüentemente, dos mecanismos decisórios de poder e distribuição de verbas destinadas a ela.

A segunda circunstância, de caráter mais amplo, refere-se ao contexto político vivenciado no país, o período Lulista (SINGER, 2012), que possibilitou a expansão da Ciência brasileira. Como mostra Zanlorenssi e Sousa (2021), entre 2005 e 2015, tal expansão dá-se pelo aumento gradual de investimentos destinados à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em contrapartida, com os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, os investimentos caíram rapidamente, levando assim o orçamento de 2021 (3,6 bilhões de reais), já considerando a inflação, a apresentar um encolhimento de 73,4% em relação ao orçamento de 2015. Neste sentido, é importante frisar como o contexto político tem forte capacidade de interferir nos mecanismos de produção e divulgação científica.

Um dos desafios para o bom funcionamento de uma revista acadêmica perpassa, portanto, a escala macro, como financiamento

federal às ciências e às universidades, como por negociações das fatias orçamentárias dentro do próprio departamento ou instituto, que variam de gestão para gestão. Imersos nessas circunstâncias, os recursos financeiros destinados à Áskesis também sofreram oscilações. A estratégia dos discentes, frente a isso, consistia em assumir voluntariamente as tarefas complementares ao fluxo de avaliação dos artigos, tais como a diagramação, a revisão gramatical e de ABNT.

Atualmente a revista é composta por onze membros, sendo eles divididos entre os cargos de editor-chefe, assistente editorial, editor de seção, revisoras textuais, coordenadora de comunicação, assistente de arte e comunicação e coordenadora de eventos. Entretanto, a participação dos discentes do PPGS/UFSCar não se restringe à equipe editorial. Há uma preocupação constante para que alunos e alunas se envolvam de outras maneiras, haja vista que manter o funcionamento de uma revista acadêmica requer a contribuição de mãos e ideias externas à equipe editorial.

No ano de 2019 e 2020, por exemplo, incentivamos a participação de discentes na composição do corpo de pareceristas e na organização de dossiês por meio de editais. Nesse período, contamos com 25 pareceristas do corpo discente do PPGS/UFSCar; e, para os dossiês, oito discentes dividiram-se na organização de três dossiês. Além disso, há uma participação no tocante à publicação na revista: em levantamento realizado entre 2017 e 2021, das 123 publicações, 34 foram de discentes do nosso PPGS.

No intuito de ampliarmos o alcance da revista, também entre discentes de outras universidades e programas, já no contexto de pandemia, propusemos a criação do Mosaico Sociológico e dos Ciclos Formativos – eventos que, no momento, seguem de forma remota. O primeiro consiste em uma mesa-redonda que visa apresentar o cruzamento de trajetórias entre docentes, discentes e ex-discentes do PPGS, vinculados a uma mesma linha de pesquisa. O intuito do Mosaico é o de apresentar possibilidades teórico-metodológicas através dessa partilha de experiências e, assim, contribuir com nossa imaginação sociológica frente à interpretação do contexto em curso e à condução das nossas próprias pesquisas.

Já os Ciclos Formativos propõem a realização de oficinas, ministradas por integrantes da equipe da Áskesis, tratando de temáticas vinculadas à escrita científica, tais como o cumprimento da norma culta da língua portuguesa, bem como as normas ABNT – pautas do nosso primeiro ciclo, conduzido pela doutora Ana Carolina da Costa dos Anjos.

### **Da nossa travessia...**

Em abril de 2019, quando resolvemos assumir a gestão da Áskesis, sabíamos que a condução de suas atividades estava comprometida tanto pela escassez de auxílio financeiro quanto pela equipe editorial bastante reduzida. O primeiro desafio seria finalizar uma edição em andamento e começar a reestruturar a equipe. A princípio, a equipe foi composta por dois discentes. Logo em seguida, o convite para compor essa gestão foi estendido a outros dois colegas, tendo uma delas já trabalhado como assistente editorial na Revista Contemporânea, e o outro como editor na Florestan, a Revista da Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

Entretanto, tudo era muito novo e ainda estávamos incertos de como colocar a revista para funcionar, embora não nos faltasse vontade e dedicação. Foi neste meandro de incertezas que publicamos o primeiro volume assinado pela nova equipe (REVISTA ASKESIS, 2018). De início, as funções ainda não estavam muito definidas. Além de nos debruçarmos nos tutoriais do sistema utilizado pela revista, cada um ajudava como podia, assumindo o fluxo das avaliações, revisões textuais, produção de conteúdo, divulgação midiática e diagramação.

Uma das principais preocupações naquele momento era colocar as submissões da revista em dia e organizar internamente o sistema, sobretudo recuperando a lista de pareceristas cadastrados e compreendendo o fluxo das avaliações que já estavam em andamento no sistema.

A essa altura, já havíamos lançado um edital que circulou entre os e as discentes do PPGS/UFSCar, visando à seleção de novos/as integrantes para assumirem as tarefas da revista. Além de novos/as pareceristas, conseguimos atrair discentes para contribuírem com a nossa equipe editorial nas funções de revisão de gramática e ABNT, assistente de comunicação e editor/a de seção.

Cumpridas essas etapas de reconhecimento da situação da revista, a integração de novos membros e a posterior retomada do fluxo das avaliações, sentimos a necessidade de acrescentar algumas diretrizes a serem seguidas pela própria equipe editorial que estava se formando. A principal delas dizia respeito à organização dos futuros volumes da revista. Vislumbramos abarcar uma maior variedade de temáticas, além de alcançar a produção sociológica de outras instituições, expandindo as fronteiras do estado de São Paulo.

A primeira dessas diretrizes, amplamente conhecida pela comunidade editorial, era de que apenas um terço das publicações dos discentes ou docentes internos ao nosso PPGS que passassem pelo processo de double-blind peer review seria publicado por volume. Tal regra obteve êxito. Se observamos as publicações anteriores à nossa gestão, entre 2017 a 2019, a porcentagem de publicações internas era de 41%. Em nossa gestão, essa taxa ficou em cerca de 20%. Entretanto, para conseguir que mais pessoas externas ao programa enviassem artigos para avaliação, era preciso ampliar o alcance da revista. Assim, focamos em formas de divulgação – tanto para chamadas, quanto para divulgação das edições.

Para tanto, uma das estratégias utilizadas consistia na criação de uma lista de e-mails dos institutos/departamentos de Sociologia e Ciências Sociais de todo o Brasil, assim como de alguns departamentos de humanas da América Latina. Também passamos a divulgar nossas chamadas em inglês, visando alcançar um público maior. Reativamos o perfil no Facebook e criamos um perfil no Instagram. O resultado dessas estratégias pode ser observado em nossa Edição Especial (In)cômodos (BREDA, et. al, 2020), lançada no contexto da pandemia, na qual tivemos oito artigos publicados da região sudeste, três da região nordeste, um da região sul e um da região centro-oeste. Embora ainda haja uma predominância da região sudeste, outras três regiões também puderam ser contempladas.

Uma segunda diretriz abrangia as temáticas e a organização dos dossiês. Optamos, nesse momento, pela divulgação de editais entre os e as discentes do PPGS/UFSCar, abrindo a possibilidade para que convidassem membros externos ao programa a contribuírem com a construção e condução da proposta de dossiê. Desta maneira,



poderíamos evitar negociações internas à Revista para a escolha dos próximos organizadores e temáticas.

A fim de contemplar uma maior amplitude de temas, delineamos no edital alguns critérios. O primeiro deles era a prioridade de temas que não haviam sido tratados pelos dossiês publicados nos dois anos anteriores na Revista. Ademais, um segundo critério, sugerido pelo então coordenador, o prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran, objetivava propor que o tema dos dossiês contemplasse ao menos dois grupos de pesquisa do nosso programa. Por consequência, evitaríamos o monopólio da organização em apenas um grupo e, ao mesmo tempo, geraríamos temáticas e diálogos transversais.

O primeiro dossiê que segue este modelo, publicado no volume 9, número 1 em 2020 é intitulado: “Entre fronteiras: as juventudes negras e o conflito urbano contemporâneo”, contando com a organização de Engel Rodrigues, Janaina Maldonado, Luana Ruy e Simon Jara, membros do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas, coordenado pela profa. Dra. Luana Dias Motta, e do grupo Textura da experiência: Sociologia e Estudos da Diáspora Africana, coordenado pela profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros (REVISTA ÁSKESIS, 2020).

### **Agregando novas peças**

As trocas de experiências e o comprometimento de toda a equipe, colaboradores e colaboradoras, fomentam um ambiente mais coeso de trabalho. Com o passar do tempo, conseguimos ampliar a equipe, e as funções começam a ganhar contorno, o que possibilita a criação de um núcleo de editores de seção, um núcleo de revisão textual e um núcleo de produção e divulgação midiática. Com novas pessoas engajadas, passamos a resolver as pendências com agilidade e, então, tornou-se possível dedicar a atenção para outras questões da revista, como a reformulação do seu logo e layout.

Figura 1. Atualização do logo



Fonte: Acervo da Áskesis.

Figura 2: Atualização do Layout



Fonte: Acervo da Revista Áskesis (2018, 2019).

Com essas atualizações no layout, buscamos trazer um aspecto mais moderno, que também permitisse que a leitura ficasse mais fluída. Outros elementos importantes também são acrescentados. Na primeira página do artigo, no topo esquerdo, por exemplo, adicionamos o título da seção, no topo direito, o ISSN da revista e o DOI do artigo. Tornamos obrigatório que a primeira nota de rodapé apresentasse o/a autor/a, junto a sua instituição, e-mail e número do Orcid. Seguindo as recomendações de padronização de publicação acadêmica, a partir da segunda página, de modo intercalado, na parte superior da página, consta-se o nome do(s) autor(es) e o título do artigo. Na última página

do artigo, também optamos por repetir as informações de ISSN e DOI, assim também como acrescentamos “Como citar este artigo”, seguindo as normas da ABNT. Deste modo, para leitores e leitoras que desejarem citar o artigo neste formato, basta copiar as informações disponibilizadas. Essa estratégia foi utilizada na medida em que as revistas e autores dependem dos índices de métricas de citação. Uma citação feita de modo incorreto não contabiliza para o indicador. Assim, fornecendo a citação adequada, elimina-se o risco de não ter a citação contabilizada.

Um segundo avanço possível devido à reestruturação da equipe, a delimitação dos cargos e as trocas de experiências, foi dar maior atenção à divulgação online para além do próprio site da revista, hospedado na plataforma OJS. Como argumenta Porto (p. 151, 2009):

A forma interativa de disponibilizar informações e conhecimentos on-line marca um novo desenho de comunicação. O vasto repositório de informações tornou-se acessível ao grande público leitor. Acredita-se que a divulgação científica on-line poderá viabilizar uma maior proximidade entre a ciência e o senso comum.

A Internet está estabelecida como um importante suporte de divulgação. O crescente número de sites deste tipomarca uma mudança importante nos processos de produção, veiculação e consumo das notícias. Alteram-se de forma radical todo o dinamismo e velocidade da produção e circulação da informação.

Sabendo da importância das redes sociais, visamos utilizá-las tanto para impulsionar nosso conteúdo quanto para os leitores, assim como também como buscar novos autores e autoras para publicarem com a gente. Os meios de circulação do conteúdo são uma etapa fundamental dentro da produção e divulgação científica. Neste sentido, buscamos reativar e dar manutenção às mídias sociais como o Facebook e Instagram. Para isso, algumas estratégias também são adotadas, como manter uma periodicidade de publicações semanais, divulgar nossas chamadas e lançamentos em diversos grupos acadêmicos presentes nas mídias sociais. Optamos, ademais, pela divulgação individual de trabalhos que compõem as edições lançadas. Pensando ainda em visibilizar publicações mais antigas, criamos publicações regulares intituladas “Arquivo Áskesis”, em que uma vez por semana algum artigo das edições anteriores é exibido na nossa timeline. Outras publicações

como “Motivos para ser parecerista”, “Conheça nossa equipe”, “Da submissão a publicação: você conhece quais são os passos do fluxo de trabalho da Revista Áskesis?”, “Qual a diferença entre dossiê e fluxo contínuo”, “Vocês conhecem nossas regras para submissão?”, estas últimas focadas em um caráter mais instrutivo, partindo de dúvidas recorrentes em nossa caixa de e-mails.

A visibilidade da revista passou a aumentar desde que reativamos as mídias sociais e insistimos em publicações regulares (ao menos duas ou três vezes na semana). Os gráficos gerados pelo Facebook demonstram que antes de agosto de 2019, as postagens da página não atingiam mais do que 20 visualizações, em dezembro de 2020 tivemos postagens que alcançaram quase 200 visualizações. Com as postagens regulares houve um crescimento de curtidas, saindo de cerca de 1.200 (em abril de 2019), para quase 2 mil curtidas (em novembro de 2021). Nosso perfil no Instagram, criado há cerca de um ano e meio, conta atualmente com cerca de 600 seguidores. Também lançamos uma breve coluna editorial em todas as edições da revista como forma de expressão e diálogo da equipe editorial com nossos leitores e leitoras.

Em paralelo às estratégias de divulgação e reformulação do layout da revista, foi possível também nos dedicarmos à implementação do DOI (Digital Object Identifier System) – tarefa que nos lançou alguns desafios desde o início. O primeiro deles era de origem financeira. Uma vez que a revista não cobra de seus autores e leitores nenhuma taxa de publicação ou acesso, era preciso ter outra fonte que garantisse o pagamento do DOI – realizado por artigo e em dólar. A coordenação do PPGS/UFSCar passou a assumir a responsabilidade de arcar com essa despesa, e nosso segundo desafio constituía-se em aprender como funciona e se realiza a implementação do DOI. Em diálogo contínuo com um dos representantes da Associação Brasileira de Editores Científicos<sup>6</sup> (ABEC), apresentando-nos pelo Portal de Periódicos da UFSCar, firmamos um contrato e avançamos no aprendizado da etapa de implementação.

Outro avanço importante, e que estava dependente de financiamento regular, dizia respeito à utilização de um Software de anti plágio licenciado, trazendo uma maior seriedade e segurança nos processos de avaliação dos textos recebidos daí em diante.

<sup>6</sup> A ABEC tem um importante papel na centralização, produção e divulgação de normas relativas à publicação e revistas acadêmicas. Ao longo da nossa gestão, alguns membros participaram de processos formativos importantes oferecidos pela instituição, como palestras e congressos com a finalidade de aprenderem e aprimorarem o processo de editoração.

Vale lembrar que deixamos registradas algumas recomendações às próximas gerações da Áskesis, que foram construídas coletivamente. A primeira delas é a manutenção de reuniões periódicas e o contato frequente entre toda a equipe. O trabalho de editoração é complexo e exige uma dedicação contínua. Tais apontamentos, na nossa leitura, contribuem para que as tarefas e a carga exaustiva de trabalho sejam mais bem distribuídas e refletidas.

Outras recomendações tocam na manutenção das publicações e dossiês com temáticas e os organizadores diversificados; nas tentativas de promover o envolvimento de discentes e de docentes do programa nas atividades da revista; na busca por recursos financeiros regulares e, por fim, no acompanhamento das discussões sobre as revistas acadêmicas em âmbito nacional.

### **Notas finais: desafios da gestão editorial das revistas discente**

Quando iniciamos nossa travessia pelo fazer editorial, não imaginávamos a quantidade de processos envolvidos desde a submissão de um texto até sua publicação final. Olhando de fora, sempre nos pareceu muito mais simples e não entendíamos, por exemplo, por que um texto leva certo tempo para ser avaliado e publicado. Uma das questões mais complexas neste processo é o papel exercido pelos avaliadores. Como exigir um parecer rápido no processo avaliativo na medida em que os avaliadores trabalham de modo voluntário e estão imersos em tantas outras tarefas que o mundo acadêmico e científico demanda? Seria possível agilizar o processo editorial?

Neste sentido, para além dos nossos esforços em reformular a revista, por meio dessa experiência, a nossa visão sobre o mundo das publicações também se modificou. Percebemos como a revista científica e o processo editorial são extremamente centrais no cotidiano de discentes, docentes e pesquisadores e, ao mesmo tempo, tão desconhecidos por todos nós. Para aqueles que pretendem construir um percurso no campo da ciência, realizar publicações é uma das principais exigências e que não se limita à legitimidade e divulgação de seus estudos, mas também garantem, por exemplo, pontos em concursos, progressão da carreira e prestígio social.

Neste contexto, os desafios do fazer editorial não se restringem às questões de financiamento ou do artesanato editorial realizado de

modo voluntário pelo comitê que precisa sempre se reinventar, ser polivalente para dar conta das inúmeras e distintas tarefas deste complexo processo. Também houve dificuldade em compreender o que e como deveria ser feito o processo de editoração visando sempre melhorar a qualidade da revista e sua avaliação externa, como por exemplo a métrica Qualis. Embora existam publicações e manuais sobre boas práticas e ética editorial, eles funcionam mais como indicativos e sugestões – não há muitas informações centralizadas, institucionais, públicas que nos ajudem nessa tarefa, ficando a cargo de cada revista definir suas próprias regras. Uma das estratégias foi consultar os sites e as práticas editoriais de revistas bem conceituadas na métrica Qualis.

Assim, alguns desafios residem, portanto, para além da própria revista: eles se encontram no campo institucional do mundo editorial, no entendimento de como se constroem os indicadores de produção e “qualidade” acadêmica que ditam quais revistas e instituições são mais prestigiosas e quais deveriam receber mais financiamento público.

Outros desafios com os quais as revistas acadêmicas precisam lidar, de modo geral, são os novos parâmetros que correspondem aos “direitos autorais & acesso livre” e à “ciência aberta”, assim como também às novas formas de publicação que têm ganhado cada vez mais legitimidade: ahead of print e “publicação contínua”. Soma-se a isso a necessidade de apresentar uma política precisa sobre o que cada revista considera como plágio e autoplágio.

Na esteira desses questionamentos, aproveitamos para agradecer a Revista Ensaio, que por meio do “IV Fórum Revistas Digitais de Discentes em Ciências Sociais”, realizado no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, tem promovido um espaço importantíssimo para que possamos discutir nossas experiências, lançar luz nas “regras do jogo” e, por que não, também as produzir.

### **Referências Bibliográficas**

ASCESE. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ascese/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BREDA, Thalles Vichiato; et al. (Orgs.). (In)cômodos. São Carlos: Áskesis, v. 9. n. Edição Especial, 2020. Disponível em

<https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/issue/view/23>.

Acesso em: 14 nov. 2021.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; CASTEDO, Raquel da Silva. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de periódicos científicos. In: E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. [Porto Alegre]. Vol. 11, n. 2, maio/ago. 2008, p. 1-17.

MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. In:\_. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 211-243. NAMARGEM - Núcleo de Pesquisas Urbanas. Disponível em: <http://namargem.ufscar.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

PORTO, Cristiane de Magalhães. A internet e a cultura científica no Brasil: difusão de ciência. In: PORTO, Cristiane de Magalhães (Org.). Difusão e cultura científica: alguns recortes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 149-165. REVISTA ÁSKESIS. São Carlos, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/issue/view/17>. Acesso em: 14 nov. 2021.

REVISTA ÁSKESIS. São Carlos, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/issue/view/24>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica. In: Ciência & Ensino, vol. 1, n. 1, dez. 2006, p. 53-59.

SINGER, Singer. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, 276 p.

TEXTURAS da Experiência: Sociologia e Estudos sobre a Diáspora Africana. Disponível em: <https://texturasdaexperienciasociologia.home.blog/https-texturasdaexperienciasociologia-home-blog-pesquisadorxs/>. Acesso em 13 nov. 2021.

ZANLORENSSI, Gabriel; SOUZA, Caroline. Orçamentos da Capes e do CNPq caíram 73,4% desde 2015. In: Nexo. 20 de out de 2021(atualizado 26/10/2021 às 16h53). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2021/10/20/Or%C3%A7amentos-da-Capes-e-do-CNPq-ca%C3%ADram-734-desde-2015>. Acesso em: 10 nov. 2021.



## O que significa classificar? A relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral, Vol. 1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)*. 2020. 1º ed, Editora Vozes.

Tarik Dias Hamdan<sup>1</sup>

Pierre Bourdieu, um dos principais autores do século XX, é conhecido por apresentar uma teoria sociológica de difícil compreensão para o público de maneira geral. Contudo, conceitos como campo, capital e habitus, cunhados pelo escritor, se tornaram repertório comum entre os pesquisadores da área.

Em contraposição à linguagem difícil de outras obras, o curso transcrito e intitulado *Sociologia geral, vol. 1: lutas de classificação*<sup>2</sup>, recém publicado no Brasil, possui oito aulas que pretendem descrever e explicar a especificidade do fazer sociológico no processo de compreensão dos seus objetos. Enquanto as primeiras quatro aulas versam sobre os problemas da teoria sociológica de sua época, as últimas se centram nas contribuições de Bourdieu para superar os desafios colocados. Ademais, o livro faz parte de um conjunto de mais de quatro volumes que serão publicados posteriormente e que completam o curso de introdução à sociologia<sup>3</sup> do autor.

Em relação ao contexto histórico em que o curso foi produzido, Bourdieu havia acabado de publicar duas de suas mais importantes obras, sendo elas *A distinção: crítica social do julgamento* (2007) e *O senso prático* (2011). Como resultado, ocupou a cátedra de Sociologia do Collège de France e ministrou nos seus primeiros cinco anos o curso que deu origem a esse livro (WACQUANT, 2012).

Segundo Bourdieu, apesar de se chamar “Curso de Sociologia geral”, as aulas podem ser compreendidas como uma introdução à sua teoria sociológica e suas reflexões sobre a capacidade que têm as ciências sociais de produzir classificações científicas sobre a realidade. Mais especificamente, o fio norteador do autor é entender a singularidade do fazer sociológico ao tentar classificar um mundo onde os próprios agentes são classificadores. De certa maneira, o objetivo da teoria de Bourdieu pode ser melhor entendido situando o estado em que se encontrava a disputa intelectual e teórica na França até a década de 80.

<sup>1</sup>Graduado em ciências sociais pela UFRJ e mestrando em sociologia e antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Também é integrante do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA). Tem interesse nas áreas de Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica.

**COMO CITAR:** HAMDAN, Tarik Dias. “O que significa classificar? A relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu.”. In *Revista Ensaios*, v. 19, jul-dez, 2021, p. 154-160.

<sup>2</sup>*Sociologie Générale, vol. 1: Cours au Collège de France (1981-1982)* é o título original da obra.

<sup>3</sup>Estando disponível apenas em francês, os outros volumes procuram desenvolver mais a fundo os conceitos de sua teoria. Assim, enquanto o segundo versa sobre os conceitos de habitus e campo, o terceiro introduz a noção de capital. Em seguida, o quarto apresenta um desenvolvimento sobre a categoria de poder simbólico, deixando o último volume para apresentar o potencial analítico de sua teoria.

Se, por um lado, o país deu origem à tradição do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, ao mesmo tempo ganhava forças correntes teóricas como a fenomenologia, inspirada nos trabalhos de Jean-Paul Sartre. Em relação a primeira corrente, o autor a nomeia de objetivismo, visto a importância de distribuir os indivíduos segundo leis conhecidas apenas pelo pesquisador. Em contraposição, a fenomenologia, apelidada de subjetivismo, ressalta a capacidade criativa dos sujeitos, se negando a formular leis sociais mais amplas. Para Bourdieu, esta divisão no campo acadêmico se apresentava como uma falsa antinomia, podendo ser superada se levássemos a sério o significado de classificar o mundo social a partir das diferenças fundamentais entre as codificações operadas pelos atores no cotidiano e as do sociólogo.

Nesse sentido, em sua primeira aula, Bourdieu procura comparar o ato de classificar do cientista social com o de outras profissões, como o botânico. Diferentemente das ciências naturais, o sociólogo se depara com um mundo onde a realidade social se apresenta previamente classificada pelos agentes - um exemplo é a divisão entre masculino/feminino. Para o autor, a importância do ato de nomear está em uma capacidade de desconstruir a própria realidade, produzindo as propriedades da coisa nomeada e conferindo um estatuto ao objeto. Em vista disso, Bourdieu, se diferencia das correntes objetivistas, atribuindo uma maior agência aos indivíduos, sendo eles mesmos sujeitos classificadores e não apenas produto de leis sociais que os precedem.

Dessa maneira, ao não refletir sobre o ato de nomeação, a sociologia estruturalista tende a misturar as suas classificações com as divisões emprestadas da realidade. Ainda como agravante, Bourdieu argumenta que em toda classificação há o problema de quem possuirá autoridade para impor uma divisão. Como exemplo, o autor indica quais são as condições em que um insulto pode operar como classificador legítimo. Se o sujeito emissor não possui autoridade para fazê-lo, sua tentativa é fracassada, mas se o indivíduo é o "autor de sua autoridade", ou seja, possui legitimidade, sua classificação pode ser bem sucedida.

Em um certo sentido, Bourdieu, ao desenvolver esse argumento, dá continuidade às suas críticas feitas em *O senso prático* (2018) ao

estruturalismo. De maneira geral, os autores dessa corrente estariam transpondo o método das ciências físicas para o fazer sociológico. Em vista disso, não consideram relevante a capacidade classificatória dos próprios atores, tratando a realidade social de maneira homóloga à física.

Embora Bourdieu se posicione contra o objetivismo, o autor indica que esta seria a primeira etapa para se atingir um conhecimento científico. Desse modo, o sociólogo deve tentar fugir das estratégias de apresentação de si operadas pelos atores para construir indicadores objetivos. Tais indicadores devem permitir a distribuição das pessoas em um espaço social objetivo e independente do ponto de vista do observador. Caracterizando essa atitude, o autor afirma se tratar de um ponto de vista geometral, se assemelhando ao ponto de vista divino que olha a realidade social de fora e de maneira imparcial.

É evidente que Bourdieu, ao indicar a objetivação como primeira etapa, tem em mente demonstrar como a sua noção de campo como um espaço estruturado de posições ocupadas é um correspondente direto da sua exigência científica. A partir disso, o pesquisador conseguiria distribuir os agentes em um espaço social através de suas propriedades, e seria possível “prever os comportamentos e tomadas de decisão” (BOURDIEU, 2020, p. 78).

Um ponto de ressalva a se fazer é que, para Bourdieu, a simples objetivação leva inevitavelmente a uma ilusão intelectualista, que consiste em atribuir aos agentes sociais os conhecimentos que o pesquisador adquiriu após o ato de objetivação. O custo deste procedimento é sacrificar o entendimento sobre a lógica da ação dos indivíduos, se focando apenas nas regras implícitas que regem as relações. É necessário, portanto, entender também as classificações práticas como esquemas incorporados que funcionam no nível pré-consciente e permitem aos agentes atuarem no dia a dia.

A primeira tentativa de se integrar às classificações objetivas com as práticas teria sido feita pelo marxismo. Contudo, para Bourdieu, essa perspectiva falha ao oscilar entre uma teoria mecanicista ligada ao objetivismo, e uma espontaneísta de tradição subjetivista. Em relação à primeira, o autor afirma que a análise das propriedades objetivas, como

dono dos meios de produção ou vendedor da força de trabalho, se tornam definidores para entender o guia e a ação política. No segundo caso, o espontaneísmo, influenciado por uma leitura sartriana da classe operária, adere a um voluntarismo onde a compreensão da opressão muitas vezes está descolada das propriedades objetivas<sup>4</sup>, e toma a classe operária como pura vontade. Segundo Bourdieu, a dificuldade do marxismo em unir classificação objetiva e prática teria como um dos principais determinantes a própria divisão do trabalho entre cientistas e militantes. Assim, se faz com que a experiência ordinária dos atores não seja integrada ao estudo das propriedades objetivas, não conseguindo resolver o dualismo entre objetivismo e subjetivismo.

Na visão de Bourdieu, é possível resolver essa antinomia apontando que as classificações objetivas observadas pelo cientista fundamentam as classificações práticas dos agentes, ou seja, limitam e possibilitam as estratégias de classificação mobilizadas pelos atores. Um exemplo é a análise do autor sobre o gosto, sendo um esquema de classificação incorporado que serve para classificar, mas que “classifica aquele que classifica” (BOURDIEU, 2020, p. 93).

O conceito fundante que é capaz de fugir ao dualismo exposto por Bourdieu é nomeado de habitus, sendo um conjunto de disposições inconscientes que são “produtos da incorporação de estruturas e propriedades de posição que conduzem a práticas que reexprimem a posição em sua lógica” (BOURDIEU, 2020, p. 93). De maneira sintética, o habitus é uma noção mediadora que procura entender como a sociedade é depositada na pessoa e o como o indivíduo exterioriza aquilo que é incorporado.

A partir deste conceito, Bourdieu desfere uma das suas principais críticas ao marxismo. Se a tradição de Marx pensa a relação entre a posição objetiva e a ação como sendo mediada pela consciência, Bourdieu torna o habitus como mediador central entre esses dois termos.

A conclusão lógica da incorporação do conceito de habitus para a análise sociológica é entender que vários discursos e práticas são compatíveis com as mesmas disposições e, por isso, a ação dos grupos sociais deve ser entendida à luz das possibilidades e limitações impostas

<sup>4</sup> Nesta parte, Bourdieu se refere ao historiador Edward Thompson como um dos exemplos de leitura subjetivista.

pelo habitus. Nesse sentido, podemos entender que, para o autor, as ações classificatórias possuem uma autonomia em relação às suas posições objetivas, contendo, portanto, uma autonomia relativa. Para Bourdieu, essa independência abre espaço para uma concorrência entre as classificações e, portanto, a análise sociológica deve se focar nas lutas classificatórias empreendidas pelos sujeitos dentro de um campo.

Continuando a linha de raciocínio, Bourdieu aponta que as lutas de classificação operam com o objetivo de conseguir o monopólio do poder simbólico, sendo uma relação que pressupõe o reconhecimento de uma forma específica de conhecimento do mundo e a criação da realidade. Para o autor, ainda, o que permite a operação do poder simbólico é a aquisição do capital simbólico pelos indivíduos e grupos sociais. Definindo mais explicitamente, o capital simbólico é um estatuto social que permite que os indivíduos sejam ou não reconhecidos. Um exemplo é o sobrenome, que define se o sujeito possui ancestrais com prestígio ou não e, portanto, define a maneira como será tratado.

O principal objetivo das lutas simbólicas de classificação, para o autor, é a formação de identidades e a capacidade de fazer existirem grupos. Nesse sentido, o autor salienta que a existência de classes deve ser pensada não apenas na sua realidade em si (objetivamente), mas também na sua capacidade de construir simbolicamente suas próprias representações.

Então, para que a existência de um grupo social se realize, ela está condicionada à sua capacidade de acumular capital simbólico, sendo necessário objetivar e institucionalizar o capital nos corpos e nas coisas. Bourdieu, em suas últimas duas aulas, discorre sobre como esse fenômeno acontece, passando da objetivação através dos sobrenomes familiares que carregam reconhecimento até a institucionalização em organizações capazes de autorreproduzir o capital simbólico.

De maneira sintética, o acúmulo de capital simbólico de uma coletividade se realiza mediante uma procuração, ou seja, a capacidade que um grupo tem de se realizar nos corpos e nas coisas. Como sindicatos, partidos, Estado, família e líderes. Para Bourdieu, o cerne da questão é o fato de o grupo só poder apreender a sua imagem através da representação

que seus representantes lhe dão. Esse fenômeno é ainda complexificado, pois a atribuição de autoridade social através da delegação do grupo a uma instituição ou líder gera, ao mesmo tempo, o esquecimento da origem da autoridade do mandatário. Como consequência, a acumulação de capital simbólico do grupo só pode ser feita através de um fetichismo do representante em relação aos representados.

Outra questão relevante apontada pelo autor no final de seu livro é como a relação entre mandantes e mandatários pode se inverter nas classes dominadas. Diferentemente de grupos organizados, as classes com menos capital simbólico não possuem sua existência garantida através de instituições, como a universidade e sindicatos. Nesse caso, elas precisam se representar através de porta-vozes que recebem sua autoridade através de uma delegação. A questão central é que Bourdieu apresenta a possibilidade de as autoridades expropriarem o grupo, e se autonomizarem do coletivo. Como bem ilustra o autor na temática sobre representação política, quanto mais nos aproximamos das camadas dominadas da sociedade, mais se observa que os sujeitos se sentem desprovidos da capacidade de responder perguntas relacionadas ao universo da política. Dessa maneira, eles se abstêm ou delegam a questão para seus porta-vozes. Podemos dizer que opera nessa relação um efeito de censura sobre as classes dominadas, fazendo com que o mandatário substitua o grupo como um todo.

Um outro caso de delegação estudado é a questão do Estado. Segundo o autor, o Estado se apresenta como um representante universal, funcionando como o “depositário do senso comum” (BOURDIEU, 2020, p. 155). Dialogando explicitamente com Weber, que afirma que o Estado é o monopólio legítimo da violência, Bourdieu sustenta que devemos acrescentar a essa definição que a violência simbólica legítima é a característica fundamental de uma instituição como o Estado. Isso se deve pois os atos de violência simbólica praticados por esse ator, são reconhecidos universalmente por todos os agentes sociais. A consequência imediata é a capacidade que o Estado possui de impor uma visão sobre os outros atores. Para o autor, o monopólio simbólico se expressa fundamentalmente em instituições como o sistema escolar, por exemplo. Nesse sentido, o título acadêmico reconhecido pelo Estado funciona como

uma moeda que tem valor em diversos espaços sociais, como por exemplo o mercado de trabalho.

Bourdieu finaliza o seu curso indicando que, por trás da discussão sobre as lutas de classificação, a pergunta central que se esconde é “o que é dizer a verdade do mundo social?” (BOURDIEU, 2020, p. 158). Para o autor, adotar o perspectivismo seria insuperável no primeiro momento, pois a própria verdade é o que “está em jogo nas lutas” (BOURDIEU, 2020, p. 159). Assim, a tarefa prioritária da ciência não é decidir onde está a verdade, mas saber que se enfrentam duas concepções de mundo.

De maneira geral, o curso transcrito de Pierre Bourdieu nos permite entender, de maneira didática, a importância que o autor atribui na discussão sobre os fundamentos da teoria sociológica para entender o fazer sociológico. Assim, conseguimos acompanhar durante a leitura da obra a importância de fazer uma análise da relação entre o sujeito científico e seu objeto, superando tanto o objetivismo quanto o subjetivismo. Dessa maneira, o entendimento das diferenças entre as classificações que o sociólogo opera e as que os sujeitos sociais empregam, possibilita que os cientistas sociais adquiram uma maior reflexividade sobre a pesquisa empírica e seus obstáculos, ao tentar classificar sujeitos que se classificam. Por fim, o desenvolvimento de conceitos como habitus e as lutas de classificação, são centrais para os cientistas sociais e ainda permanecem pertinentes para as gerações de sociólogos que se seguem.

### **Referências Bibliográficas**

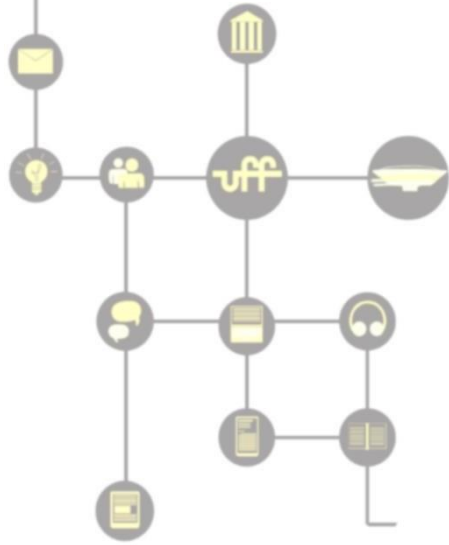
BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007

BOURDIEU, Pierre. O senso Prático. Petrópolis: Vozes, 2011

BOURDIEU, Pierre. Sociologia geral, Vol. 1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982). 2020. 1o ed, Editora Vozes.

WACQUANT, Loïc J. D. “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”. Revista de Sociologia e Política, novembro de 2002, p. 95–110.





## O atravessamento do debate de gênero e dos feminismos na América Latina: Argentina, Brasil e Chile

Resenha sobre o livro *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Duarte Rangel (orgs.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019.

Marielle Guering de Mattos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRRJ, orientadora pedagógica e pesquisadora das relações sociais de gênero e trabalho.

**COMO CITAR:** MATTOS, Marielle G. de. "O atravessamento do debate de gênero e dos feminismos na América Latina: Argentina, Brasil e Chile. In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 161-165.

<sup>2</sup>O livro é resultado de uma pesquisa que teve o apoio da FAPESP de abril de 2014 até março de 2017, projeto coordenado pela pesquisadora Eva Blay da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP).

A obra *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile*, organizada por Eva Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Rangel nos contempla ao reunir quatorze textos de pesquisadoras e elaboradoras de políticas públicas que dissertam acerca dos processos sociais que ocorreram na América Latina. A obra também é uma continuidade das pesquisas que deram origem ao livro *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*<sup>2</sup>. Nela, as autoras trazem análises isoladas dos três países e, em alguns capítulos, também fazem algumas análises comparativas de como os países desenvolveram algumas políticas públicas e sociais, ou abordam temáticas específicas.

Duas questões primordiais atravessam a organização da obra: a primeira tem a ver com as políticas públicas e sociais que foram geradas a partir das reivindicações das agendas feministas, a despeito da continuidade das desigualdades de gênero. A segunda questão fundamental trata da compreensão do impacto que a gestão de três países latino-americanos por presidentas teve no atendimento dos propósitos feministas (Brasil, Argentina e Chile). A obra, mais do que apresentar os êxitos e conquistas no âmbito do gênero e das organizações feministas na América Latina, apresenta as lacunas que se perpetuam, abrindo espaço para fecundas reflexões sobre os processos sociais protagonizados por mulheres.

O primeiro texto é escrito por Eva Blay, intitulado *Meio século de feminismo – um balanço da luta contra a desumanização das mulheres*. O artigo é categórico na introdução ao apresentar uma análise histórica da trajetória de disputa pelo poder político protagonizado por mulheres nos três países citados acima. Além disso, o artigo apresenta a contribuição das lutas feministas na construção da cidadania, deixando-a marcada, no caso do Brasil, na construção da Constituição de 1988. Ao separar o primeiro texto em alguns tópicos, a autora traz questões que serão exploradas ao

longo das 488 páginas do livro, tais como autonomia, violência, soberania do corpo e as contribuições do feminino, tanto no campo teórico, quanto no campo das práticas sociais. Ao final, Eva Blay ressalta o caráter dinâmico que ela chama de “feminismos”, dado que são “processos sociais, portanto, dinâmicos, em constante movimento” (p. 24) e a possibilidade de observarmos a construção de uma nova sociedade a partir desses movimentos.

A primeira parte, intitulada Justiça de Gênero, reúne quatro textos escritos por autoras da Argentina, do Brasil e do Chile. Nessa sessão introdutória, a contribuição feminista é elencada a partir de exemplos práticos, como a disputa em torno do conceito de “autonomia” e as críticas elaboradas em sua construção liberal clássica (que só teria sido possível de ser formulada a partir da invisibilidade das relações de gênero), o que culminou na discussão sobre autonomia relacional, ao pontuar o papel das relações na construção da autonomia. É destacado também, no segundo texto, a construção do conceito de justiça a partir de uma perspectiva feminista e marcadamente latino-americana, o que faz com que sejam inclusas noções sobre a aplicabilidade dos princípios de justiça, para que de fato se exerçam mudanças nas relações de subordinação às quais as mulheres estão historicamente sujeitas.

Seguindo a mesma temática, o terceiro texto, de Alejandra Castillo, questiona a construção dos “direitos humanos” e de “autonomia” a partir de uma perspectiva masculina, em que as problemáticas causadas pela desigualdade de gênero ficam de fora e, quando pautadas, são postas como um meio para outro fim. Nesse sentido, Castillo ressalta a importância de construção de políticas que sejam críticas às representações sociais do “feminino”. Finalizando a primeira parte da obra, Patrícia Cabrera retoma a construção histórica da justiça de gênero, ressaltando a contribuição da análise interseccional e das teóricas feministas, bem como a importância de se pensar em políticas que impactem a nível macro e microssocial as relações sociais e econômicas que afetam as mulheres em decorrência da injustiça de gênero.

A segunda parte, Violência de Gênero e Direitos Humanos, se inicia com o texto de Dora Barrancos, intitulado Violência não excepcional em contextos excepcionais: estupro sob o terrorismo de

Estado – Argentina, 1976 – 1983. Nesse texto a autora faz uma retomada histórica do terrorismo de Estado que ocorreu na Argentina e contextualiza o modo como os corpos femininos eram depredados a partir da violação sexual e como isso só foi devidamente reconhecido após as reivindicações feministas que culminaram em uma nova perspectiva de análise sobre o ocorrido – incluindo aqui as próprias sobreviventes. Na sequência, o texto *Relatos feministas: discurso e experiência na construção de espaços exclusivos e de encontros para mulheres*, a autora Anita Saavedra faz uma análise empírica do caso da construção do coletivo feminista Casa da Mulher, para dissertar acerca do trabalho feminista na produção do discurso e ações práticas – como formações e encontros – na tecitura de uma identidade coletiva. O terceiro e último texto que compõe a segunda parte, escrito pela pesquisadora Tamara Amoroso Gonçalves, traz uma análise sobre as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, um apanhado histórico do avanço desse debate no Brasil, Argentina e Chile e os principais desafios para uma mudança substancial nesse enfrentamento.

Na terceira parte, *Gênero, Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos*, o debate é iniciado com um texto de Mabel Belluci, no qual a autora empreende uma retomada sobre a luta em prol da descriminalização do aborto nos eventos do Encontro Nacional de Mulheres, na Argentina. A autora relata a trajetória histórica de ser consolidada através da construção dos debates em torno da descriminalização do aborto e saúde da mulher durante os trinta e um anos de encontro. No segundo texto, *O feminismo negro no Brasil: desafios e estratégias de consolidação de uma agenda política na área da saúde*, as pesquisadoras Márcia Lima e Flávia Rios apresentam um sumário da atuação na construção de políticas públicas na área da saúde por parte do feminismo negro brasileiro, sobretudo a partir de debates sobre o racismo institucional e racismo estrutural, que marcam as especificidades raciais dentro da luta sobre saúde da mulher nos espaços feministas.

Em seguida, Natalia Arévalo e Macarena Huaiquimilla contextualizam o debate sobre a descriminalização do aborto no Chile, onde é ressaltada a perspectiva patriarcal sob a qual as políticas públicas dos direitos das mulheres têm sido elaboradas. Desse modo, as autoras afirmam que seria um tímido avanço (mas de grande importância) a

aprovação do projeto de lei que visa descriminalizar o aborto no Chile em três casos específicos. Em contraponto, também destacam o debate que tem sido impulsionado em prol da descriminalização do aborto sem exceções, mesmo que ainda o debate ainda encontre resistência até nos movimentos de mulheres. Na mesma temática, o texto que finda a terceira parte do livro, escrito por Tamara Gonçalves e Daniela Rosendo, busca contribuir para um balanço sobre o contexto atual em prol da legalização do aborto na América Latina. As autoras ressaltam que o tema segue como um tabu ancorado em preceitos religiosos contrastado por uma falsa dicotomia de “contra” ou “a favor”, a despeito dos avanços que outras temáticas feministas tiveram. Por fim, as autoras argumentam que negar o direito ao aborto é negar a decisão sobre o próprio corpo e, deste modo, “negar-lhes a própria condição de seres humanos autônomos” (p. 414).

A quarta e última parte da obra, intitulada Poder e Política – As presidentas de Argentina, Brasil e Chile, é dividida em três textos das pesquisadoras Lúcia Avelar e Patrícia Rangel. O primeiro é uma breve contextualização da obra e comparação da trajetória das presidentas dos três países citados, que vivenciaram períodos ditatoriais em seus respectivos países e, posteriormente, foram eleitas via regime democrático, sendo elas: Dilma Rousseff, do Brasil, Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina e Michelle Bachelet, no Chile. O segundo texto aprofunda as comparações sobre as três presidentas a partir das trajetórias (tanto dos países quanto próprias), dos modos de governar, e mostrando como (e se) avançaram nas políticas públicas e sociais de combate à desigualdade de gênero.

O texto que finda a obra, de mesma autoria do anterior, tem como proposta analisar os resultados alcançados pelas presidentas no que concerne às políticas de igualdade de gênero. A conclusão das autoras é de que houve avanços no que se refere ao desenvolvimento social nas formulações de políticas que incluam o gênero, mas não em políticas que de fato questionam a estrutura e os papéis tradicionais de gênero. A única que se destaca em sentido oposto é a presidenta chilena, Michelle Bachelet, que teria promovido políticas públicas que buscam a equidade dos gêneros.

Uma lacuna que pode ser observada nessa obra é a quase ausência de reflexões relativas ao debate da Divisão Sexual do Trabalho

(HIRATA & KERGOAT, 2007) e de sua realidade material nos três países. Realidade que, no entanto, interfere no modo pelo qual homens e mulheres alocam seus tempos e se inserem no mercado de trabalho (ARAÚJO et al, 2018, p. 17). Da mesma forma, a obra padece também de um comparativo sobre as políticas públicas e sociais que os países empreenderam (ou não empreenderam) no sentido da promoção de uma divisão equitativa do trabalho de reprodução social e do trabalho produtivo. Nessa mesma temática, a obra poderia ter contribuído em uma análise quantitativa e qualitativa da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, e também do uso do tempo dedicado por esses no trabalho doméstico e de cuidado, o que possibilitaria uma melhor visualização para o leitor e leitora das relações sociais de sexo nos três países.

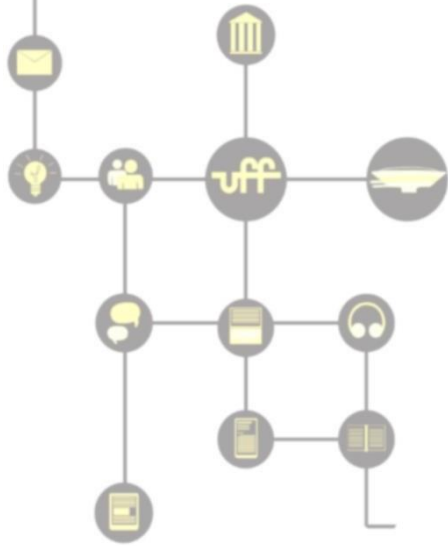
Entretanto, no seu conjunto, a obra destaca com rigor os avanços, entraves e as mudanças dos debates feministas e de gênero nos três países latino-americanos. Um dos avanços observáveis seria a contribuição dos debates de gênero e pesquisadoras feministas em discussões teóricas sobre espaço público e privado, no que concerne ao conceito de autonomia, justiça social, direitos humanos, direitos das mulheres, feminismo negro. Além disso, os avanços nos debates sobre as políticas públicas, necessárias para que haja uma igualdade de gêneros, são frutos das lacunas que ainda existem, mas que são submetidas a análises constantes e por diversas perspectivas que são possíveis a partir de coletâneas como essa obra, que contribui para um estado da arte e para a continuidade do debate.

### **Referências Bibliográficas**

ABILIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. Estudos avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Apr. 2020

BLAY, E. et al. Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, 488 p.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007.



<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social pela UFPE; Mestra e Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ.

**COMO CITAR:** HOLANDA, Claudia. "O mal-estar de sermos ainda um país-promessa". Resenha do livro SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 7<sup>o</sup> Ed., 2020. In: Revista Ensaaios, vol. 19, jul-dez, 2021. p. 166-172.

## O mal-estar de sermos ainda um país-promessa.

Resenha do livro SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 7<sup>o</sup> Ed., 2020.

Claudia Holanda<sup>1</sup>

Resumo: Muitos dos cenários descritos por Santos nesta obra lançada nos anos 80 ainda persistem na realidade brasileira. Esse texto retoma suas análises olhando para o Brasil de quase 40 anos depois. Ao longo desse período, os recuos políticos frente a medidas que poderiam diminuir desigualdades superam em muito nossos curtos avanços. A cidadania no Brasil ainda é um privilégio, não um direito. A submissão do modelo cívico à economia capitalista, criticada por Santos, transforma o cidadão em consumidor, fazendo com que direitos básicos sejam confundidos com conquistas pessoais. A cidadania no Brasil continua incompleta e, mais grave ainda, em constante risco de sequestro diante daqueles que flertam com governos autocráticos.

Palavras-chave: cidadania, modelo cívico, consumidor.

### Discontents of still being a promise- country.

Abstract: Many of the scenarios described by Santos in this work released in the eighties still persist in Brazilian reality. This review resumes his analysis looking at Brazil almost 40 years later. Throughout this period, political retreats from measures that could reduce inequalities far outweigh our short advances. Citizenship in Brazil is still a privilege, not a right. The submission of the civic model to the capitalist economy, criticized by Santos, transforms the citizen into a consumer, making basic rights confused with personal achievements. Citizenship in Brazil remains incomplete and, even worse, at constant risk of kidnapping from those who flirt with autocratic governments.

Keywords: citizenship, civic model, end user.

Com esse livro, lançado originalmente em 1987, portanto às vésperas da promulgação da Constituição Federal de 1988, Milton Santos pretendia contribuir para o debate sobre a redemocratização brasileira. Santos (2020) discute o conceito de cidadania, argumentando que a atividade econômica e a herança social distribuem os homens desigualmente no espaço, assim como os bens e serviços também são distribuídos conforme uma hierarquia urbana fazendo com que o acesso a esses bens e serviços não seja uma realidade para a maioria das pessoas, gerando cidadãos incompletos.

Milton Santos foi um dos principais intelectuais brasileiros doséculo XX. A perspectiva humanista de seu trabalho e sua pesquisa sobre urbanização e globalização o levaram a receber o prêmio Vautrin Lud, considerado o "Nobel da Geografia". O pensador baiano foi o primeiro fora do mundo anglo-saxão e o único brasileiro a receber a distinção.

Para Santos (2020), a submissão do modelo político e do modelo cívico ao modelo econômico levou ao avanço e concretização da ideologia capitalista. Ele sugere uma inversão de enfoque no tratamento dos problemas socioeconômicos com vistas à construção da cidadania: o modelo cívico teria que ser prevalente à economia. Deve-se partir do cidadão para a economia e não ao contrário.

O salário mínimo, por exemplo, não deveria ser estabelecido em função dos mandamentos da economia, mas da cultura. Santos (2020, p.18) argumenta que a plena realização material e imaterial do homem "deve resultar de um quadro de vida que inclua a economia e a cultura". A economia e a cultura, por seu lado, têm a ver com o papel determinante do território, que constitui um dado ativo, "devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade" (SANTOS, 2020, p.18). Para que haja justiça social, é preciso uma mudança de abordagem. O salário mínimo deveria ser tratado como uma questão de dignidade, em vez de um problema contábil do interesse das empresas.

Além da economia, o território também é visto por Santos (2020) como uma variante crucial quando se pensa em direitos e cidadania. O território é um dado ativo porque depende de decisões de governo e forças de mercado. Sendo assim, a distribuição geográfica da rede urbana de serviços é diferente a depender do território e da posição financeira do



indivíduo. Em uma localidade, todos os recursos podem estar presentes, enquanto em outros o indivíduo fica refém das carências locais. O poder público colabora para a supervalorização de certas áreas com vistas à especulação, ao mesmo tempo que abandona outras ao não implementar as políticas públicas necessárias em relação, por exemplo, ao transporte, infraestrutura, lazer e educação.

O autor afirma que o cidadão é o indivíduo num lugar e é no território que a cidadania se dá. "A redemocratização não estará completa enquanto todos não forem considerados igualmente cidadãos, seja qual for o lugar em que se encontrem" (SANTOS, 2020, p.150). A cidadania, para se dar como tal, requer direitos territoriais, culturais e ao entorno, porém o sistema distribui pessoas de modo desigual. Aqui, há pontos de contato entre Milton Santos e o conceito de "direito à cidade", elaborado por Henri Lefebvre em 1968. Usufruir da cidade deveria ser um direito de todos, o espaço comum urbano deveria ser um local de encontro, porém Lefebvre (2006) já observava que as cidades estavam sendo pensadas como mercadorias. O direito à cidade inclui o direito de participação nas decisões sobre o território, dando condições para que o cidadão possa influenciar sobre questões de trabalho, moradia, saneamento básico, meio ambiente, saúde, transporte público, lazer e informação.

Como fruto dessa distorção territorial, o sistema de transporte mal planejado é um dos problemas que mais impedem o direito real à cidade. O morador da periferia enfrenta muito mais obstáculos no trajeto cotidiano ao trabalho em transportes caros, precários e itinerários entediantes, tantas vezes perigosos. Onde está o direito ao entorno, se a fruição do lazer também é reduzida, tanto pelas poucas possibilidades em seu território quanto pela escassez de transporte, impedindo a locomoção para outras localidades da cidade?

Analisando a tríade "classe, renda e lugar", Santos (2020) observa que o valor de cada indivíduo como produtor, consumidor e cidadão depende de sua localização no território. Pessoas com a mesma formação e potencialidades têm valor diferente conforme o lugar em que vivem, pois as oportunidades não são as mesmas. Não é possível interpretar as classes sociais sem levar em conta a base territorial.

Mais de 30 anos após o lançamento do livro, percebemos que a cidadania no Brasil continua incompleta e, mais grave ainda, em constante risco de sequestro diante daqueles que flertam com governos autocráticos. O simples fato de nascer, explica o autor do livro, faz de cada um portador de prerrogativas sociais, como direito à moradia, comida, educação, saúde, ao trabalho, à justiça, liberdade e uma existência digna. Mas a cidadania brasileira é tão mal-acabada, observou Santos (2020), que muitos nem sequer sabem que não são cidadãos plenos de direitos.

O livro foi escrito ao longo dos 10 anos anteriores a 1987, portanto a referência aos regimes despóticos é natural na obra para citar cenários onde a cidadania foi suprimida da forma mais radical, especialmente em países do Terceiro Mundo. O próprio professor Santos foi vítima direta do regime ditatorial no Brasil. Ele chegou a ser preso após o golpe de 1964, logo depois seguiu para o exílio na França, só retornando em 1977.

No entanto, observa-se com mais nitidez hoje em dia que a perda do direito ao trabalho, à remuneração digna, à informação, ao voto e a à salvaguarda da cultura, não acontecem apenas em regimes arbitrários militarizados que tomam o poder à força. A ideologia neoliberal junto a governos de tendências antidemocráticas, porém eleitos pelo voto, podem agir em comunhão no ataque incessante aos setores da arte e cultura, no redesenho da perda dos direitos trabalhistas, para confundir a população com informações propositadamente inverídicas, atualmente espalhadas sobretudo por meio de canais digitais.

Milton Santos falava da distribuição desigual da informação nas regiões periféricas que deixava o indivíduo desinformado "desarmado diante das mutações tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um" (SANTOS, 2020, p. 113). Hoje em dia, diante do fenômeno das fake news, essa desinformação é agravada pelo oceano de informações falsas distribuídas, inclusive, por equipes financiadas pelos detentores do poder. Já não podemos falar mais de insuficiência ou falta de acesso, mas de um amontoado de informações incorretas e inconsistentes, capazes de causar verdadeiras tragédias num país como o Brasil, com uma noção tão ordinária de cidadania e de direitos humanos.

O autor aponta peculiaridades na produção brasileira do não-cidadão, pois em nenhum outro país aconteceu de forma simultânea em

menos de trinta anos, processos tais como a desruralização, migrações em larga escala, urbanização, expansão do consumo de massa, trágico crescimento econômico que levou riqueza para poucos, concentração da mídia, enfraquecimento do sistema de educação e a instalação de um regime repressivo que retirou direitos básicos dos indivíduos. Assim, em lugar do cidadão formou-se o consumidor, que aceita ser chamado de usuário, refletindo aí também um forte componente de alienação. A mídia atua no papel destacado de sedução do público para impor gostos e preços ajudando a colocar o indivíduo no lugar de consumidor, no entanto, um consumidor insatisfeito, dependente de novos objetos. Como diz Baudrillard (1970), a sociedade do consumo é também a sociedade de aprendizado do consumo, cujos templos são os shoppings centers e os supermercados. O lazer se confunde com o prazer de comprar.

As migrações também são fenômenos transformadores e não podem ser analisadas sem suas consequências para o indivíduo e para o território. Santos (2020) argumenta que cultura e territorialidade são de certa forma sinônimos. A cultura é o que dá a consciência de pertencer a algum grupo, por isso que as migrações agridem o indivíduo, "roubando-lhe parte do seu ser, o obrigando a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar" (SANTOS, 2020, p.82). O migrante, pode-se dizer, é um desterrado. O indivíduo se depara com um espaço que não conhece a história e não ajudou a criar, passa a viver um processo de alienação. Quem sai do seu território, deixa pra trás uma cultura para encontrar outra. No entanto, se a desterritorialização é perda, também é doação, já que as novas culturas passam a se interferir mutuamente, alterando o território, a cultura e o próprio indivíduo.

Escrevendo nos anos 80, Santos (2020) traz à discussão o problema dos desempregados, que só naquela década passariam a ter direitos reconhecidos e, mesmo assim, de forma precária. A burocracia brasileira não opera para solução de problemas, deixando a maioria da população abandonada à própria sorte, vitimando de forma ainda mais cruel o negro, o povo nordestino e as mulheres, por conta de desigualdades institucionais. As empresas, especialmente os bancos, já começavam a agir naquela época como instituições governamentais. No caso do Brasil, onde a figura do cidadão é praticamente inexistente, os abusos são ainda mais frequentes.

Nos dias de hoje, não só os bancos, mas também as gigantes que administram redes sociais e conteúdos digitais rastreiam nossos dados, sabem detalhes de nossas vidas, preferências, amizades e trajetos. O direito à privacidade e ao anonimato está comprometido e o consumidor mais-que-perfeito foi atualizado com esmero, já que esse montante informacional é manobrado, prioritariamente, para fins mercantis .

A crise da cidadania não é apenas urbana, mas sobretudo rural, afirma o autor da obra. O indivíduo do campo é ainda menos titular de direitos que a maioria dos moradores da cidade, pois a ausência de serviços públicos se agrava na área rural. O brasileiro vive então "uma cidadania mutilada", subalterna, muito longe do que se vê em outros países capitalistas. Além do homem do campo, cabe também falar sobre a condição da população indígena em aldeias, que desde a chegada do povo branco, sempre esteve ameaçada. É longo o histórico de perseguição e extermínio dos povos originários por parte do Estado brasileiro em aliança com latifundiários, grileiros, garimpeiros, posseiros e donos de madeireiras. Durante o período democrático brasileiro, a situação se agravou no governo Bolsonaro, que incentiva abertamente invasões violentas como também trabalha no Congresso para criação de leis que legalizam a usurpação de terras indígenas.

A pobreza da nossa cidadania nos faz ceder ao clientelismo, na mesma medida que vemos poucos partidos dignos desse nome em nosso sistema político-partidário. Com muita acurácia, Santos (2020) argumenta que a quantidade de partidos não verdadeiros, porém reais, impossibilita um equilíbrio de representatividade e leva à institucionalização de um Estado incapaz de mudanças benéficas para a sociedade brasileira. As classes proprietárias brasileiras não se importam com direitos, mas em manter privilégios

Em meio ao debate sobre a nova constituição brasileira, com esse livro Milton Santos mostra dilemas cristalizados no Brasil que o impedem de se realizar como uma nação vigorosa e igualitária, como também aponta uma nova forma de pensar e agir para que se superem esses problemas. Confundir consumidor com cidadão leva ao engano de achar que educação, moradia, saúde e lazer são conquistas pessoais, e não direitos sociais. O direito à moradia, por exemplo, não pode ser confundido com o

direito de ser proprietário. O modelo cívico tem que ser o guia do modelo econômico, não o contrário, como acontece. O território, por mais distante que esteja dos centros de poder, deveria receber as políticas públicas necessárias para garantir o bem viver de sua população.

Todos merecem uma vida decente, não importando se moram na cidade ou no campo. O Estado deve atuar para que todo indivíduo possa se realizar como um ser humano integral, sendo ativo para corrigir a escandalosa desigualdade econômica e social que reduz a existência à luta pela sobrevivência.

O "Espaço do Cidadão" é um livro crítico e lamentoso, de quem vê com desassossego as potencialidades recalçadas do Brasil e o mal-estar de sermos ainda um país-promessa. Darcy Ribeiro, esse outro grande brasileiro contemporâneo de Santos, disse nos anos 90 "que o Brasil sempre foi e ainda é um moinho de gastar gente" (RIBEIRO, 2016). Ainda nos corrói as velhas oligarquias, a perversão das elites e o grau de injustiça social que estrangula possibilidades de igualdade e nos diminui como gente. Duro dizer: continuamos a ser um país que ainda não deu certo, o Brasil ainda não encontrou seu próprio caminho. A realização do Brasil como país ainda é uma tarefa.

### **Referências Bibliográficas**

- BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Coimbra: Edições 70. 2008  
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2006  
RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. São Paulo: Global Editora. 2016  
SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp. 2020.

## Nominata de pareceristas do volume 19 - 2021.2

Adara Pereira da Silva

Antonio Maurício Dias da Costa

Annabelle Bonnet

Ariane da Silva Favareto

Betânia de Assis Reis Matta

Carina Monteiro Dias

Carolina Alves Leite

Corinne Davis Rodrigues

Fagner Carniel

Flávio Thales Ribeiro Francisco

Igor Ghelman Sordi Zibenberg

Jorge de La Barre

Leila Maribondo Barboza

Manoel Inácio de Oliveira

Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Maria Aparecida Antero Correia

Maria Luisa Jimenez

Mariana Cunha Pereira

Marlene Tamanini

Stefan Fornos Klein

Thiago Fidelis

Valdeci Ribeiro dos Santos

William Bueno Rebouças